

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS / CÂMPUS SUL – MORRINHOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM HISTÓRIA**

KATIANE TAVARES DA SILVA CUNHA

**MARIA AMABINI DE MORAES (DONA FIICA): UMA TRAJETÓRIA DE VIDA E
SERVIÇOS AO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL, CULTURAL E SOCIAL DO
SUL DE GOIÁS (1925-1960)**

**MORRINHOS
2022**

**MARIA AMABINI DE MORAES (DONA FIICA): UMA TRAJETÓRIA DE VIDA E
SERVIÇOS AO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL, CULTURAL E SOCIAL DO
SUL DE GOIÁS (1925-1960)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História da Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Sudeste, sede Morrinhos, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Hamilton Afonso de Oliveira.

Linha de Pesquisa: Cultura e Relações de Poder.

**MORRINHOS
2022**

KATIANE TAVARES DA SILVA CUNHA

FICHA CATALOGRÁFICA

CUNHA, Katiane Tavares da Silva.

Maria Amabini de Moraes (dona fiica): uma trajetória de vida e serviços ao desenvolvimento educacional, cultural e social do Sul de Goiás (1925-1960). 114 págs.

Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-Graduação em História, nível Mestrado. Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Sul – Morrinhos, 2022.

Orientador: Prof. Dr. Hamilton Afonso de Oliveira.

Inclui Referências.

1. História. 2. Maria Amabini de Moraes. 3. Morrinhos. 4. Memória.

KATIANE TAVARES DA SILVA CUNHA

MARIA AMABINI DE MORAES (DONA FIICA): UMA TRAJETÓRIA DE VIDA E SERVIÇOS AO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL, CULTURAL E SOCIAL DO SUL DE GOIÁS (1925-1960)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História da Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Sudeste, sede Morrinhos, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Hamilton Afonso de Oliveira.

Linha de Pesquisa: Cultura e Relações de Poder.

Aprovado em ___/___/_____.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Hamilton Afonso de Oliveira
(Orientador – PPGHIS/UEG)

Prof. Dr. Júlio Cesar Meira
(Membro Interno – PPGHIS/UEG)

Prof. Dr. Itelvides José de Moraes
(Membro Externo –UEG)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, Luiz Marcos Tavares e Maria Teresinha da Silva Tavares; aos meus filhos, Kamylla Tavares Mendes, Luis Ricardo Tavares da Silva e Ana Júlia Tavares Cunha; ao meu neto, Augusto Quintino Tavares; ao meu genro Douglas Quintino da Silva (Tatá); ao meu esposo, Marcelo Lemes da Cunha. E ainda, a todos os amigos, em especial a Araly Cristina de Oliveira, aos familiares, que estiveram ao meu lado em todas as adversidades que surgiram no meio do caminho.

A ESSAS E TANTAS OUTRAS...

Essas que se embrenharam mata adentro e se negaram aos colonizadores
e as que colaboraram e se casaram com eles,
Essas que embarcaram ainda crianças
e as que ultrapassaram os limites da chegada,
Essas que levaram chibatadas e marcas de ferro quente
e as que se revoltaram e fundaram quilombos,
Essas que vieram embaladas por sonhos
e as que atravessaram nos porões da escuridão,
Essas que geraram filhas e filhos
e as que nunca pariram,
Essas que acenderam todas as espécies de velas
e as que arderam nas fogueiras,
Essas que lutaram com armas
e as que combateram sem elas,
Essas que cantaram, dançaram, pintaram e bordaram
e as que só criaram empecilhos,
Essas que escreveram e traduziram seus sentimentos
e as que nem mesmo assinavam o nome,
Essas que clamaram por conhecimento e escolas
e as que derrubaram os muros com os dedos,
Essas que trabalharam nos escritórios e fábricas
e as que empunharam as enxadas no campo,
Essas que ocuparam ruas e praças
e as que ficaram em casa,
Essas que quiseram se tornar cidadãs
e as que imaginaram todas votando,
Essas que assumiram os lugares até então proibidos
e as que elegeram as outras,
Essas que cuidaram e trataram dos diferentes males
e as que adoeceram por eles,
Essas que alimentaram e aplacaram os vários tipos de fome
e aquelas que arrumaram a mesa,
Essas que atenderam, datilografaram e secretariaram
e aquelas que lavaram e passaram sem conseguir atenção,
Essas que se doutoraram e ensinaram
e as que aprenderam com a vida,
Essas que nadaram, correram e pularam
e as que sustentaram a partida,
Essas que não se comportaram bem e amaram de todas as maneiras
e as que fizeram sem pedir licença,
Essas que desafinaram o coro do destino
e as que com isso abriram as alas e as asas,
Essas que ficaram de fora
e aquelas que ainda virão,
Essas e tantas outras que existiram dentro da gente
e as que viveram por nós.

Fonte: SCHUMAHER, Schuma; BRASIL, Érico Vital, 2000, p. 20-21.

AGRADECIMENTOS

A elaboração de uma Dissertação de Mestrado é um longo caminho, com muitos trilhos e percalços, que só se torna possível com o apoio dos muitos que, de alguma forma contribuíram para a sua conclusão.

Nesse sentido, quero manifestar o meu profundo agradecimento a todos os que permitiram que esta investigação terminasse, destacando os seguintes:

O professor Doutor Hamilton Afonso de Oliveira, pela qualidade da sua orientação e pelas sugestões sempre oportunas, pelo empenho sucessivamente demonstrado, pela disponibilidade e paciência.

A todos os profissionais da UEG/Morrinhos pela atenção e disponibilidade. Em especial, ao Curso de História, por ter me recebido, como aluna na graduação e no curso de Mestrado. De forma especial, quero agradecer a todos os professores que fizeram parte da minha história acadêmica, por terem me proporcionado tantos conhecimentos, pelo carinho e pela amizade que permanece até hoje.

E, naturalmente, a toda minha família e amigos, pelo amor e apoio incondicional prestado e, por terem acreditado sempre no meu esforço e no meu empenho.

A CAPES, pela bolsa concedida, que muito me auxiliou financeiramente nesse período. Tornando, assim, o meu sonho em realidade.

Por fim, resta-me agradecer a Deus por ter me dado saúde, força e determinação para superar as dificuldades e os desafios que surgiram durante esse período.

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo primordial a análise da trajetória de vida de Maria Amabini de Moraes (esposa do Senador Hermenegildo Lopes de Moraes) e suas contribuições para o desenvolvimento educacional, cultural e social, no município de Morrinhos e sul de Goiás entre os anos de 1925 e 1960. Período em que a cidade era um importante centro político, econômico e cultural com destaque na educação devido aos Ginásios Senador Hermenegildo de Moraes e D. Maria Amabini de Moraes, instituições de ensino que foram construídos por Maria Amabini durante a década de 1930 e 1940. Para tanto, além de fontes documentais, foram aplicados questionários aos professores e funcionários do Ginásio Senador Hermenegildo de Moraes, para atestar o conhecimento dos mesmos sobre Maria Amabini e entrevistas com pessoas que tiveram contato direto com Maria Amabini, que ficou popularmente conhecida como Dona Fiica e que foi atestada o reconhecimento da sua importância na história e desenvolvimento da cidade e região. A pesquisa revelou que, apesar da sua importância, com o passar dos anos a memória desta importante personalidade feminina e suas ações em prol da educação, cultura e no social tem caído no esquecimento, permanecendo apenas, na memória de poucas pessoas ainda vivas que tiveram contado direto ou indireto com ela. O que leva a refletir, também, sobre as definições de memória e do esquecimento, bem como a análise dos fatores históricos e culturais de uma sociedade patriarcal que procuram manter o papel das mulheres sempre à margem da História colocando-as na condição de figurantes e, não necessariamente, de personalidades do processo histórico.

Palavras-chave: História. Memória. Esquecimento. Maria Amabini de Moraes. Morrinhos-GO.

ABSTRACT

The main objective of this dissertation is to analyze the life trajectory of Maria Amabini de Moraes (wife of Senator Hermenegildo Lopes de Moraes) and her contributions to educational, cultural and social development, in the municipality of Morrinhos and southern Goiás between the years 1925 and 1960. Period in which the city was an important political, economic and cultural center with emphasis on education due to the Gymnasiums Senador Hermenegildo de Moraes and D. Maria Amabini de Moraes, educational institutions that were built by Maria Amabini during the 1930s and 1940s. To this end, in addition to documentary sources, questionnaires were applied to the teachers and functions of the Senador Hermenegildo de Moraes Gymnasium, to attest their knowledge about Maria Amabini and entrevistas with people who had direct contact with Maria Amabini, who became popularly known as Dona Fiica and who was attested to the recognition of its importance in the history and development of the city and region. The research revealed that, despite its importance, over the years the memory of this important female personality and its actions for education, culture and social has fallen into oblivion, remaining only, in the memory of few people still alive who had counted directly or indirectly with it. This also leads to reflecting on the definitions of memory and forgetfulness, as well as the analysis of the historical and cultural factors of a patriarchal society that seek to keep the role of women always on the margins of history by placing them in the condition of extras and, not necessarily, personalities of the historical process.

Keywords: History. Memory. Oblivion. Maria Amabini of Moraes. Morrinhos-GO.

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO.....	12
2 - A HISTÓRIA E A MEMÓRIA E SUAS DISCUSSÕES NA HISTORIOGRAFIA.....	15
2.1 – Introdução.....	15
2.2 - História e Memória em Jacques Le Goff.....	16
2.3 - Memória: a (s) definição (ões) de um conceito.....	23
2.4 - Além da memória, o esquecimento.....	31
2.5 – Considerações finais.....	35
2.6 – Referências.....	36
3 – A IMPORTÂNCIA DA MULHER NA SOCIEDADE: OLHARES NO PASSADO E NO PRESENTE.....	38
3.1 – Introdução.....	38
3.2 – Análise sobre gênero: o papel da mulher ao longo dos anos.....	38
3.3 – Breves histórias de algumas mulheres de destaque em Goiás.....	45
3.4 – Considerações finais.....	49
3.5 – Referências.....	50
4 - HISTÓRIA, FAMÍLIA, OLIGARQUIA, CORONELISMO E CONDIÇÃO FEMININA NA CIDADE DE MORRINHOS – GO, 1889-1930.....	52
4.1 – Introdução.....	52
4.2 – Formação histórica e a consolidação do coronelismo em Morrinhos – Go com a chegada do Coronel Hermenegildo Lopes de Moraes.....	54
4.3 – Morrinhos – Go: família, casamento e participação das mulheres em uma sociedade tipicamente agrária, oligárquica e patriarcal.....	68
4.4 - Considerações finais.....	79
4.5 - Referências.....	80
5 – MARIA AMABINI DE MORAES: UMA VIDA A SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO DA CIDADE DE MORRINHOS-GO E REGIÃO.....	83
5.1 – Introdução.....	83
5.2 – Breve biografia de Maria Amabini de Moraes (Dona Fiica).....	85

5.3 – Reminiscências da memória de Maria Amabini de Moraes em Morrinhos-GO.	92
5.4 – Considerações finais.	103
5.5 – Referências.	104
6 – ANEXOS	105

1 - INTRODUÇÃO

Embora seja um estudo considerado recente os estudos de gênero vêm se fazendo cada vez mais pertinentes para a reconstrução e entendimento do passado. Scott (1990), faz a ligação entre a luta das mulheres, durante a Revolução Cultural, por um lugar mais privilegiado na sociedade e a questão de gênero. Em outras palavras, “o uso do termo “gênero” e a sua transformação em categoria de análise buscava, inicialmente, a construção de um espaço de debates e de afirmação e consolidação dos direitos das mulheres [...] principalmente pelo direito ao voto” (MEIRA, 2014, p. 206).

Nesse sentido, este trabalho pretende trazer para o presente a memória histórica de Maria Amabini de Moraes (Dona Fiica). Visto que, ela foi uma importante figura feminina, principalmente no contexto da cidade de Morrinhos-GO. E na ausência de fontes documentais escritas a pesquisa utilizou-se da história oral, haja visto que esta é uma fonte de pesquisa imprescindível e rica pelo seu “gênero multivocal, resultado do trabalho comum de uma pluralidade de autores em diálogo” (PORTELLI, 2010, p. 20). Dessa forma, a pesquisa pretende interpretar a história de vida de Maria Amabini de Moraes através da memória de pessoas mais velhas que conviveram direta ou indiretamente pelas gerações mais recentes de familiares e pessoas mais próximas do seu convívio social.

Vale ressaltar que, o trabalho foi dividido em forma de sessões, contendo em cada sessão a introdução, os subitens, as considerações finais e as referências.

Para um maior entendimento sobre o objeto de pesquisa em si, na primeira sessão – A História e a memória e suas discussões na historiografia - fizemos uma breve discussão dos conceitos de História e Memória, primeiramente com apontamentos do historiador Jacques Le Goff, realizando uma discussão e reflexão dos conceitos e sua aplicação ao longo do tempo e a sua relevância nos estudos históricos e no trabalho do historiador. No segundo subitem, denominado como Memória: a (s) definição (ões) de um conceito, foi abordado as diferentes visões de autores como: Bosi (1979), Unanue (2005), Portelli (2010), Von Simson (2016), Santos (2012), Santos e Albuquerque (2017), Alberti (2005) e Halbwachs (1990). No terceiro subitem, foi feita uma reflexão sobre a memória e o esquecimento, haja visto que, nem sempre os indivíduos ou as sociedades optam apenas por lembrar o seu passado, deixando, assim, suas histórias caírem no esquecimento. Nesse aspecto,

anализamos os trabalhos de Von Simson (2019), Casadei (2019), Paul Ricoeur (2007) e Araújo (2007).

Na segunda sessão – A importância da mulher na sociedade: olhares no passado e no presente – buscamos demonstrar as diferenças estabelecidas entre homens e mulheres ao longo do tempo, verificando que a figura masculina por muito tempo teve maior atenção e designação de poder. Para tanto, essa parte do trabalho foi dividida em dois subitens denominadas como: “Análise sobre gênero: o papel da mulher ao longo dos anos”, onde foi feita uma cronologia sobre a história das mulheres e a luta por reconhecimento e igualdade de gênero e, “Breves histórias de algumas mulheres de destaque em Goiás”. Aqui destacamos de forma breve os nomes de Chica Homem, Ana Felipe e Ana Lopes, Pacífica Josefina de Castro, Benedita Cipriano Gomes (Santa Dica) e Ana Lins dos Guimarães Peixoto Bretas (Cora Coralina).

Na terceira sessão - História, família, oligarquia, coronelismo e condição feminina na cidade de Morrinhos – GO, 1889-1930 – foi realizada uma abordagem sobre a história de Morrinhos contextualizando, porém, com a participação feminina no processo histórico de uma sociedade coronelística. Aqui, os subitens foram divididos da seguinte forma: “Formação histórica e a consolidação do coronelismo em MorrinhosGO com a chegada do coronel Hermenegildo Lopes de Moraes” e “Morrinhos-GO: família, casamento e participação das mulheres em uma sociedade tipicamente agrária, oligárquica e patriarcal”. Onde, demonstramos que durante a Primeira República (1889-1930) a cidade de Morrinhos tornou-se um importante centro político econômico do estado de Goiás e que teve como principal destaque a figura do coronel Hermenegildo Lopes de Moraes. Nessa parte do trabalho foi enfatizado a participação das mulheres no contexto histórico do coronelismo em que a sociedade murrinhense se caracterizava por ser agrária e patriarcal, em que, embora as mulheres tivessem importantes papéis econômicos, sociais e culturais eram vistas e retratadas na sua condição de subalternidade e desigualdade em comparação aos homens sendo-lhes reservadas o reconhecido papel de procriadoras, esposas, mães e educadoras.

E, na quarta sessão através de pesquisas orais e análises documentais traçamos a trajetória de vida de Maria Amabini de Moraes e suas contribuições para o desenvolvimento da cidade de Morrinhos, principalmente ou especialmente na educação, cultura e social do município que se tornou importante referência

educacional regional com a construção dos ginásios: Maria Amabini de Moraes (paradoxalmente, ficou mais conhecido como Colégio das Freiras Agostinianas) e do Senador Hermenegildo de Moraes, do qual foi benfeitora e patrocinadora da construção (e até mantenedora) destas duas instituições educacionais construídas na década de 1930. O que a levou a ser considerada pela sociedade morrinhense da época como a grande benfeitora da cidade de Morrinhos. Mas que, infelizmente, por conta do tempo o seu nome tem caído no esquecimento, permanecendo na memória de poucas pessoas ainda vivas que tiveram contado mais diretamente ou indiretamente com ela. A sessão pretende refletir, a partir das entrevistas e questionários, sobre as seguintes questões: 1) Por quais motivos ela tem deixado de ser lembrada e referenciada pela sociedade morrinhense? Será que seria pelo fato de ter sido uma mulher independente e, de certa forma, à frente da sociedade patriarcal e machista do seu tempo?

2 - A HISTÓRIA E A MEMÓRIA E SUAS DISCUSSÕES NA HISTORIOGRAFIA

2.1 - Introdução

O propósito inicial desta sessão é analisar o pensamento de Jacques Le Goff sobre a História e a Memória. Em síntese, nessas análises **percebe-se** que, o autor, define que a historiografia não está relacionada somente com a produção histórica profissional, mas sim, com o conjunto de fenômenos que dão existência a cultura e/ou com a mentalidade de um determinado período histórico. Isso demonstra que, os estudos historiográficos tornam-se essenciais para compreender todo o processo de transformações e permanências que ocorrem nas diferentes sociedades e, conseqüentemente, nas suas relações entre passado/presente ou presente/passado.

Outro ponto destacado por Le Goff é a necessidade de o historiador manter-se imparcial no **exercício** do seu trabalho de construção do conhecimento historiográfico, não se deixando levar por ideologias que possam afetar suas análises e pesquisas. Porém, vale ressaltar que mesmo não podendo defender ou julgar as causas, o historiador tem a liberdade de avaliar a importância e a veracidade dos acontecimentos e as respectivas personalidades envolvidas através de análises e julgamentos apresentados pelas evidências documentais e do seu diálogo com as fontes. Assim sendo, através dessas análises e das transformações ocorridas no campo da historiografia e da memória é que a História foi se consagrando como uma Ciência.

Na segunda parte desta sessão será abordado as diferentes visões de outros historiadores e sociólogos que conceituam a Memória para que, assim, se possa compreender a sua importância e como este conceito foi construído ao longo dos tempos. Dentre elas, define-se memória coletiva e memória individual, em que uma coexiste com a outra, fazendo com que os fatos do passado e do futuro possam ser compreendidos e, principalmente, repassados para as gerações futuras garantindo sua permanência.

Por último, dar-se-á ênfase às questões relacionadas à memória e ao esquecimento. Visto que, por vezes, não podemos memorizar todos os acontecimentos, deixando ou, até mesmo sendo necessário, selecionar as recordações definidas como as mais significativas ou que influenciaram nossas decisões ao longo da vida.

Ainda dentro dessa abordagem, nota-se que atualmente o ritmo acelerado do dia a dia e os excessos de informações, proveniente dos avanços tecnológicos, acabaram influenciando os indivíduos a consumirem informações de forma acrítica e que, conseqüentemente, acabam por comprometer algumas funções importantes da memória como, por exemplo, a capacidade de selecionar e separar as lembranças importantes e que devam ser preservadas.

2.2 – História e Memória em Jacques Le Goff

Antes de se iniciar um estudo sobre “Memória” faz-se necessário entender que o estudo da memória está totalmente interligado ao estudo do passado. Nesse sentido, a palavra “História”, segundo Le Goff (2003), viria do grego antigo *historie*, derivando, também, da raiz indo-europeia *weid* 'ver'. Essa expressão da visão como fonte primordial de conhecimento leva a ideia de que *histor* é 'aquele que vê' e, também, aquele que sabe. Sentido da palavra que foi atribuído por Heródoto (pai da história) nas suas Histórias, que são "investigações" ou "procuras". Sendo assim, a história teria começado como um relato, a narração daquele que pode dizer "Eu vi e ouvi" com o objetivo de “evitar que os vestígios das ações praticadas pelos homens se apagassem com o tempo” (HERÓDOTO, s/d, p.31)

Para Le Goff (2003) a historiografia não se deve preocupar apenas com a produção histórica profissional, mas, o conjunto de fenômenos que constituem a cultura e mentalidade de uma época. Hoje, pode-se dizer que o campo de estudos históricos tem sido muito vasto e de grandes possibilidades há quem pretende trilhar pelos caminhos da pesquisa histórica. Uma canção, literatura, pintura ou peça teatral podem demonstrar diversos aspectos de uma sociedade.

Os estudos históricos tornam-se muito importantes para a compreensão de todo o processo de mudanças e permanências ocorridas nas sociedades e, nas suas relações entre passado/presente ou presente/passado. Por essa razão podemos dizer que a História é o estudo dos seres humanos no tempo, ou ainda, como definido por Marc Bloch (2001, p. 55), "Ciência dos homens, no tempo". Segundo Le Goff (2003, p. 10), “para captar o desenrolar da história e fazer dela o objeto de uma verdadeira ciência, historiadores e filósofos, desde a Antiguidade, esforçaram-se por encontrar e definir as leis da história.” No entanto, citando Runciman, para Le Goff “a história, tal como a sociologia e a antropologia, é "uma consumidora e não uma produtora de leis"

(LE GOFF, 2003, p. 44).

Contudo, para Le Goff (2003) a melhor forma de se provar que a História deve ser considerada uma ciência estaria no fato de que ela está a precisar de técnicas, de métodos e de ser ensinada. Segundo ele, os principais teóricos ortodoxos da história metódica, Langlois e Seignobos, apresentaram uma fórmula que constituía a profissão fundamental do historiador, significando a base da ciência histórica: "Sem documentos não há história" (LE GOFF, 2003, p.106). Porém, no seu entender, essa base seria mais vista como uma dificuldade. Pois, se o documento é mais fácil de determinar e referenciar que o fato histórico de certa forma;

nunca é dado como tal, mas construído, [...] pois [...] só passa a ser documento na sequência de uma investigação e de uma escolha – do historiador que escolherá a sua documentação: arquivos, investigações arqueológicas, museus, bibliotecas etc. As perdas, a escolha dos compiladores de documentos, a qualidade da documentação são condições objetivas, mas limitativas do ofício de historiador (LE GOFF, 2003, p. 106).

Sendo assim, caberia ao historiador a função de escolher os documentos necessários e dessa forma trabalhar no seu objeto de pesquisa e, assim, obter resultados. Trazer para o agora e para as gerações futuras, aquilo que se faz necessário lembrar no presente. De acordo com Le Goff (2003, p. 20), "a História recolhe sistematicamente, classificando e agrupando os fatos passados, em função das suas necessidades atuais. É em função da vida que ela interroga a morte." Ou seja, organiza o passado em função do presente, eis o papel e a função social da história, conforme expressou Lucien Febvre (LE GOFF, 2003).

Le Goff (2003) afirma que é dever do historiador no exercício da pesquisa prezar-se pela objetividade e imparcialidade e não tem o direito de prosseguir uma demonstração, de defender uma causa, seja ela qual, for, a despeito dos testemunhos. Deve estabelecer e evidenciar a verdade ou o que julga ser a verdade. (LE GOFF, 2003. p. 29-30, *apud* GÉNICOT, 1980, p. 112).

A imparcialidade deve exigir do historiador a honestidade, mas a objetividade histórica, exige muito mais por ser construída aos poucos, "através de revisões incessantes do trabalho histórico, laboriosas verificações e acumulação de verdades históricas" (LE GOFF, 2003, p. 33). Uma vez que "a memória faz parte do jogo do poder, se autoriza manipulações conscientes ou inconscientes, se obedece aos interesses individuais ou coletivos, a história, como todas as ciências, tem como norma a verdade" (LE GOFF, 2003, p. 32, *apud* SCHIEDER, 1978; FABER, 1978).

Nessa perspectiva, compreende-se que mesmo não podendo defender uma

causa ou fazer julgamentos de determinados fatos, o historiador tem a liberdade de avaliar a importância e sua veracidade ou a de personalidades através da pesquisa que às vezes requer análise e julgamento.

O historiador no seu ofício, segundo Le Goff (2003) pode ter que recorrer a duas espécies de imaginação: “a que consiste em animar o que está morto nos documentos e faz parte do trabalho histórico”, em que apresenta e explica as ações dos homens e outra é a imaginação científica, que se manifesta pelo poder de abstração ao ler e analisar os documentos. A práxis historiográfica é um “estado de espírito e não se trata apenas de um ramo do saber, mas uma forma intelectual para compreender o mundo” (LE GOFF, 2003, p.40).

Ainda nesse contexto, Le Goff (2003), aponta que no âmbito da História as explicações seriam consideradas mais avaliações do que demonstrações o que inclui a opinião do historiador em termos racionais por estar ligado a um processo intelectual de explicação. Portanto, determinadas formas de análise causal se fazem oportunas na tentativa de estabelecer relações entre os fatos. Dessa forma, se distingue o acaso e a necessidade.

Outro ponto relativamente importante dentro do contexto histórico é a classificação dos agentes históricos, ou seja, quem faz a história ao longo dos tempos? Antes das diversidades e possibilidades atualmente possíveis para estudos e a pesquisa histórica, durante muito tempo, segundo Le Goff (1990)

os historiadores pensaram que os verdadeiros documentos históricos eram os que esclareciam a parte da história dos homens, digna de ser conservada, transmitida e estudada: a história dos grandes acontecimentos (vida dos grandes homens, acontecimentos militares e diplomáticos, batalhas e tratados), a história política e institucional. A ideia de que o nascimento da história estava ligado ao aparecimento da escrita levava a privilegiar o documento escrito (LE GOFF, 2003, p. 106).

O historiador não tinha outra função e ambição em uma perspectiva de análise metódica, a não ser retratar os fatos e acontecimentos conforme o registro das fontes documentais escritas, conforme definiu Fustel de Coulanges

O historiador não tem outra ambição que analisar bem os fatos e compreendê-los com exatidão. Não pode procurá-los na imaginação ou na lógica; A sua única habilidade consiste em tirar dos documentos tudo o que eles contêm e nada acrescentar ao que neles não esteja contido. O melhor historiador é o que se mantém mais perto dos textos, que os interpreta com mais correção, que só escreve e pensa segundo eles (LE GOFF, 2003, p. 106).

Antes do início da revolução historiográfica promovida pela escola dos *Annales* iniciada em 1929 os historiadores escreviam a história utilizando-se somente

de fontes escritas produzidas pelo Estado ou pela Igreja, e por sua vez, dava-se ênfase aos grandes modelos de civilizações e os feitos de “grandes homens”, como faraós, imperadores, reis, generais, papas, santos etc.

Lucien Febvre, que foi um dos idealizadores desta revolução historiográfica, concorda com Fustel de Coulanges em relação a um aspecto: a História, realmente, se faz com documentos escritos, mas quando não há, “pode e deve fazer-se sem documentos escritos” (LE GOFF, 2003, p. 107). Reiterado, também, por Marc Bloch que afirma que “a diversidade dos testemunhos históricos é infinita. Tudo o que o homem diz ou escreve, tudo que ele fábrica, tudo o que toca pode e deve informar-nos sobre ele” (LE GOFF, 2003, p. 107).

Foi a partir desta perspectiva que passou a entrar em cena a história oral que se caracteriza de acordo com Verena Alberti (2005), como uma metodologia de ouvir as pessoas sobre determinados acontecimentos para melhor compreendê-los não tem sido uma novidade, na Grécia antiga, historiadores como Heródoto, Tucídides e Políbio, já utilizavam deste recurso para escrever sobre acontecimentos de sua época. Contudo, aponta que a metodologia de pesquisa, com o intuito de resgatar a memória através da oralidade, surgiu somente a partir de meados do século XX, após o advento do gravador a fita e, tornou-se ainda mais forte com a formação da *Columbia University Oral History Research Office*, um programa de História oral da Universidade de Columbia fundado por Allan Nevins e Louis Starr, na cidade de Nova York. Onde, a principal preocupação era reunir materiais para utilizações futuras.

Sobre a importância da oralidade e da escrita Le Goff ressalta que;

a passagem do oral ao escrito é muito importante, quer para a memória, quer para a história. Mas não devemos esquecer que: 1) oralidade e escrita coexistem em geral nas sociedades e esta coexistência é muito importante para a história; 2) a história, se tem como etapa decisiva a escrita, não é anulada por ela, pois não há sociedades sem história (LE GOFF, 2003, p.53).

Com as possibilidades do uso da oralidade como fonte o antigo dilema de que as sociedades primitivas não tinham história, atualmente, já não fazem mais sentido e já não se pode falar mais que a “época dos mitos como sendo fora do tempo” por não terem desenvolvido a escrita e sua história e tradições eram transmitidos oralmente (LE GOFF, 2003). Embora grande parte dessas sociedades buscavam explicar a sua origem por meio dos mitos que acabaram sendo incorporados pelos trabalhos mais recentes dos historiadores.

No entanto, a atualização dos métodos que fazem da História uma ciência foi lenta e incessante e deveu-se a considerável amplificação das fontes documentais e com o auxílio de novas ciências, como a arqueologia surgida no século XVIII, hoje entende-se que a história é construída por todos os indivíduos que são participantes de diferentes contextos históricos e sociais. Agora, segundo Mazzarino (1969), o historiador não é apenas um investigador da verdade do passado, mas um

intérprete do passado, condicionado pelas suas opiniões políticas, pela fé religiosa, características étnicas e, finalmente, mas não em exclusivo, pela situação social. Todas as evocações poéticas, míticas, utópicas, ou, de qualquer modo, fantásticas do passado entram na historiografia (MAZZARINO, 1969, p. 61; Op. Cit. LE GOFF, 2003, p. 49).

Portanto, percebe-se que a História, enquanto disciplina escolar e científica, atualmente tem-se dividido por diversas categorias e diferentes olhares e peculiaridades de cada ramificação, como por exemplo, a história das mentalidades que podem ser divididas de diversas formas, ou seja, pensamentos individuais, mentalidades coletivas ou, ainda, a mentalidade das elites políticas e econômicas, bem como, das massas populares na perspectiva da continuidade, descontinuidades e permanências do processo histórico.

Nos estudos e compreensão do processo histórico, Le Goff (2003) afirma que a memória não é propriamente a história em si, mas ela é um dos seus objetos e, conseqüentemente, um nível elementar de elaboração histórica. Tal como as relações entre memória e história as relações entre passado e presente, também, não devem levar à indefinição ou à dúvida. Como apontado anteriormente, o passado depende, em partes, do presente. Fazendo com que os fatos históricos estejam presentes na contemporaneidade, no sentido em que responda aos seus interesses tornando-os legítimos.

No entanto, os primeiros relatos históricos nasceram com os gregos e foi motivada, segundo Le Goff (2003), por duas questões: primeiro lugar, por uma questão de ordem étnica e afirmação que consistia em distinguir os gregos dos outros povos da antiguidade retratados como bárbaros. Ou seja, a concepção de história nasceu ligada à ideia de civilização; em segundo lugar, foi política e estava ligada às estruturas sociais e nasceu dos interesses das famílias nobres e de classes sacerdotais, com o objetivo de exaltar seus feitos e registrar as culturas tradicionais e o modo de vida urbano helênica em oposição aos bárbaros. Ou seja, a História como conhecimento e, posteriormente, no século XIX nasceu como ciência e uma arma

política poderosa.

Por exemplo, a partir do século XII, segundo Le Goff (2003), citando George Duby

os senhores, grandes e pequenos, tinham patrocinado no Ocidente, sobretudo na França, uma abundante literatura genealógica, para enaltecer a reputação da sua linhagem, mais precisamente para apoiar a sua estratégia matrimonial e poder assim contrair alianças mais lisonjeiras [...]. Com maior força de razão, as dinastias reinantes mandaram estabelecer genealogias imaginárias ou manipuladas para consolidarem o seu prestígio e a sua autoridade (LE GOFF, 2003, p.67).

Da mesma forma a Igreja representada na figura do papado reafirmava a necessidade de a monarquia pontifícia “ter uma história própria, que não pode, evidentemente, ser dinástica, mas que pretende distinguir-se da história da Igreja” (LE GOFF, 2003, p.67). Igualmente cidades como Florença, Genova e Veneza também quiseram intensificar seu poder, resgatando valores da sua antiguidade e glorificando seus fundadores. No limiar da era contemporânea, após a Revolução Francesa no século XVIII, em toda a Europa, tem-se o retorno de uma forma romantizada, do culto à memória dos mortos, as lembranças de “grandes nomes” e “grandes marcos históricos” que passaram a ser comemorados e lembrados através de festividades, onde o ato de comemorar e ressignificar passaram a fazer parte do programa revolucionário. Houve um processo de transformações a partir do período com a criação de bibliotecas, museus públicos e nacionais, não somente na França, mas também, na Inglaterra, no Vaticano, na Itália, na Alemanha e nos Estados Unidos o que favoreceu o desenvolvimento de estudos da memória coletiva.

Com o passar do tempo até mesmo as comemorações acabaram se apoiando de novos instrumentos de aporte:

Moedas, medalhas, selos de correio multiplicam-se. A partir de meados do século XIX, aproximadamente, uma nova vaga de estatuária, uma nova civilização da inscrição (monumentos, placas de paredes, placas comemorativas nas casas de mortos ilustres) submerge as nações europeias. Grande domínio em que a política, a sensibilidade e o folclore se misturam e que espera os seus historiadores. [...] O desenvolvimento do turismo dá um impulso notável ao comércio de souvenirs. Ao mesmo tempo, o movimento científico, destinado a fornecer à memória coletiva das nações os monumentos de lembrança, acelera-se (LE GOFF, 2003, p. 458).

Neste processo de ressignificação do passado a memória tem um papel relevante na preservação de diferentes informações, nos dirige a grupos de funções psíquicas, pelas quais os homens podem atualizar informações passadas, ou, até mesmo, que ele represente como passadas.

Para Von Simson (2016), a memória é a capacidade que os seres humanos

têm em guardar os acontecimentos e experiências adquiridas ao longo do tempo e, assim, repassá-las para as gerações seguintes, através de diferentes meios, como a música, textos, imagens, oralidade etc. A autora destaca que, existem duas formas de memória, a individual, que refere as suas próprias vivências e seu ambiente de socialização, e a coletiva, formada pelos acontecimentos relevantes na sociedade de forma mais ampla, também conhecida como “lugares da memória”, abarcando os memoriais, os monumentos, arquivos, bibliotecas, hinos oficiais, obras literárias e artísticas, ou seja, tudo aquilo que exprime a consolidação de um passado coletivo de uma determinada sociedade.

Desta forma, de acordo com Le Goff (2003), o estudo da memória acaba por abranger várias ramificações científicas como, a psicologia, a psicofisiologia, a neurofisiologia, a biologia e, em decorrência de perturbações da memória ou amnesia, a psiquiatria. Sendo assim, os cientistas, das áreas mencionadas, têm aproximado a memória ao âmbito das ciências humanas e sociais com o desenvolvimento de estudos de memória social que pode englobar meios fundamentais para abordar os problemas do tempo e da história.

Neste sentido, de acordo com Le Goff (2003) estudos sobre a memória histórica se faz necessário para dar uma importância diferenciada no tocante às divergências entre as sociedades de memória oral e as sociedades de memória escrita, bem como às fases de transição da oralidade para a escrita. Essa diferenciação entre cultura, oralidade e escrita, no que se refere às funções confiadas à memória e das relações existentes entre elas. No entanto, a cultura dos homens sem escrita pode ser diferente, mas não absolutamente desigual. Ao passo que

nas sociedades sem escrita a memória coletiva parece ordenar-se em torno de três grandes interesses: a idade coletiva do grupo que se funda em certos mitos, mais precisamente nos mitos de origem, o prestígio das famílias dominantes que se exprime pelas genealogias, e o saber técnico que se transmite por fórmulas práticas fortemente ligadas à magia religiosa (LE GOFF, 2003, p. 427).

O aparecimento da escrita provocou profundas transformações na memória coletiva que acabou por desenvolver duas formas de memória, a primeira relacionada às comemorações e celebrações, geralmente, em torno de um monumento comemorativo ou acontecimento memorável e, a outra forma, de memória relacionada à escrita “é o documento escrito num suporte especialmente destinado à escrita. Mas o que importa salientar que todo documento tem em si um caráter de monumento e não existe memória coletiva bruta” (LE GOFF, 2003, p. 427-428).

Nesse sentido, no documento escrito a escrita passou a ter duas funções principais: a de armazenamento de informações “que permite a comunicação através do tempo e do espaço e fornece ao homem a capacidade de marcação, memorização e registro” (LE GOFF, 2003, p. 429); e a outra pôde “assegurar a passagem da esfera auditiva à visual, permite reexaminar, reordenar, retificar frases e até palavras isoladas” (LE GOFF, 2003, p. 429).

Outro fator que também contribuiu para o desenvolvimento do estudo relacionado à memória foi o aparecimento da fotografia que revolucionou a memória com a democratização e multiplicação das imagens dando-lhe uma precisão nunca atingidas, agora era possível “guardar a memória do tempo e da evolução cronológica” (LE GOFF, 2003, p. 460).

Com todas essas abordagens apresentadas até aqui, pode-se afirmar que essas transformações ocorridas com o passar do tempo foi dando espaço e força para o estudo histórico e principalmente, fez-se reconhecer o quanto o estudo da história e da memória, coletiva ou individual, se faz pertinente para a o estudo e compreensão do passado e do presente. Compreensão das classes influentes e das classes subulgadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência ou pela promoção social.

2.3- Memória: a(s) definição(ões) de um conceito

Recorrentemente, quando se refere a memória, logo, como em um toque de mágica, leva-nos ao reviver das lembranças, algo que nos marcou em um determinado momento no passado. Nesse sentido, as vezes nos basta um cheiro, uma música, uma foto, uma comida, algo especial, para atijar as recordações mais profundas da memória. Assim como:

Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, "desloca" estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora (BOSI, 1979, p.9).

Assim, pode-se afirmar que a memória traz para o momento presente os acontecimentos firmados no passado, fazendo com que as pessoas possam reproduzir os sentimentos e comportamentos de outrora. Por tanto, inicialmente, para que se possa compreender a importância de se falar em memória é de grande

relevância retomar alguns dos diversos sentidos e conceitos construídos ao longo dos tempos na tentativa de explicar o significado da memória.

Segundo Unanue (2005), a memória é entendida não só como um registro referente ao passado, mas também, como um instrumento de construção de um porvir dos indivíduos desde a antiguidade clássica, onde a Mitologia Grega já vinha representando a importância da existência da memória. Ao passo que, *Mnemosine*, deusa da memória, filha de Urano (Céu) e *Gaia* (Terra), ao casar-se com Zeus deu à luz a nove filhas, as Musas, e através delas se manifestava aos homens, inspirando o canto, a poesia e as artes em geral. Assim:

As Musas representavam as forças criadoras da história humana. Entretanto, elas dispensavam aos humanos não só a lembrança (*mnemosyne*), mas também o esquecimento (*lesmosyne*), que se constituía em um remédio contra a dor causada exatamente pela lembrança. A memória e o esquecimento eram considerados, pelos gregos, experiências importantíssimas, às quais eram atribuídos altos valores sacros, uma vez que estavam intrinsecamente ligados aos conceitos de vida e morte. A memória permitia abrir aos antepassados experiências do existir e o esquecimento coincidia com a condição da morte, diferenciando-se, assim, da experiência terrena (UNANUE, 2005, p. 16).

Dessa forma, através da mitologia grega, nota-se a importância da memória nos tempos mais remotos, onde a relação da lembrança e do esquecimento faziam parte da vida sagrada e social das pessoas, estando ligadas ao sentimento de dor ou de felicidade, podendo ser intangível diante da própria existência humana.

A memória enquanto cultura na época de Platão, segundo Unanue (2005), se dava através dos relatos das experiências e, também, das representações nas diversas formas de arte. Nesse sentido, percebe-se que nesse período ou nessas determinadas sociedades, as lembranças dos indivíduos seriam a base de seu edifício cultural e a inteligência seria muitas vezes identificada com a memória. Portanto, nessas culturas, seria preciso, também, que um acontecimento fosse repetido e retomado constantemente para que, assim, não se perdesse. A autora ainda afirma que, o surgimento da escrita produziria esquecimento, pois as pessoas não teriam mais a necessidade de exercitar suas memórias. No entanto, com o passar dos tempos, a história oral passou a ganhar grande representatividade fazendo da memória uma ferramenta importante na pesquisa histórica.

Considerando esse contexto, vale ressaltar a função criativa do mito. Que mesmo sendo “criado” no passado, continua sendo reproduzido, pensado e interpretado no presente, gerando, assim, uma transmissão de conhecimento firmado pela função da memória.

Este fato, propõe uma reflexão acerca do sentido de memória pois, as representações de uma forma geral, como aspecto da memória ligado a capacidade de discernir, o que é memória e o que é inteligência, lembrando que, ambos os conceitos se diferem e não podem ser pensados intrinsecamente. Assim, a memória usada para repetição é um instrumento potencializador de mecanismos de controle social. Dessa forma, a escrita seria um instrumento de apoio as lembranças do passado, aspecto positivo para reafirmar com precisão de dados e fatos, mas por outro lado, com o passar dos tempos a escrita acabou sendo utilizada como um instrumento de manipulação

Diferentemente do pensamento de Le Goff, Alessandro Portelli (2010), demonstra em seu trabalho como a relação entre história e memória toma forma na narração oral. Para o autor o fato de contar uma história pode ser caracterizado como uma arte narrativa em que existe uma autonomia na memória de pessoas ou grupos de determinadas sociedades que, ao relatarem suas histórias relembram e as transmite através da oralidade, ou seja, durante as entrevistas orais os conteúdos armazenados na memória do entrevistado que são rememorados e organizados verbalmente causando um diálogo interativo entre fonte e historiador. Dessa forma, para Portelli (2010, p. 20), “a entre/vista [...] é uma troca de olhares. E bem mais do que outras formas de arte verbal, a história oral é um gênero multivocal, resultado do trabalho comum de uma pluralidade de autores em diálogo”.

Portelli (2010) afirma que além de entrevistas, dicas para a utilização do discurso oral como fonte de pesquisa e faz-se necessário, também, uma análise histórica das entrevistas com o objetivo de identificar o racismo, preconceitos, violências e sofrimentos que durante muito tempo ficou guardado na memória dos entrevistados, especialmente, de grupos menos favorecidos que, socialmente permanecem por muito tempo escondidos do contexto histórico e quando ganham voz podem relatar outras versões das suas histórias resultando em novos olhares de uma História permeada de um olhar centrado apenas para nos “grandes nomes” ou na história das “grandes civilizações”.

Ou seja, existem as memórias subterrâneas ou marginais que correspondem a versões sobre o passado dos grupos marginalizados de uma dada sociedade. No entanto nem sempre estas memórias encontram-se documentadas ou representadas nos monumentos, nos registros escritos, fotográficos ou, até mesmo, nas diferentes mídias consideradas de grande alcance e difusão do mundo virtual da *internet* “só se

expressam quando conflitos sociais as evocam ou quando os pesquisadores, que se utilizam do método biográfico ou da história oral, criam as condições para que elas emerjam e possam então ser registradas e analisadas” (VON SIMSON, 2016, p. 15). Somente depois deste processo de “reconhecimento” que estas memórias subterrâneas emergem e podem “fazer parte da memória coletiva de uma dada sociedade” (VON SIMSON, 2016, p. 15).

Nessa perspectiva, Ecléa Bosi na perspectiva de compreensão da memória coletiva, denomina memória-hábito tudo o que se caracteriza pelos

movimentos que exigem, por exemplo, o comer segundo as regras da etiqueta, o escrever, o falar uma língua estrangeira, o dirigir um automóvel, o costurar, o escrever a máquina etc. A memória-hábito faz parte de todo o nosso adestramento cultural (BOSI, 1979, p. 11).

Compreende-se então que, a memória-hábito apontada pela autora está relacionada aos afazeres cotidianos que abrange tudo aquilo que é repetidamente reproduzido coletivamente pela sociedade que pode ser denominada, também, de memória mecânica ou involuntária que, não requer grande esforço e que corresponde aos modos de agir, pensar e sentir que, de alguma forma, nos foi transmitido no suceder das gerações pelas tradições culturais.

Nos liames da memória, segundo Ecléa Bosi (1979, p. 15), “a lembrança é a sobrevivência do passado. O passado, conservando-se no espírito de cada ser humano, afiara à consciência na forma de imagens-lembrança”. Essa, tem data certa, sendo embasada em uma situação definida e individual, se distanciando, de certa forma, da influência coletiva e “é precisamente nesse reino de sombras que se deposita o tesouro da memória” (BOSI, 1979, p. 14).

Assim, como já apontado inicialmente, para ativar a memória e trazer à tona os acontecimentos do passado, nos basta ativar a consciência/memória e resgatar o que se passou. Dentro dessa mesma linha de raciocínio, sob os olhares de Myrian Sepúlveda dos Santos afirma que:

A memória está presente em tudo e em todos. Somos tudo aquilo que lembramos; somos a memória que temos. A memória não é só pensamento, imaginação e construção social, mas também uma determinada experiência de vida capaz de transformar outras experiências a partir de resíduos deixados anteriormente. A memória, portanto, excede o escopo da mente humana, do corpo, do aparelho sensitivo e motor e do tempo físico, pois ela também é o resultado de si mesma, ela é objetivada em representações, rituais, textos e comemorações (SANTOS, 2012, p. 31).

Dessa forma, observa-se que a memória está estritamente ligada à nossas vivências com o passar dos tempos uma síntese das experiências vividas positivas

ou negativas que marcaram a vida e, que de certa forma, acabam por afeiçoar uma determinada cultura, identidade e memória denominada “coletiva”. Sendo assim, é possível o acesso à memória e a identidade que caracterizam os valores sociais e culturais de determinada sociedade no tempo. Sendo que, a memória se faz essencial para a sociedade pois é nela que está enraizada na construção de sua identidade.

Nessa linha de raciocínio, percebe-se que a memória, mesmo em um contexto coletivo, pode variar dependendo do aspecto das elites dominantes ou marginalizadas de uma determinada sociedade. O que no geral, acaba prevalecendo os ideários do dominador, ou seja, das grandes elites presentes nas sociedades ao longo da história, deixando de lado ou não dando importância à memória dos grupos que estão sempre à margem da História. Porém, também, devemos ressaltar que, nas últimas décadas esse aspecto vem tomando novos rumos e novos grupos, antes marginalizados, vem ganhando força e voz, principalmente no tocante as grandes transformações provocadas pela acessibilidade das redes sociais, que se tem constituído novos grupos dominantes composto por influenciadores digitais dos mais diversos segmentos.

Nesse sentido;

esse fascínio pela memória levou o ser humano as mais variadas formas de registro dela. Seja, pela via oral, escrita, visual e agora virtual, a humanidade busca uma forma, mesmo que tácita, de fazer com que a memória siga em frente de uma forma que seja eficiente (SANTOS; ALBUQUERQUE, 2017, p. 117).

Sendo assim, pode-se aferir que a memória é muito importante para as pessoas que, através dos tempos, vem procurando novas formas para garantir a sua preservação de modo profícuo e, assim, garantindo, também, o aparecimento de novos influenciadores digitais. Que de acordo com Santos e Albuquerque (2017, p. 122) “desta maneira, a internet se apresenta como um novo espaço onde as pessoas registram e compartilham memória do que são e o que elas pensam do mundo”.

Nesta perspectiva os primeiros estudos sobre a memória estão associados ao início do ressurgimento da história oral nos EUA, segundo Verena Alberti (2005), as primeiras entrevistas realizadas foram com personagens em destaque da história norte-americana, ou seja, homens públicos que participaram da vida política, econômica e cultural do país, que em sua essência, não difere muito da historiografia metódica ou positivista. Concomitantemente, surgiu na Europa experiências relacionadas com depoimentos dos chefes da Resistência Francesa no imediato pós-

Guerra e transcrições de testemunhos sobre a Segunda Guerra Mundial, na Alemanha a partir dos soldados que participaram no *front* da guerra. Nos fins da década de 1950, no México começou-se o trabalho de registro da memória dos líderes da Revolução Mexicana (1910-11). Os relatos dessas vivências se tornariam parte da primeira geração da História oral.

Verena Alberti (2005) ressalta que somente depois da década de 1960, com o aperfeiçoamento do gravador portátil, que se iniciou as "entrevistas de história de vida", dessa vez com integrantes de grupos sociais dos mais diversos. Essa fase ficou conhecida como História oral "militante" foi quando começou a dar voz às minorias e, assim, possibilitar a existência de uma História "vinda de baixo", diferente da linha seguida pelo *Columbia History Office*, que dava ênfase ao estudo das elites.

Essa nova metodologia acabou repercutindo nos Estados Unidos e na Europa e, com isso, surgiram diversas publicações que narravam as entrevistas com camponeses e trabalhadores, relatando sobre sua trajetória e sua vida cotidiana. Essas transformações no campo da História oral marcou a própria metodologia, trazendo um novo olhar e novas perspectivas para historiadores e outros cientistas sociais.

No contexto brasileiro, segundo Verena Alberti (2005), a História Oral teria chegado somente em 1975, e teve como marco inicial a realização de 7 de julho a 10 de agosto do I Curso Nacional de História Oral que foi organizado pelo subgrupo de História Oral do Grupo de Documentação em Ciências Sociais (GDSCS). Naquela época contou com a participação de quarenta pessoas que se inscreveram no curso e o evento contou com a participação dos professores George P. Browne, do Departamento de História da *Seton Hall University*, Nova Jersey; James e Edna Wilkie, do *Latin American Center* da Universidade da Califórnia e Eugenia Meyer.

Nesse mesmo período se iniciaram as primeiras entrevistas do Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, onde a proposta inicial seria estudar, através das entrevistas, as influências políticas e intelectuais, a vida e a representação das elites brasileiras desde a década de 1930, para que, assim se compreendesse o processo de formação do país.

É interessante reiterar que, no contexto brasileiro, assim como nos EUA, inicialmente, privilegiou-se a realização de entrevistas e coleta de depoimentos das elites econômicas e políticas, as classes menos favorecidas e marginalizadas foram

deixadas de lado, esquecidas, dando um entendimento que apenas as elites tivessem importância na formação da sociedade brasileira.

Como apontado por Verena Alberti (2005), houve nas décadas de 1980 e 1990 a formação de diferentes grupos de pesquisa e programas de história oral no Brasil. Conforme levantamentos realizados pelo CPDOC entre 1988 e 1989;

revelou a existência de pelo menos 21 instituições de pesquisa que se dedicavam a trabalhos com a História oral em dez estados diferentes: Bahia, Distrito Federal, Ceará, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo (ALBERTI, 2005, p. 161-162).

Compreende-se então que, desde a década de 1980, várias instituições voltadas a pesquisa oral foram aparecendo em diferentes Estados e, conseqüentemente, a sua relevância foi tomando força e novos olhares para o estudo da memória e da história de diferentes povos em contextos sociais e culturais diversos no tempo e no espaço.

No entanto não restam dúvidas que a história oral representou grandes avanços nas disciplinas da área de Ciências Humanas,

mas seu reconhecimento só foi possível após amplo movimento de transformação dessas ciências, que, com o tempo, deixaram de pensar em termos de uma única história ou identidade nacional, para reconhecer a existência de múltiplas histórias, memórias e identidades em uma sociedade (ALBERTI, 2005, p. 158).

Nota-se que as novas metodologias utilizadas para registrar membros marginalizados da sociedade, representou um grande salto nas possibilidades de pesquisas no âmbito das ciências humanas, porém, esse processo não se deu do dia para a noite, foi necessário algum tempo para que o uso das fontes orais e outros métodos fossem aceitos e incorporados no seio acadêmico.

De acordo com Myrian Sepúlveda dos Santos (2012), quando se recorda as experiências que foram vivenciadas no passado tende-se a nos despertar um sentimento de pertencimento (ou repulsa) se a construção deste passado esteja interligada com às motivações individuais. Essa forma de pensar da autora, se diverge dos clássicos estudos sobre a memória como as do sociólogo Maurice Halbwachs e do psicólogo Frederic Charles Bartlett, que instituíram novas bases teóricas rejeitando, assim, a separação entre memória e sociedade, levando a uma definição da memória como uma construção social e, ainda, mostrando que a memória faz parte de um processo social, onde os indivíduos não são vistos como seres humanos isolados, mas a partir de processos de interação uns com os outros durante o tempo e a partir de estruturas sociais determinadas. Ou seja, as pessoas só se recordam

dos acontecimentos passados através do ponto de vista ou interação de outros indivíduos ou de outras instituições, sejam elas políticas, religiosas, econômicas etc.

Em outras palavras;

nossas lembranças permanecem coletivas, e elas não são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós (HALBWACHS, 1990, p. 26).

Sendo assim, é válido ressaltar que, a constituição da lembrança, mesmo que individual fica imbuída de aspectos relacionados a sociedade, ou seja, da memória coletiva. Lembrando que, de acordo com Santos (2012, p. 51), “indivíduos não recordam sozinhos, quer dizer, eles sempre precisam da memória de outras pessoas para confirmar suas próprias recordações e para lhes dar resistência”.

Eclea Bosi (1979, p, 17) também acaba por reforçar este argumento ao afirmar que “se lembramos, é porque os outros, a situação presente, nos fazem lembrar: O maior número de nossas lembranças nos vem quando nossos pais, nossos amigos, ou outros homens, nô-las provocam.”

Entretanto, para Santos (2012, p. 80), afirma que

nem sempre a tarefa de associar a memória apenas quadros sociais tem sido uma tarefa fácil, uma vez que, frente a tantas construções coletivas, caberá sempre ao indivíduo, a escolha e seleção das memórias socializadas disponíveis [...] confronto entre memória individual e coletiva deve ser compreendido também a partir da dimensão de temporalidade inerente a cada construção teórica.[...] Pois, a recuperação de imagens do passado que é feita em um momento preciso do presente a partir da vontade de quem lembra (SANTOS, 2012, p. 80-90-91).

Assim, percebe-se a ligação entre esses dois tipos de experiências: individual e coletiva. O que nos permite compreender as diferentes formas de vivências que ocorrem em determinado tempo e espaço. Nesse caso, constata-se, também, a diferenciação entre uma memória instantânea ou hábito – adquirida pela repetição - e uma memória construída através do trabalho realizado ao longo do tempo. As lembranças ou representações do passado não são percebidas na memória espontânea, ou seja, aquela que está relacionada as atividades diárias, mas sim? nas recordações, sentimentos e vontades individuais.

No mais;

se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apoiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva (HALBWACHS, 1990, p. 51).

Nessa perspectiva, pode-se aferir que existem diferentes modos de classificar a memória. No caso demonstrado, a classificação é, basicamente, entre a memória coletiva e individual. Porém, vale ressaltar que, mesmo que sejam vistas de formas diferentes elas se interligam ou necessitam uma da outra para existirem. Haja vista que, os acontecimentos e seus reflexos não são os mesmos para todos os indivíduos ou para todas as esferas sociais o que modifica, de certa forma, as necessidades e, assim, os pensamentos individuais.

2.4. Além da memória, o esquecimento

Nessa parte do trabalho pretende-se refletir sobre a memória e o esquecimento, visto que, nem sempre os indivíduos ou sociedades optam por lembrar o que se passou, deixando suas histórias caírem no esquecimento.

Nesse sentido, segundo Olga Von Simson (2019), em oposição a função de memorizar está a de esquecer, ou seja, não somos capazes de armazenar na memória todas as experiências e aprendizagens acumuladas com o passar do tempo. Ou seja, acabamos sendo condicionados a selecionar apenas as recordações mais significativas que, de alguma forma, influenciaram nossas decisões ao longo da vida.

Atualmente o ritmo acelerado do cotidiano e a sobrecarga de informações, advindas com os avanços tecnológicos, acabaram por obrigar as pessoas na atualidade a consumirem um volume grande de informações de forma acrítica que leva ao comprometimento de algumas funções importantes da memória, como a capacidade seletiva de separar lembranças importantes e que devem ser preservadas daquelas que não tem necessidade de preservação. Por isso, Von Simson (2019), afirma que estamos vivendo em uma sociedade denominada como “sociedade do esquecimento”.

No entanto, hoje, como substituição a uma antiga geração de tradição oral, transmitida, pelos mais velhos, de geração para geração temos instituições - museus, bibliotecas, arquivos - voltadas ao trabalho de coleta, seleção, organização, manutenção adequada e divulgação da memória de grupos sociais ou da sociedade em geral. Dentro desse aspecto, é importante mencionar os arquivos e as redes sociais digitais que vem ganhando espaço na vida e no cotidiano das pessoas, garantindo a interligação entre povos e culturas diversas. Eliza Bachega Casadei (2019, p. 24-25), caracteriza esses espaços da internet como “novos lugares de

memória”. Em contrapartida, a autora, também, ressalta que “não podemos falar da Internet como um lugar de memória, mas sim, como um espaço que possibilita a construção de diversos tipos de lugares de memórias, a partir de potencialidades que redesenham o próprio conceito”. Assim sendo:

Só dessa forma se pode contribuir para a construção da identidade de um corpo social, pois é fornecendo a ele conjuntos documentais racionais e tecnicamente tratados e realizando uma boa divulgação desse material que tais instituições poderão bem realizar seu papel de guardiãs da memória. Hoje, pela utilização do método biográfico na construção destes ricos conjuntos documentais, são muitas as versões captadas, a partir de diferentes atores sociais, o que nos permite relativizar posições, compreender o contexto político cultural do período e nuançar com vários tons de cinza um passado que não pode ser reconstruído somente em tons de branco e negro (VON SIMSON, 2019, p. 18).

As instituições, os diversos profissionais da área de ciências humanas e sociais, especialmente, os historiadores desempenham um importante papel no sentido de preservar e reconstruir a memória para que acontecimentos, as tradições culturais das sociedades humanas não caiam no esquecimento das gerações do presente e do futuro.

Paul Ricoeur (2007), afirma que o esquecimento é uma ameaça para o plano de fundo da memória e da história, comparando-o com danos, fraquezas e lacunas. Onde, a própria memória se define como luta contra o esquecimento. Paul Ricoeur (2007), faz duas distinções de grande valia. A primeira, diz respeito ao esquecimento definitivo, amnésia ou esquecimento de apagamento de rastros. Nesse caso, a infelicidade do esquecimento é condóida da mesma forma que o envelhecimento ou, até mesmo, a morte, haja vista que através da perda da memória se perde toda uma história e, com ela toda uma cultura adquirida com o passar do tempo. Fator extremamente importante para a preservação do conhecimento do passado e compreensão do presente.

Para Paul Ricoeur (2007, p. 442), “não apenas o passado coexiste com o presente que ele foi, mas [...] é o passado inteiro, integral, todo nosso passado que coexiste com nosso presente”. A segunda, está ligada a um esquecimento reversível ou esquecimento de reserva. Nessa perspectiva, a função da memória é guardar aprendizados passados que se agrupam de forma rotineira o que vimos, pensamos, agimos, sentimos, adquirimos e aprendemos, em um modo geral, todos os nossos hábitos. Dessa forma, de acordo com Paul Ricoeur (2007, p. 438), “se uma lembrança volta, é porque eu a perdera; mas se, apesar disso, eu a reencontro e reconheço, é que sua imagem sobrevivera”.

O reconhecimento e sobrevivência das imagens/acontecimentos do passado é, efetivamente

esse tesouro do esquecimento que recorro quando tenho o prazer de me lembrar do que, certa vez, vi, ouvi, experimentei, aprendi, adquiri. É com base nessa perseverança que o historiador poderá, na esteira de Tucídides, edificar o projeto de um conhecimento adquirido para sempre (RICOEUR, 2007, p. 427).

Nesse contexto, o fato de relemburar, momentos, lembranças e práticas, o que parecia estar no esquecimento, nos traz sentimentos de felicidade e realização que, conseqüentemente, permanece em nós para sempre. Essa felicidade se torna ainda maior quando temos a certeza, como apontado por Paul Ricoeur (2007, p.448), “que esquecemos muito menos coisas do que acreditamos ou tememos”.

No entanto, não nos será possível lembrar de tudo e, conseqüentemente, torna-se impossível narrar todos os acontecimentos. Toda via, o esquecimento aparece como uma faca de dois gumes, onde de um lado pode ser visto como algo de um passado distante ou, ainda, como algo que se fez tanto mal e que por esse motivo foi preferível esquecer ou bloquear os danos sofridos. Nesse caso, o problema é mais profundo, de acordo com Ricoeur (2007, p. 455) é quando “uma narrativa se torna uma armadilha ao disseminar as intrigas, intimidações e seduções por meio de narrativas canônicas”, que muitas vezes, dissemina mentiras com o intuito de fomentar medo ou bajulação. Tratando-se de ações ardilosas de esquecimento, resultante dos desapossamentos dos atores sociais e de seus poderes originários de narrarem a si mesmos.

Trata-se de uma espécie de esquecimento ativo e passivo, que acaba por dificultar o trabalho sobre a memória individual e coletiva pela manipulação, negligência e omissão dos acontecimentos. Mas que, em contrapartida, dá aos historiadores estudiosos da memória, ou de diferentes áreas, o impulso pelo saber mais, na tentativa de desvendar, despertar e trazer à tona histórias e memórias que ficaram no esquecimento.

Neste processo de esquecimento estão vinculados às estruturas de poder que tem no Estado como o agente que decide

quais narrativas deverão ser lembradas, preservadas e divulgadas. [...] Como instrumentos de poder, memória e esquecimento têm sido utilizados por governos diversos, sejam eles totalitários ou democráticos, que têm o objetivo de alcançar controle político sobre forças antagônicas. O esquecimento, portanto, também tem sido uma estratégia política utilizada por governos em determinados períodos. Esses exemplos são importantes porque eles nos mostram que as associações entre memória, autonomia e

liberdade, por um lado, e esquecimento e autoritarismo, por outro, não podem ser generalizadas (ARAÚJO, 2007, p. 99-100).

De acordo com esse quadro, torna-se necessário evidenciar alguns fatores relacionados com a tentativa de se levar ao esquecimento certos acontecimentos, por exemplo, na década de 1980 na América Latina os governos democráticos acabaram sucedendo as ditaduras militares, especialmente no Brasil, “foram decretadas leis de anistia e do perdão que permitiram a reintegração dos antigos opositores ao regime, mas que também evitaram o julgamento dos que foram responsáveis por torturas e outros crimes bárbaros” (ARAÚJO, 2007, p. 99-100).

Notadamente a estratégia dos governos de uma maneira geral é a tentativa de abafar acontecimentos do passado ou de rememorar de forma enviesada e nostálgica épocas marcadamente de violência, truculência e falta de liberdade, como tem ocorrido atualmente no Brasil, em relação à época da Ditadura Militar que tem colocado em xeque e em dúvidas a democracia brasileira. Tem-se realizado uma releitura enviesada e falsa de diversos fatos históricos que tem dado voz às práticas de que tem reacendido a possibilidade de retomada de regimes autoritários e retirando-os do esquecimento.

Ou seja, segundo Araújo e Santos (2007), os indivíduos não possuem um controle total sobre suas memórias ao passo que, elas podem retornar constantemente sem serem desejadas ou até mesmo desaparecer sem que haja a opção da lembrança. Dessa forma, o trauma acaba sendo uma consequência da natureza agressiva do evento ou do engenho psíquico do ser humano, que nem sempre está apto a responder a certos estímulos. Isso porque esses estímulos quebram as barreiras protetoras, passando a fazer parte do próprio organismo, sem a existência de defesa. Nesse caso, a consciência reflexiva acaba falhando, o que explicaria o porquê de os pesadelos do autoritarismo voltarem constantemente, acarretando perda de energia e esforços que, chega a tal ponto, de não ser possível se defender. Onde, as agressões realizadas no passado acabam retornando em espécies de *flashbacks*, pesadelos etc.

Para Araújo e Santos (2007, p.101), “nem tudo o que diz respeito ao passado é objeto de negociações no presente”. Onde, os estudos historiográficos mais recentes tornam a investigação do passado mais profundo do que um simples jogo de interesses travado no presente, relativizando, assim, as narrativas sobre a natureza de um evento e, também, suas implicações políticas. Isso se torna de grande

valia, pois os acontecimentos passados podem ser constantemente reinterpretados. Nesse sentido, compreende-se que mesmo trazendo à tona um fato doloroso não podemos compreender o quão traumático esse acontecimento representa para os agentes que o presenciaram.

De acordo com Araújo e Santos (2007), as relações de memória e esquecimento não deixam de envolver questões éticas e morais. Ao passo que, o sentimento de ressentimento, se torna experiências intensas referentes ao sofrimento e à humilhação que, conseqüentemente, podem levar a sentimento de vingança e rancor.

Vale ressaltar que, o intuito de resgatar a memória, para Araújo e Santos (2007), através de testemunhos, relatos e depoimentos não é o de trazer à tona o sofrimento, a dor e diferenças vivenciadas por essas pessoas, mas, sim trazer para o presente o absurdo acometido pela violência desnecessária, é informar sobre as violações aos direitos humanos ocorridas em guerras mais recentes, geradas, sobretudo, por regimes ditatoriais e totalitários e, desta forma, manter viva a memória sobre o passado e pensando no que não pode se repetir no agora.

2.5 – Considerações finais

Conforme abordado o trabalho do historiador, com suas diferentes metodologias, e o estudo histórico se faz de grande importância para o “resgate” de diferentes culturas e, essencialmente, para a preservação da memória, ou seja, os estudos históricos, enquanto ciência, têm se tornado cada vez mais relevante para que se possa compreender todo o processo das mudanças e permanências de diferentes sociedades e suas relações entre o passado e presente e vice-versa, principalmente com a aceleração diária em que estamos vivendo e, conseqüentemente, com os excessos de informações, **advindos** com os avanços tecnológicos, que acabam influenciando as pessoas a absorverem informações de forma acrítica, comprometendo funções relevantes da memória capazes de qualificar lembranças que são importantes e que devem ser preservadas.

Nesse sentido, os estudos históricos que trabalham com a área das mentalidades e da memória se fazem essenciais para que não somente os historiadores, mas os indivíduos em geral, possam **compreender** o passado não apenas através dos documentos escritos, mas também através da história oral -

relatos, testemunhos e depoimentos, utilizada desde a antiguidade, compreendendo assim as transformações ocorridas nas sociedades no decorrer do tempo.

Assim sendo, com essa abordagem pode-se afirmar que com as transformações ocorridas no decorrer do tempo proporcionaram um considerável reconhecimento no estudo da história e da memória, tanto coletiva como individual e que, principalmente, que deve dar voz a classes menos favorecidas ou “invisíveis” que, assim, devem ocupar, também, um lugar na história.

2.6 – Referências

ALBERTI, Verena. **Fontes Orais. História dentro da História**. In: P INSKY, Carla Bassanezi, (org.). Fontes Orais. São Paulo: Contexto, 2005, p. 155-189.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. História, memória e esquecimento: Implicações políticas. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 79, Dezembro 2007: 95-111. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/79/RCCS79-095-111-MPNascimento-MSepulveda.pdf>. Acesso em 17 de jul. 2019.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin, 1886-1944. **Apologia da História, ou, O ofício de historiador** / Marc Bloch; prefácio, Jacques Le Goff; apresentação à edição brasileira, Lília Moritz Schwarcz; tradução, André Telles. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. T.a. Queiroz: São Paulo, SP 1979.

CASADEI, Eliza Bachega. **Os Novos Lugares de Memória na Internet: As Práticas Representacionais do Passado em um Ambiente On-line**. USP 2019. Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/pag/Casadei_memoria_Internet.pdf. Acesso em: 30 de dezembro de 2021.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. Editora Revista dos Tribunais LTDA. São Paulo, 1990. ISBN 85-7115-038-9.

HERÓDOTO. História. **Coleção Classicos de Bolso**. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.

LE GOFF, Jacques. 1924. **História e memória** / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 2003.

MEIRA, Júlio Cesar. Estudos de Gênero e Historicidade: Sobre a construção cultural das diferenças. **Caderno Espaço Feminino** - Uberlândia-MG - v. 27, n. 2 - Jul/Dez. 2014 – ISSN online 1981-3082. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/nequem/article/view/29900>. Acesso em: 20 de ago. 2019.

RICOEUR, Paul, 1913. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Editora Letra Voz, 2010.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória coletiva e teoria social**. Annablume, Imprensa da Universidade de Coimbra. Outubro de 2012.

SANTOS, Paula Wivian Quirino Dos. João Pedro Silva de Albuquerque. **Redes sociais online como espaços de memória: uma visão a partir da página “recife de antigamente”**. Biblionline, João Pessoa, v. 13, n. 3, p. 107-121, jul/set., 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/50572>. Acesso em: 15 de dezembro de 2021.

VON SIMSON, Olga. **Memória, Cultura e Poder na Sociedade do Esquecimento**. Revista Margens Interdisciplinar, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 11-16, maio 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/2831>. Acesso em: 16 out. 2019.

UNANUE, Mariane Garcia. **Memória e Criação no Design de Objetos: o Artesanato no Bichinho**. Dissertação para Mestrado em Memória Social e Documento. Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO). Janeiro de 2005.

3 – A IMPORTÂNCIA DA MULHER NA SOCIEDADE: OLHARES NO PASSADO E NO PRESENTE.

3.1 – Introdução

Ao longo do tempo se priorizou a figura do homem e o colocou como figura primordial dos acontecimentos ou fatos históricos, atribuindo a mulher apenas situações marginalizadas. No entanto, o campo historiográfico vem dando holofotes sobre a história das mulheres, ajudando a reconhecer o seu devido papel na escrita da história.

De acordo com Margareth Rago (1995), os discursos sobre temas como a abolição da escravatura, a imigração europeia para o Brasil, a industrialização ou o movimento operário, traz sempre a participação de grandes homens, brancos ou negros, e nunca a imagem de mulheres capazes de merecerem uma maior atenção. Nesse sentido, o intuito desse capítulo é analisar a história das mulheres ao longo do tempo.

Nesta sessão, pretende-se fazer uma analogia acerca da história das mulheres, fatos, mitos e realidade que a consolidam como um ser necessário, porém, tratada como segunda categoria na relação de gênero.

Assim sendo, no primeiro subitem dessa sessão analisaremos o papel da mulher desde os tempos primórdios, onde homens e mulheres desenvolviam, praticamente, o mesmo papel, não havendo, assim, tanta desigualdade entre ambos como veio a acontecer posteriormente. Essa discrepância pode ser vista, também, entre as mulheres pobres e as mulheres ricas, onde os papéis da mulher também se diferenciavam pela posição social.

No entanto, através de muita luta e desempenho, a mulher foi garantindo o seu espaço e reconhecimento na sociedade. Nesse sentido, o segundo subitem, intitulado como “As mulheres de Goiás: de bandeirante a poeta”, vem trazendo um pouco da história de grandes mulheres do Estado de Goiás.

3.2 - Análise sobre gênero: o papel da mulher ao longo dos anos.

Antes de se iniciar um estudo sobre “Mulheres” faz-se necessário entender que esta abordagem está totalmente interligada ao estudo da memória e,

consequentemente, ao estudo do passado.

Nesse sentido, para Le Goff (2003) a historiografia não deve se preocupar apenas com a produção histórica profissional, mas com o conjunto de fenômenos que constituem a cultura e mentalidade de uma época. Hoje, pode-se dizer que o campo de estudos históricos tem sido muito vasto e de grandes possibilidades para quem pretende trilhar pelos caminhos da pesquisa histórica, tornando-se muito importante para a compreensão de todo o processo de mudanças e permanências ocorridas nas sociedades e, nas suas relações entre passado/presente ou presente/passado. Por essa razão podemos dizer que a História é o estudo dos seres humanos no tempo, ou ainda, conforme definido por Marc Bloch (2001, p. 55) é uma "Ciência dos homens, no tempo".

Recorrentemente, quando se refere a memória, logo, como em um toque de mágica, leva-nos ao reviver das lembranças, algo que nos marcou em um determinado momento no passado. Nesse sentido, as vezes nos basta um cheiro, uma música, uma foto, uma comida, algo especial, para ativar as recordações mais profundas da memória. Assim como:

Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, "desloca" estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora (BOSI, 1979, p.9)

Assim, pode-se afirmar que a memória traz para o momento presente os acontecimentos firmados no passado, fazendo com que as pessoas possam reproduzir os sentimentos e comportamentos de outrora. Neste sentido, quando se fala em História das mulheres depara-se com uma história marcada pela exclusão, haja vista que os homens são retratados como sendo os atores principais nos processos históricos. Além de ser os principais responsáveis pelos registros e, especialmente, pela escrita da História.

Traçando uma linha cronológica nota-se que as relações entre gênero foram sofrendo várias mudanças no cursar do tempo. Visto que, nos primórdios conforme estudos arqueológicos, durante muito tempo se acreditou na existência do matriarcado¹. Tese apresentada pela vez por Johann Bachofen, no século XIX em que

¹ O conceito de matriarcado é uma invenção moderna, que associa duas concepções utilizadas pelos scholars do século XIX. A primeira, "direito materno" (*Mutterrecht*, em oposição a *Vaterrecht*, "direito paterno"), foi apresentada em 1861 por Johann Bachofen [...] designava um estágio cultural pré-histórico marcado pela matrilinearidade e anterior ao direito do pai, ou seja, o que hoje denominaríamos de patriarcado. [...] A "ginecocracia" (*Gynaikokratie*), conceito de origem clássica com o sentido de

os estudos mais recentes, tem questionado se de fato o matriarcado existiu ou não tenha se passado de um mito², criado a partir da existência de um suposto culto à Grande Deusa que se apresenta, também como uma religião pré-histórica centrada no culto da “deusa da fertilidade evidenciado por imagens femininas encontradas em sítios arqueológicos europeus e oeste-asiáticos” (GUERRA, 2021, p. 2).

Para Lolita Guimarães Guerra (2021) esse conceito de “matriarcado pré-histórico é genérico e trata-se de “uma leitura sobre o passado que envolve uma série de estereótipos não à toa associados à religião como única esfera pública de projeção das mulheres e à sublimação de suas capacidades reprodutivas” (GUERRA, 2021, p. 2). Para, posteriormente, a mulher ser dominada pelo homem sendo lhe tolhida de toda a forma de liberdade que, supostamente, possuía com o estabelecimento do patriarcado³.

Ao abordar o tema sobre as mulheres na História, faz-se necessário ir mais a fundo nas investigações, uma vez que, segundo Rachel Soihet e Joana Maria Pedro (2007, p. 281 - 282), ao “procurar traços da presença feminina em um domínio sempre reservado aos homens não tem sido uma tarefa difícil”. No entanto, vale lembrar que a historiografia tem passado por grandes transformações, sobretudo, a partir do século XX pela contribuição de importantes correntes historiográficas como o Marxismo e os Annales que passaram a abordar a História dos vindos de baixo, ou melhor dizendo de todos aqueles que, no caso brasileiro, sempre viveram à margem da sociedade e, por sua vez, da História como os negros, os operários, os índios e as mulheres. Enfim, também, as mulheres que se desvencilharam dos domínios domésticos e passaram a conquistar o mundo do trabalho e, sobretudo, da escolarização e passaram a ser registradas e reconhecidas na historiografia, especialmente, pelos estudos e trabalhos historiográficos de mulheres.

Quando se fala da sexualidade essa situação se intensifica, pois, a rivalidade de gênero se torna tão significativa para a segregação, especialmente se o tema for o

“governo de mulheres” (GUERRA, 2021, p. 4).

² O matriarcado “não pôde ser comprovado e nem reprovado com base da cultura material pré-histórica” mas, a sua existência foi “descartada por historiadores e arqueólogos, pois “mitos e artefatos de natureza aparentemente religiosa não são evidências satisfatórias e indisputáveis de autoridade política feminina” (GUERRA, 2021, p. 18).

³ Gerda Lerner define o patriarcado como “manifestação e institucionalização da dominância masculina sobre as mulheres e crianças na família e a extensão da dominância masculina sobre as mulheres na sociedade em geral (GUERRA, 2021, p. 5).

sexo e a prostituição. Isso porque, a sexualidade de acordo com a holística da moral, segrega e potencializa a raiva através do discurso do ódio podendo propiciar uma ruptura social que tendem a transgredir as relações de gênero, especialmente, se exposta à violência. Essa realidade segue a sequência dos tempos, pois:

As mulheres que tinham comportamento desviante deviam saber que corriam o perigo de severa punição. É fato que no Brasil colonial nenhuma foi queimada e feita “fogo em pó”, conforme queria a legislação civil. Aqui elas foram ameaçadas, repreendidas, sujeitas a penitências espirituais (DEL PRIORE, 2004, p. 55).

Nesse sentido, percebe-se que o tempo remonta o passado fazendo com que no presente ainda se faça uma leitura de séculos. Hoje, as mídias não cansam de denunciar maus tratos, agressão e feminicídio, ou seja, matar uma mulher por razões de ser do sexo feminino.⁴ Anteriormente, matar em nome da honra era normal dentro da lógica empírica da sociedade e quase sempre os homicídios contra as mulheres eram arquivados. Ao longo da história as mulheres foram retratadas como demônios, salvadoras ou sobreviventes de um sistema em que o homem ao se sentir ameaçado pela sua inteligência, pelo seu poder de resiliência e sedução foram projetadas pela sociedade, ora como anjo ou demônio.

No Brasil, segundo Mary Del Priore (2004), por muito tempo a cúpula médica comparava o sistema reprodutor da mulher como a de um animal qualquer, não levando em consideração a sua afetividade no seu relacionamento com o homem que era considerado como o procriador da espécie por outorgar a sequência familiar gerada a partir dele, às mulheres eram vistas como sendo um receptáculo que servia apenas para conservar o feto até a sua maturidade para ser “despejado” do seu ventre. A sequência hereditária originária familiar da mulher era desconsiderada nos registros dos filhos que sempre levavam o sobrenome do homem. O que revela o grau de inferioridade e subalternidade do gênero feminino em relação ao masculino. Ao fazer esse tipo de analogia não levam em consideração o sentimento materno que emana entre mãe e filho e que a hereditariedade viria do brilhantismo masculino. Ou seja, as ações da mulher não têm valor para o gênero masculino:

o discurso médico só enxergava a vocação biológica das mulheres. Convém lembrar que, a partir do início do século XVIII, alguns médicos [...] Depois de ter observado os ovários de várias vacas, ovelhas, cadelas e coelhas, o cientista concluíra que os “testículos das mulheres” eram análogos aos ovários dos ovíparos. Os médicos lusitanos, por sua vez, não hesitaram em comparar as mulheres às galinhas. Os princípios da geração no sexo

⁴ 121,§2º, VI do Código Penal

feminino estavam nos ovos com que cada uma das mulheres concorre com sua parte para a procriação [...] neles encontrando-se os primeiros delineamentos do feto, como no ovo da galinha se observam os pintos. Esses “ovos” deveriam transitar pelas trompas de Falópio, antes de serem fecundados pela áurea *seminalis* emitida pelo homem. Dependente do homem, instrumento a serviço da hereditariedade da espécie, este é o corpo da mulher visto pelos médicos (DEL PRIORE, 2004, p. 73).

Menstruação, menopausa e até gravidez eram interpretados como sendo algo como debilitante uma condição anormal, em muitos casos, como sendo uma doença que incapacitavam as mulheres dos afazeres, especialmente, sexuais o que as condicionavam, ainda mais, a inferioridade perante os homens. A sua condição restrita ao ambiente doméstico reforçava a sua situação de dependência emocional e financeira em relação ao homem. Ou seja, as mulheres tinham (continua a ter) um papel de figurantes das cenas da História devido à condição a que, geralmente, estão relegadas de “costureiras, doceiras, fiandeiras e rendeiras. Ou, como cozinheiras, lavadeiras ou criadas, reproduziam no Brasil, os papéis que tradicionalmente lhes eram reservadas” (DEL PRIORE, 2004, p. 120). Ou, quando muito, a de responsáveis pela educação das crianças e adolescentes seja no ambiente doméstico ou escolar como professoras.

Na ausência do espaço doméstico ou escolar, às que estavam predestinadas as mulheres de família, as que seguiam por caminhos diferentes, como por exemplo, o da prostituição eram consideradas desqualificadas mulheres “públicas” e imorais, apelidadas como “sopinha”, “rabada”, “pisca” ou a “mãe do mundo” eram retratadas como sendo um problema social por desencadear doenças que chegavam aos lares das boas famílias e ocasionando grandes despesas aos cofres públicos com a “multiplicação dos enjeitados, crianças abandonadas normalmente à porta das casas de autoridades ou, de potentados locais cuja criação constituía responsabilidade dos cofres municipais” (DEL PRIORE, 2004, p. 131).

A mulher vista dessa forma, se torna um infortúnio para o reconhecimento da sua liberdade. E, a falta de respeito de forma desmedida perpetuou argumentos inconsistentes acerca da sua situação de desonra ao corpo. [...] “Para as mulheres, exploração sexual é a própria marca da exploração de classe” (GERDA, 2019, p. 293). A sexualidade como lugar de conflitos para a mulher existe desde que o mundo é mundo. Um mundo que passa por diversos modos de pensar, um mundo de difícil compreensão. Pois, um sujeito do mesmo gênero com características pertencentes mais ao mesmo tempo diferenciadas, subjugar o outro pela natureza do ser, e do

prazer é um reprodutor da violência. Essa situação realça a dependência e o poder que o homem exercia sobre as mulheres que podiam ser “trocadas ou compradas em casamentos para benefício de suas famílias”. Bem como, “dominadas ou compradas para a escravidão” e quando os “seus serviços sexuais eram parte de sua mão de obra e seus filhos eram propriedade de seus senhores” (GERDA, 2019, p. 291).

Os caminhos perpassados pela mulher ao longo da História foram sempre marcados por humilhações e restrições ao direito à liberdade e o respeito as suas vontades foram sempre reprimidas e prevalece, mesmo com tantas lutas e conquistas, na atualidade apesar de toda evolução técnico-científica e econômica de uma sociedade que tem se baseado na igualdade constitucional de direitos. Apesar de muitas conquistas ao longo das últimas décadas, a mulheres de acordo com Gerda (2019) ainda vivem em estado de falta de liberdade e desvantagem em relação aos homens “e a luta delas até hoje, encontra-se mais atrasada em relação à dos homens” (GERDA, 2019, p. 292).

Com a sociedade industrial capitalista a mulher foi conquistando novos espaços e uma maior inserção no mercado de trabalho, mas tudo isto, teve o seu preço. Com os novos problemas que foram surgindo com o estabelecimento de uma nova organização familiar e, com ela, novas cobranças quanto ao comportamento da família e da mulher com novos significados e representações de uma sociedade urbana e industrial em que tem de assumir novas formas de participação na sociedade, iniciada nos fins do século XIX, no Brasil por exemplo, segundo Del Priori:

Durante a Belle Époque (1890-1920), [...] especificamente sobre as mulheres recaía uma forte carga de pressões acerca do comportamento pessoal e familiar desejado. [...] As imposições da nova ordem tinham o respaldo da ciência, o paradigma do momento. [...] As características atribuídas às mulheres eram suficientes para justificar que se exigisse delas uma atitude de submissão, um comportamento que não maculasse sua honra (DEL PRIORI, 2004, p. 304).

Essa nova situação apresentada se restringia às mulheres da elite ou da classe média urbana que viviam nos grandes e médios centros urbanos da época. Ou seja, o movimento de luta pela igualdade de gênero começou nestes segmentos, especialmente, no pequeno nicho de mulheres altamente escolarizadas e intelectualizadas que começaram a se impor e lutar contra a submissão e a opressão. A condição de analfabeta representava um grande empecilho na luta pela emancipação das mulheres brasileiras. Conforme relatado por Mary Del Priori (2004, p. 371) “Nísia Floresta [...] denunciava a condição [...] em que viviam as mulheres no

Brasil e reivindicava sua emancipação, elegendo a educação como o instrumento através do qual essa meta seria alcançada”.

Deve-se levar em conta que a grande maioria da população brasileira vivia no campo, o processo de urbanização e industrialização no Brasil, além de ter ocorrido tardiamente foi profundamente marcado pela exclusão social, inclusive das mulheres. Assim como, as possibilidades de acesso às escolas tornaram-se uma realidade somente para as gerações atuais, mas a sua aplicação aos diferentes níveis do sistema educacional, não veio acompanhada da “ampliação de oportunidades na conjuntura do desenvolvimento macroeconômico que deveria levar em consideração o desenvolvimento da ciência e da tecnologia” (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2019, p. 214).

Em uma sociedade de herança tipicamente agrária, patriarcal e escravista como é o caso do Brasil as mulheres enfrentam grandes dificuldades e, por muito tempo, não eram incentivadas a ir para as escolas pois, para casar e ter filhos não havia necessidade de estudos, além do mais, ser boa esposa e mãe fazia parte dos “bons costumes” e da moralidade do senso comum. Dessa forma, a mulher não tinha vontades próprias e eram constantemente reguladas e para se firmar no terreno intelectual ela teve que lutar para romper com o viés da desigualdade de gênero.

Somente na segunda metade do século XX com a intensificação da industrialização, urbanização e a modernização do Estado brasileiro, a mulher começou a se inserir no mercado de trabalho formal, especialmente, nos escritórios, comércio, repartições públicas e, sobretudo, nas escolas onde coube-lhe o papel de ensinar o respeito mútuo e a desenvolver a consciência crítica. Segundo Mary Del Priore (2004, p. 376) as mulheres estavam “ansiosas para ampliar seu universo restrito ao lar e à igreja. A partir de então passam a ser associadas ao magistério características tidas como tipicamente femininas”. Assim, ela passa a ser a condutora de almas e responsável por mudanças comportamentais em uma sociedade que estava em processo de transformações. A mulher como uma

professora sindicalizada, denominada de trabalhadora da educação, é representada pela mulher militante, disposta a ir às ruas lutar por melhores salários e melhores condições de trabalho. Ela deve ser capaz de parar suas aulas; gritar palavras de ordem em frente a palácios e sedes de governo; expor publicamente sua condição de assalariada, não mais de mãe, tia ou religiosa, e exigir o atendimento de seus reclamos. [...] Ao final dos anos 70, as entidades do magistério já são capazes, em vários estados brasileiros, de mobilizar parcelas bastante expressivas de docentes e as primeiras greves. (PRIORI, 2004, p. 396).

Diante dessa nova realidade surge uma nova mulher, professora, intelectual e mãe já consciente de sua importância social manifestadas nas suas insatisfações indo de encontro pela luta dos seus direitos instituindo uma reflexão mais ativa acerca das relações de gênero. E, essa mulher continua lutando, conquistando sua independência e seu espaço nos diferentes âmbitos sociais, políticos, acadêmicos, religiosos etc.

3.3 – Breves histórias de algumas mulheres de destaque em Goiás

Na sequência pretende-se compreender, um pouco mais, sobre o papel de algumas mulheres, especificamente, dentro do contexto goiano de uma sociedade tipicamente agrária onde o patriarcalismo está arraigado na cultura e tradições e o poder do homem se constitui o padrão hegemônico sobre o feminino o que contribui para configurar em um certo silenciamento das mulheres. Apesar de todas essas dificuldades apresentadas, algumas mulheres se destacaram em Goiás e cujas histórias são inspiradoras e encorajadoras, conforme apontadas no Dicionário Mulheres do Brasil.

Chica Homem que viveu os primórdios da formação da Vila de São Paulo, no século XVII no tempo das bandeiras de incursões paulistas pelo interior do Brasil em busca de índios para escravizar. Chica Homem foi uma mulher do seu tempo, mestiça, filha de índia com português nasceu nos sertões de Goiás, mas viveu grande parte de sua vida na vila de São Paulo de Piratininga. Foi caracterizada como uma mulher rústica e corajosa pelas habilidades com armas de fogo, destreza em domar burros e cavalos e nas práticas de curandeirismo por meio de ervas medicinais, conforme habilidade herdada das tradições indígenas. Devido as suas habilidades participava de bandeiras de entradas ao sertão para qualquer que fosse o propósito, especialmente, na ajuda aos feridos tratando-os com ervas e unguentos. Vivia às margens do rio Anhangabaú, nas proximidades da Tapera do Índio e faleceu devido aos ferimentos provocados pelo ataque de um touro (SCHUMACHER; BRAZIL, 2000).

Ana Felipe (localidade de São Romão) e Ana Lopes (Localidade de Vila Bela) que viveram em Goiás no século XVIII e foram comerciantes ambulantes (mascates). Tratava-se de uma atividade, na época, tipicamente masculina e conforme livro de registros de impostos de 1795 elas percorriam estradas, arraiais e vilas com suas mercadorias, no caso de Ana Felipe comercializava o sal e Ana Lopes carne seca.

Através destas atividades elas conseguiam garantir o sustento de suas famílias (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000).

Pacífica Josefina de Castro, nasceu em 21 de setembro de 1846, em Vila Boa (GO). Era filha de um grande senhor de terras e de escravos e desde a infância era sensível às condições de vida dos escravos da fazenda do seu pai. E condenava os maus-tratos a que eram submetidos, especialmente, a pouca comida que lhes eram oferecidos durante a semana. Recebeu o apelido de Mestre Inhola pelos escravos como uma forma de tratamento carinhoso. Estudou em uma escola de propriedade de sua mãe e acabou tornando-se professora. Na sua idade adulta fundou a sua própria escola de primeiras letras e cálculos onde desenvolveu o seu próprio método de ensino. Foi uma professora de grande destaque na cidade de Goiás e seu Jubileu de Ouro no magistério foi bastante comemorado e recebeu várias homenagens no dia 15 de novembro 1919. Pacífica faleceu no dia 11 de fevereiro de 1932, com 86 anos de idade (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000).

Benedita Cipriano Gomes ficou conhecida popularmente pelo apelido de Santa Dica, devido ao seu carisma, foi uma líder religiosa que liderou um movimento messiânico em Lagolândia (distrito de Pirenópolis-GO), onde nasceu no dia 13 de abril de 1906, sendo a irmã mais velha de uma família de oito filhos. Supostamente as manifestações espirituais aparecem ainda quando era criança e intensificaram-se na adolescência com um suposto dom de cura. O início de sua fama como líder espiritual aconteceu aos 16 anos de idade, quando sofreu uma crise de ausência que levou seus familiares a acreditar que estava morta. Quando realizava os procedimentos para o seu sepultamento, Benedita, despertou do sono profundo causando grande surpresa a todos os presentes. O que despertou a crença de que havia ressuscitado dos mortos e a notícia se espalhou rapidamente pela região o que deu início a uma intensa peregrinação ao pequeno povoado de Lagolândia. (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000).

Em 1923 ela decidiu assumir publicamente seus poderes espirituais, formou-se com um grupo de féis uma comunidade agrícola que foi denominada de Corte dos Anjos, referindo supostos aos guias espirituais que a protegia. A comunidade foi instalada em terras da fazenda Mozondó que acabou recebendo muitos romeiros que lá chegavam decididos a permanecer no local, contrariando os fazendeiros da região, cujos lavradores deixavam suas terras para se juntar à comunidade de Santa Dica. Ao assumir o controle dos féis estabeleceu uma organização de vida comunitária e independente com a utilização coletiva da terra para produção de alimentos e o não

pagamento de impostos ao governo. O que despertou uma grande preocupação dos grandes fazendeiros, da Igreja e do Governo do Estado que temia o risco de se repetir em Goiás o exemplo ocorrido em Canudos com Antônio Conselheiro, o que levou em outubro de 1925 a organização de uma expedição militar para dar fim aquela comunidade messiânica cercando a fazenda Monzodó e abrindo fogo contra os fiéis dispersando o movimento (SCHUMACHER; BRAZIL, 2000).

Figura 1 - Benedita Cipriano Gomes (Santa Dica)



Fonte: [Santa Dica de Lagolândia | Pirenópolis Goiás Brasil \(pirenopolis.tur.br\)](http://pirenopolis.tur.br)

Benedita foi perseguida pela polícia até se entregar e foi levada a julgamento com pena de um ano e dois meses de prisão. Seus fiéis pressionaram o governo para realizar um novo julgamento que acabou por reduzir a sua pena a alguns meses após a prisão, mas foi banida de Goiás e foi residir em 1926 no Rio de Janeiro e depois para São Paulo, como um membro da Federação das Associações Espíritas do Brasil, mas logo retornou a Lagolândia e refez sua comunidade. Teve uma intensa vida política, apoiada por Pedro Ludovico, formou em 1932 um batalhão de 84 soldados que foi incorporada às tropas legalistas lideradas por Siqueira Campos. No campo de batalha em São Paulo prestava assistência aos feridos, com medicamentos e passes espirituais. Em 1934, se separa de Mário Menes e se uni a Francisco Teixeira, que passou a ficar conhecido como o Chico da Dica e essa nova união durou mais de 30 anos, até a sua morte em 1970. Acabou se consolidando como uma liderança regional e, por décadas, após a redemocratização de 1945, ela se consagrou como um cabo eleitoral imbatível. Seu apoio se torna indispensável a todos que desejavam alcançar sucesso nas eleições e buscava obter benefícios para a sua comunidade. Dica faleceu, dia 9 de novembro de 1970, no hospital de Pirinópolis (GO), vítima de mal de

Chagas. O caso de Santa Dica inspirou e continua a inspirar várias teses acadêmicas e romances (SCHUMACHER; BRAZIL, 2000).

Outro exemplo de mulher de destaque foi Ana Lins dos Guimarães Peixoto Bretas, mais conhecida como Cora Coralina é considerada uma das maiores poetisas de Goiás. Nasceu em 20 de agosto de 1889 na cidade de Goiás onde passou a sua infância entre a cidade e temporadas na fazenda do seu avô. Cora Coralina desde cedo já se percebia ser uma mulher à frente do seu tempo, ainda na juventude, não concordava com o tratamento que os adultos davam às crianças que no seu entender “Criança, no meu tempo de criança, não valia mesmo nada. A gente grande da casa usava e abusava de pretensos direitos de educação” (SCHUMACHER; BRAZIL, 2000, p. 198). Contrariando os valores patriarcais da sua época desde a tenra juventude se interessava por poesias e romances e lia de tudo contrariando a sua família que, acreditava que, “moça romântica não se casava” e lhe diziam que “em casa de romântica, quando o marido chega, o fogão está apagado, [...] o feijão cru, [...], a casa por varrer” (SCHUMACHER; BRAZIL, 2000, p. 198).

Cora Coralina foi uma mulher que transcendeu os costumes e padrões morais da época, a escandalizar a cidade fugindo com um namorado e aos 21 anos apaixonou-se pelo delegado de polícia que, além de ser casado, era 22 anos mais velho do que ela, com quem acabou se casando e teve seis filhos. Devido à forte oposição e rejeição da família fugiu para a cidade de Jaboticabal, no estado de São Paulo. Seu marido morre em 1934 e, em 1945, ela retornou para a Cidade de Goiás, onde produziu a maior parte de suas obras e teve seu talento reconhecido fora dos limites de sua cidade.

Figura 2 – Ana Lins dos Guimarães Peixoto Bretas (Cora Coralina)



Fonte: [Uma entrevista raríssima com Cora Coralina \(blogletras.com\)](http://blogletras.com)

Em 1965 publicou o livro *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais*, que teve mais de 10 edições nos anos seguintes. Na década de 1980 trocou várias correspondências com o poeta Carlos Drummond de Andrade, que admirava o seu talento e a considerava uma mulher de espírito independente e livre. Foi homenageada no Festival Nacional de Mulheres nas Artes e recebeu o título de doutora honoris causa, concedido pela Universidade Federal de Goiás. Em 1983, recebeu da União Brasileira de Escritores o título de Intelectual do Ano e o troféu Juca Pato, sendo a primeira mulher a ser agraciada com eles. Faleceu em Goiânia no dia 10 de abril de 1985, vítima de insuficiência respiratória. Na pedra do seu túmulo está escrito o seguinte verso, deixado por ela: “Não morre aquele que deixou na terra a melodia de seu cântico na música de seus versos” (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000, p. 199).

Nota-se que as mulheres representaram diversos papéis ao longo do tempo e, com certeza, essa luta por reconhecimento e conquista de espaço e notoriedade ainda tem muito a conquistar. Os exemplos citados, assim como outras tantas histórias de superação de mulheres incríveis que passaram nesse mundo e deixaram seu legado e servem de inspiração para outras mulheres nesta longa caminhada pela conquista da igualdade de direitos.

3.4 – Considerações finais.

Conforme foi abordado a mulher foi retratada nos diálogos históricos como um ser inferior e submisso ao homem, situação essa convalidada por uma sociedade

inteira e isso se justifica na relação patriarcal, pois, “o patriarcado mantém e sustenta a dominação masculina, baseando se em instituições como a família, as religiões, a escola e as leis” (GERDA, 2019, p.17).

Outro fato importante está relacionado ao trabalho. Muitas atividades ou atitudes eram pertencentes aos homens como: dirigir, sentar-se no bar sozinha etc. No caso dos exemplos citados, com exceção de Cora Coralina e “Santa Dica”, as mulheres foram reconhecidas por ter **conquistado** a sua “liberdade” do ambiente doméstico e, sobretudo, pela destreza em atividades tradicionalmente exercidas por homens. Esses comportamentos incomodaram e criaram estereótipos que desqualificaram a mulher menosprezando sua representatividade e seu valor. Com o tempo esses padrões normativos se modificaram. Assim sendo, descobrir o seu alto valor implicou em mudanças comportamentais que vão desde a competitividade chegando à igualdade em alguns ofícios, porém, ainda se encontra em defasagem no reconhecimento da sua importância em relação aos homens nas mais diversas atividades que exerçam no mundo do trabalho.

No entanto, a insubordinação e o empoderamento têm de se sobrepor a esse tipo de julgamento mostrando que através da liberdade, da igualdade e do respeito à mulher se liberta do patriarcalismo, que a acomete nos lares e ganha as ruas, que continuam impondo a sua força através de valores e crenças que passam despercebidas e naturalizadas. Trata-se de uma questão que, paradoxalmente, independente de gênero e que são reproduzidas naturalmente, não apenas pelos homens, mas também pelas mulheres o que as dificultam de se libertarem do peso da sujeição e da subordinação que lhes são impostas pelo patriarcalismo.

3.5 – Referências

BLOCH, Marc Leopold Benjamin, 1886-1944. **Apologia da História, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil** / Mary Del Priore (org.); 62 Carla Bassanezi (coord. de textos). 7. ed. – São Paulo: Contexto, 2004.

SCHUMAHER, Schuma; Érico Vital. **Dicionário Mulheres do Brasil de 1500 até a atualidade**. 2ª Edição. Rio de Janeiro-RJ: Zahar, 2000.

GERDA, Lerner, 1920-2013. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens** / Gerda Lerner; tradução Luiza Sellera. – São Paulo: Cultrix, 2019.

GUERRA, Lolita Guimarães. Pequeno histórico do matriarcado como hipótese para a interpretação da pré-história. In. **Mare Nostrum**, ano 2021, v. 12, n.1. Disponível no site: Vista do Pequeno histórico do 'matriarcado' como hipótese para a interpretação da pré-história (usp.br) – acessado em 14/06/2022.

LE GOFF, Jacques, 1924 **História e memória** / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão ... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

OLIVEIRA, Araly Cristina; OLIVEIRA, Hamilton Afonso. À margem da história e da sociedade: a construção da cidadania e situação social dos afrodescendentes após a abolição da escravidão no Brasil. In. **Revista Guaju**, Matinhos, v.5, n.1, p. 190-217, jan./jun. 2019. Disponível no site: À margem da história e da sociedade: a construção da cidadania e situação social dos afrodescendentes após a abolição da escravidão no Brasil | de Oliveira | Guaju (ufpr.br) – acessado em 22/06/2022.

RAGO, Margareth. **As mulheres na historiografia brasileira**. SILVA, Zélia Lopes (Org.). Cultura Histórica em Debate. São Paulo: UNESP, 1995.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana M. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. In: **Revista Brasileira de História**, n.54, v. 27. 2007.

4 - HISTÓRIA, FAMÍLIA, OLIGARQUIA, CORONELISMO E CONDIÇÃO FEMININA NA CIDADE DE MORRINHOS – GO, 1889-1930.

4.1 – Introdução

O objetivo desta sessão é fazer uma abordagem acerca da história da cidade de Morrinhos contextualizando a participação das mulheres no processo histórico de uma sociedade agrária e patriarcal no período da Primeira República (1889-1930), em que as mulheres de elite eram retratadas na sua condição de subalternidade e desigualdade na relação com os homens em que eram colocadas na condição de “boas esposas”, professoras e condutoras das novas gerações.

A mulher em um mundo cada vez mais ocidentalizado tem percorrido por caminhos tortuosos para alcançar conquistas e independência, tanto no domínio público como no privado desde as

culturas primitivas tinham de ser cooperativas, para poder sobreviver em condições hostis, e, portanto, não havia coerção ou centralização, mas rodízio de lideranças, e as relações entre homens e mulheres eram mais fluidas do que viriam a ser nas futuras sociedades patriarcais. [...] É no decorrer do neolítico que, em algum momento, o homem começa a dominar a sua função biológica reprodutora, e, podendo controlá-la, pode também controlar a sexualidade feminina. Aparece então o casamento como o conhecemos hoje, em que a mulher é propriedade do homem. (MALEFICARIUN, 2020, p. 6).

Com as transformações advindas com o advento das primeiras civilizações o homem passou a regular cada vez mais a vida da mulher ancorado no viés interpretativo das instituições religiosas, especialmente as de viés judaico-cristãs e na crença biológica do naturalismo que acredita que tudo vem da Natureza e que no comportamento humano tudo é comum e normal em que prevalece a lei natural da supremacia do homem em relação à mulher, considerada o sexo frágil das relações humanas. E que a mulher, segundo Gerda (2019) sempre será submissa ao homem e “a dominação masculina é universal e natural” ou utilizando-se do argumento religioso de que a mulher deve ser submissa ao homem “por que assim foi criada por Deus”.

Essas análises e interpretações acabaram por perpetuar uma narrativa que naturalizou a condição de subalternidade da mulher que, embora tenha um papel muito relevante na sociedade patriarcal, condicionou a sua missão e condição a uma espécie de papel “secundário” e missionário a de ser esposa e grande progenitora e guardiã dos preceitos da família patriarcal.

Dessa forma, historicamente, desde tempos longínquos as mulheres não podiam se desvirtuar deste papel missionário e subalterno, caso contrário, poderiam ser retratadas como demônios ou bruxas desencadeadoras da perdição por meio da sedução, sendo nesta condição pintadas como anjos ou demônios. Especialmente na Idade Média, quando os cuidados da família, transcendiam ao papel de mães e esposas e devido a criatividade e engenhosidade na lida da terra, segundo Maleficarum (2020) as cultivadoras ancestrais de ervas e as parteiras que viajavam de casa em casa de aldeia em aldeia eram as melhores anatomistas e médicas populares de seu tempo, o que mais tarde, nos séculos XIV e XV, com os avanços da medicina dominada por homens essas mulheres passaram a representar uma ameaça,

em primeiro lugar, ao poder médico, que vinha tomando corpo através das universidades no interior do sistema feudal. Em segundo, porque formavam organizações pontuais (comunidades) que, ao se juntarem, formavam vastas confrarias, as quais trocavam entre si os segredos da cura do corpo e muitas vezes da alma (MALEFICARUM, 2020, p. 13-14).

A partir deste contexto esse importante papel das mulheres como curandeiras e parteiras passaram a não ter mais valor para o gênero masculino e o discurso médico, só passou a enxergar a vocação biológica das mulheres: a de progenitora, um “instrumento a serviço da hereditariedade da espécie” (DEL PRIORE, 2004, p. 73).

Na sociedade patriarcal, seja baseado em preceitos divinos ou científicos, por séculos a imagem da mulher esteve condicionada para ser preparada para o casamento e, em alguns casos, com o avançar do sistema escolar com o advento da sociedade industrial capitalista: a de professora, mestras dos estabelecimentos de ensino de primeiras letras devendo ser estas, preferencialmente, senhoras bem-casadas com qualidades que expressam honestidade, prudência e conhecimentos da arte de coser e bordar. Além de prezar pelos bons costumes e moralidade. As mulheres, gradativamente, a partir dos fins do século XIX, passam a ser além de boas mães, condutoras de almas e responsáveis pelas mudanças comportamentais de uma sociedade que estava em processo de transformações.

A partir dessa nova realidade surge uma “nova mulher”, professora, intelectual e mãe e portadora de consciente social começam a manifestar suas insatisfações, lutando por seus direitos e instituindo uma reflexão mais ativa acerca das relações de gênero. Trata-se, na atualidade de uma mulher militante e trabalhadora da educação

que se encontra “disposta a ir às ruas lutar por melhores salários e melhores condições de trabalho” (DEL PRIORI, 2004, p. 396).

Apesar das conquistas a mulher continua sendo vista nos diálogos e narrativas históricas como sendo inferior e submissa ao homem, convalidada por uma sociedade inteira – inclusive pelas mulheres - uma vez que, segundo Gerda (2019) “o patriarcado mantém e sustenta a dominação masculina, baseando-se em instituições como a família, as religiões, a escola e as leis” (GERDA 2019, p.) Seja trabalhando sob a óptica religiosa ou “científica” as instituições tendem a naturalizar a condição de submissão e subalternidade da mulher em relação ao homem, independentemente de classe social, nível de instrução ou país, as mulheres, segundo Gerda (2019), acabam sendo condicionadas de forma consciente ou não a aceitar essa condição. Nesta perspectiva, conforme reflexões de Del Priori (2020, p. 25) “se olharmos no retrovisor da história, veremos que muita água passou debaixo da ponte e que, durante séculos, acreditou-se em uma natural desigualdade entre homens e mulheres.”

No tocante a cidade de Morrinhos, o contexto da relação entre homens e mulheres na sociedade oligárquica durante o período da Primeira República, não foi diferente, conforme será apontado neste capítulo. Embora de acordo com Fonseca (1997), o reconhecimento da participação das mulheres de elite na sociedade fosse considerado pela sociedade da época pequena e aparentemente sem muita importância, as mulheres acabavam por dar “sustentação a toda uma estrutura política econômica e social: em casa, nos pequenos comércios, na lavoura e na costura” (FONSECA, 1997, p. 140-141).

4.2 – Formação histórica e a consolidação do coronelismo em Morrinhos-GO com a chegada do coronel Hermenegildo Lopes de Moraes

Como foi visto anteriormente o coronelismo foi um fenômeno político marcante na História de Goiás e, conseqüentemente, na História de Morrinhos, que também ficou conhecida como “Cidade dos Pomares” ou como “Atenas de Goiás”, nosso foco principal. Aqui abordaremos alguns traços sobre a história de vida do coronel Hermenegildo Lopes de Moraes que era um dos coronéis mais influentes da cidade de Morrinhos e do Estado de Goiás.

A História da cidade de Morrinhos surge, como uma suposta parada de rota

de tropeiros e viajantes que se dirigiam para Goiás, pelo novo caminho do Sul que, provavelmente, passou a ser frequentado nos fins do século XVIII. O povoado regularmente constituído é de 1835 com a fundação da Capela de Nossa Senhora do Carmo, sendo assim, denominado naqueles tempos de Arraial de Nossa Senhora do Carmo dos Morrinhos. O arraial, em 1836, foi elevado à condição de Freguesia de Nossa Senhora do Carmo dos Morrinhos, em 1855, chegou à condição de Vila Bela do Paranaíba pelo decreto provincial n.º 151 de 23 de janeiro de 1855, mas que foi revogada em 1859 e somente retomada em 1871, com a resolução n. 463 de 19 de julho, mas passou a ser denominado Vila Bela de Morrinhos e, por fim, em 1882, elevada à categoria de cidade e, assim, se fixou com o nome de cidade de Morrinhos (OLIVEIRA, 2006).

Em um período de transição da economia mineradora para a agropecuária. Como aborda Fonseca (1997), “diferentemente da mineração [...], na pecuária os núcleos urbanos só apareciam depois de completamente ocupada a zona rural, dentro do modelo de povoamento conhecido como patrimônio” (FONSECA, 1997, p. 35). Segundo Flávia Oliveira (1989), neste período os deslocamentos de famílias inteiras para o chamado sertão passaram a ser muito frequentes e

tem a ver com sua própria sobrevivência enquanto proprietárias. As regiões de ocupação mais antigas colocavam um limite para a ampliação da riqueza no circuito das famílias já detentoras de propriedade. **Especialmente** com a súbita valorização do café e as novas exigências do capitalismo que penetrava na economia agrária, mudava-se o teor da riqueza, deixava de ser estática no sentido de bens assegurados, terras e escravos, para se tornar dinâmica no sentido imposto pela acumulação de capital e desenvolvimento econômico (OLIVEIRA, 1989, p. 67. **Grifo nosso**).

Segundo Hamilton Oliveira (2006) para milhares de famílias detentoras de pequenas propriedades e que, geralmente, viviam em um modo de produção de autossustentabilidade não tinham condições financeiras para adquirir novas terras, por meio da compra nas localidades mais dinâmicas de São Paulo e Minas Gerais, viam com única saída migrar para os sertões e apossar de terras devolutas, justamente em um momento em que no Brasil não havia nenhuma legislação fundiária entre os anos de 1882 e 1850. Além disso, segundo Flávia Oliveira (1989), a “própria dinâmica de crescimento com o processo das heranças levaria a uma fragmentação da propriedade e, **consequentemente**, da riqueza” (OLIVEIRA, 1989, p. 67). Outro aspecto levantado por Flávia Oliveira (1989) para esses deslocamentos migratórios da primeira metade do século XIX foi que, os “trancos de famílias proprietárias detentoras de recursos, se deslocavam de áreas de antiga ocupação de Minas Gerais

e São Paulo para o sertão, assegurando grandes extensões de terras que, futuramente, seriam ocupadas pelas lavouras de café (OLIVEIRA, 1989, p.67)

Todos os arraiais e vilas que surgiram em Goiás durante o século XIX e primeiras décadas do século XX, segundo Hamilton Oliveira (2006), originaram-se de patrimônios religiosos, em que um ou mais proprietários de terras, geralmente, doavam as terras ao santo de devoção daquela comunidade, por meio de documento público em que o beneficiário era a autoridade eclesiástica:

O doador fixava dessa forma, as bases estruturais do futuro aglomerado procurando atrair moradores para o local. Os que estabeleciam no chão doado ao santo padroeiro pagavam foros à diocese e, os que fixavam nas redondezas tornavam-se arrendatários ou proprietários de lotes de terras ocupadas (OLIVEIRA, 2006, p. 41).

Segundo Hamilton Oliveira (2006) essa prática de doar terras ao patrimônio de uma paróquia, não deixava de ser uma forma dos fazendeiros detentores de posses legitimarem-se como proprietários legítimos das terras, já que, na época, por conta do padroado, a Igreja Católica era a principal responsável pelos registros além de garantir apoio desta instituição a eventuais litígios que viessem a ocorrer. De acordo com Fonseca (1997)

estes lugarejos estavam ligados ao desejo dos fazendeiros de valorizar suas terras, doando um pedaço delas a um santo ou santa imediatamente após a doação iniciavam-se ali serviços e festas religiosas, construía-se uma capela, surgia um pequeno comércio, em seguida algumas casas e assim progressivamente até se consolidar um povoado, que no futuro seria um município (FONSECA, 1997, p. 34).

No tocante a Morrinhos

as terras que deram origem ao município de Morrinhos foram doadas pelos fazendeiros Capitão Gaspar Martins da Veiga e sua esposa Joaquina Maria de Jesus a Nossa Senhora do Carmo em 26 de março de 1845. Segundo Zilda Diniz Fontes [...] conta ela que o bisneto de Jacinto, João Corrêa Bueno, afirmou ter sido a Capela de Nossa Senhora do Carmo construída entre 1833 e 1838, apresentando como provas duas pontas de aroeira, com as datas gravadas a fogo, as quais teriam sido aparadas dos esteios do pequeno templo religioso (FONSECA, 1997, p.36).

Assim, pode-se aferir que a doação de terras que vieram a formar a cidade de Morrinhos foi realizada pelo casal Gaspar Martins da Veiga e Joaquina Maria de Jesus em 1845 e, como mencionado anteriormente, no ensejo de valorizar suas terras e formar um povoado e Nossa Senhora do Carmo já havia sido consagrada como santa padroeira local. Foi com a doação das terras do patrimônio que o povoado formalmente se constituiu, embora sua origem remonte a meados da década de 1830 quando, provavelmente, havia um pequeno povoado rural nas localidades próximas

da capela de Nossa Senhora do Carmo dos Morrinhos nas proximidades de um córrego que ficou denominado, posteriormente, como Maria Lucinda.

De acordo com estudos de Hamilton Oliveira (2006) não é possível precisar ao certo quando se deu o início da ocupação e colonização das terras e assegurar com propriedade quem foi, de fato, o pioneiro a se estabelecer em Morrinhos. O que ele pode perceber pela documentação cartorial consultada é que, em princípios do século XIX, havia diversas famílias já estabelecidas há algum tempo na região, além dos Correa Bueno, havia

Martins da Veiga, Martins Assumpção, Rosa do Carmo, Gonzaga Menezes, Coelho de Siqueira, Sousa Rosa, Luís Guimarães, Rodrigues Paiva, Antônio de Barros, Mendes Moreira, Barbosa de Amorim, Araújo Moreira, Pereira Vargas, Mattos, Parreira, e mais outras dezenas de famílias anônimas de pardos e negros livres, [...] que foram responsáveis pela fundação das cidades de Piracanjuba, Itumbiara, Morrinhos, Caldas Novas e Buriti Alegre (OLIVEIRA, 2006, p.49-50).

A constituição do patrimônio era uma pré-condição para que um pequeno arraial visse a se tornar uma freguesia e, posteriormente, para ser elevado à condição de vila, havia necessidade, além de uma igreja matriz, um edifício com casa de Câmara e cadeia onde funcionasse a administração pública e a justiça. Morrinhos foi elevada à condição de vila em 1855, com a denominação de Vila Bela do Paranaíba, mas, condicionado à construção da Igreja matriz e o edifício de casa Câmara e cadeia, conforme relatório do presidente da província Gama Cerqueira, em 1859, os trabalhos de edificação da cadeia e da matriz não haviam sido concluídos, conforme previsto no

art. 3 da lei de n. 2 de 05 de novembro de 1855 ficarão obrigados os habitantes do município a construí-la a sua custa, tenho recusado fazer despesas com aquele edifício, enquanto não estiverem tão adiantados os trabalhos que haja certeza de não serem dispendidos em pura perda as pequenas somas, que para semelhante fim houverem de ser distribuídas (GAMA CERQUEIRA, 1959, p.30).

Por conta destes atrasos e a não conclusão das obras da matriz e cadeia em tempo previsto por lei, a condição de Vila Bela do Paranaíba foi revogada em 1859, pelo então presidente da província Gama Cerqueira. Até ao ano de 1863, conforme relatório do presidente Couto de Magalhães, a comunidade de Morrinhos não havia conseguido concluir a construção da cadeia:

Está quase concluída a pequena cadeia que, com donativos dos habitantes do distrito e pequenos auxílios concedidos pelos cofres provinciais, conseguirão edificar; é pequena, como já disse; porém oferece duas prisões seguras: dela o pavimento superior é agora fechado, e convenientemente dividido (COUTO DE MAGALHÃES, 1863, p.63).

Além da não conclusão dos trabalhos de construção da matriz e da casa de cadeia e câmara, conforme o mesmo relatório apresentado pelo presidente Gama Cerqueira, havia

a falta de pessoal habilitado para exercer os cargos públicos no município e termo de vila Bela do Paranaíba a [...] completa desordem e anarquia do foro alimentada pela chicana⁵ de alguns rábulas ignorantes e sem consciência, que ao mesmo tempo serviam de advogados e de assessores aos juizes, e finalmente o nenhum zelo dos diversos funcionários públicos pelos serviços a seu cargo, foram razões que tornarão indispensável a supressão daquela vila (GAMA CERQUEIRA, 1959 p.12-13).

Ou seja, todos estes fatores foram determinantes para que a condição de Vila Bela do Paranaíba fosse revogada pela Lei Provincial n.º 6 de 19 de agosto de 1959. A população que foi responsável pela ocupação e povoamento de Morrinhos e região era de indivíduos oriundos, principalmente, de Minas Gerais – São Francisco das Chagas, Sacramento, Piuhuim, Bagagem, Passos, Brejo Alegre, Campos Belos, Dolores de Uberaba, Varginha, Formiga, Pitangui, Campanha, Tamanduá e Araxá - que foram adentrando e ocupando terras até em então devolutas do sul e sudoeste de Goiás o que resultou, segundo Oliveira (2006), nos primeiros sítios e fazendas que depois deram origem às primeiras aglomerações humanas que, posteriormente, se consolidaram nas primeiras cidades do sul de Goiás nos fins do século XIX. Essas migrações foram motivadas pela expansão de atividades relacionadas à pecuária e agricultura extensiva. Conforme relatório do presidente da província Cruz Machado em 1855,

o sul da província principalmente tem tido progressivo aumento; nele eram apenas pequenos curatos as vilas de Bomfim, Jaraguá, Corumbá, Formosa, e Catalão: e insignificantes, ou desertas as freguesias de Morrinhos, Santa Rita do Paranaíba (Itumbiara), Espírito Santo do Vaivém (Ipameri) e da nova vila de Dolores do Rio Verde (Rio Verde) e os distritos de Pouso Alto (Piracanjuba), Caldas Novas, S. Antônio do Rio Verde (Jataí), e Torres do Rio Bonito, e finalmente a Campanha de S. Antônio entre Anicuns, e Turvo, então desconhecida, e hoje povoada de lavradores e criadores, para todos estes lugares tem afluído constantemente grande número de famílias, vindas das províncias de S. Paulo e Minas (CRUZ MACHADO, 1855, p.110).

Segundo Hamilton Oliveira (2006) essa ocupação colonial foi motivada pelas transformações na economia e sociedade na região sudeste do Brasil, especialmente, de Minas Gerais na transição da economia mineradora para a economia agropastoril voltada para o mercado interno,

as transformações econômicas associadas ao crescimento demográfico de

⁵Processo artificioso, abuso de recursos e formalidades em questões judiciais. Querela de má-fé, cavilação, enredo. Ver [Chicana - Dicio, Dicionário Online de Português](#).

Minas e a falta de terras fizeram com que milhares de famílias mineiras se deslocassem de suas regiões em direção a oeste e norte de São Paulo, norte e oeste e noroeste de Minas Gerais, norte do Paraná e região sul de Goiás e Mato Grosso (OLIVEIRA, 2006, p. 29).

Os relatórios dos presidentes de província da década de 1830, segundo Oliveira (2006), deixa evidente o êxodo mineiro para Goiás, especialmente, para o sul de Goiás. O então julgado de Santa Cruz do qual o então Arraial dos Morrinhos era jurisdicionado “possuía uma população estimada em 2904 habitantes em 1804. Em 1825, já era a terceira região mais povoada com 5865 habitantes e, em 1832, já havia 7632 habitantes o que correspondia a um crescimento demográfico superior a 260%” (OLIVEIRA, 2006, p. 32). Trata-se, portanto, de um crescimento demográfico muito expressivo para a época.

De acordo com Fonseca (1997) as primeiras edificações do povoado foram em torno da pequena capela e depois Matriz de Nossa Senhora do Carmo e seguiam o curso do córrego Maria Lucinda. No entanto, segundo a autora, as primeiras plantas edificadas não havia datas e mostrava apenas as propriedades rurais já demarcadas. A matriz de duas torres, conforme apresenta-se na Figura 1, teve os trabalhos de edificação iniciados por volta de 1855, mas, somente foi concluída por volta de 1860, conforme relatório do presidente da província Gama Cerqueira de 1859, informa que foi concedido “em 1.º de março de 1859 200\$000 réis ao reverendo Antônio Francisco do Nascimento, vigário da paróquia de Morrinhos, para auxiliar a conclusão daquela Igreja” (GAMA CERQUEIRA, 1859, p. 17).

Figura 3: Matriz de Nossa Senhora do Carmo (Foto dos fins da década de 1920 edificação concluída em 1860)



Fonte: Acervo digital de Hamilton Afonso de Oliveira. Imagem digitalizada do acervo do Museu Antônio Correa Bueno (Foto tirada por de 1920).

Devido a inexistência de uma legislação fundiária de 1822 a 1850 a ocupação dos terrenos devolutos se dava por meio da simples posse, sem qualquer ônus e despesas com compra da terra e regularização fundiária, a ausência de uma legislação fundiária, segundo o presidente da província Camargo Fleury “tem causado grande prejuízo à Fazenda Pública, que só pela concessão dos terrenos devolutos poderia engrossar suas rendas” (CAMARGO FLEURY, 1837, p.27).

A partir de meados do século XIX, conforme relatórios dos presidentes de província, as estradas do Sul foram se consolidando como as principais rotas dos viajantes e migrantes que se dirigiam para Goiás, sejam elas a que ia dar à cidade de Bomfim (Silvânia-GO) a Catalão ou a que se dirigia a Minas Gerais pelo Porto de Santa Rita do Paranaíba (Itumbiara-GO), conforme atesta o presidente da província Pereira Alencastre

as estradas do Sul as mais transitadas pelos viandantes, as mais frequentadas pelo comércio, tendo por uma delas atravessado em minha viagem para esta província, reconheci a urgência de melhorá-la, a fim de prestar-se com mais facilidade no trânsito público (PEREIRA ALENCASTRE, 1862, p.59).

Na década de 1870 a estrada do Sul que passava por Vila Bela de Morrinhos (Morrinhos-GO) e atravessava o rio Paranaíba em Santa Rita do Paranaíba (Itumbiara-GO), passou a ser denominada estrada real e a principal via de acesso a Goiás “pela qual se fazem todas as comunicações com o Rio de Janeiro” (SOUZA SPÍNDOLA, 1879, p.18). Conforme relatório do presidente da província de Goiás Cícero de Assis a estrada do Sul era a

mais importante via de comunicação terrestre pelo encurtamento de tempo de viagem que traz a quem se dirige desta capital à do Império, não só por ser traçada em bom terreno, como pela diminuição de distância, indo ligar-se à estrada de ferro de S. Paulo (CÍCERO DE ASSIS, 1871, p. 1).

Até a chegada da Estrada de Ferro Goyaz a Catalão em 1909 a estrada do Sul que passava por Morrinhos era, portanto, a principal via de acesso a Goiás, o que pode ter sido determinante para o desenvolvimento da cidade e região no período que se elevou à condição de vila em 1871 e cidade em 1882. Leite de Moraes ao assumir o governo de Goiás em 1881 percorreu o seu trajeto,

partiu em 27 de dezembro de 1880 de São Paulo [...] fez o trajeto pelos trilhos da estrada de ferro Alta Mogiana até Casa Branca, percorrendo o resto do caminho em mula, passando por Cajuru, Mato Grosso, Franca, Santa Rita do Paraíso (todas estas localidades mencionadas em São Paulo), Uberaba, Monte Alegre (Minas Gerais), Santa Rita (Itumbiara), Vila Bela de Morrinhos (Morrinhos), Alemão (Palmeiras de Goiás), Anicuns. Chegou à capital em 31 de janeiro de 1881 (OLIVEIRA, 2006, p. 42-43).

Segundo Hamilton Oliveira (2006) a estrada do Sul tornou-se no último quartel do século XIX, não só a principal via de acesso a Goiás, mas de passagem de novos fluxos migratórios que se dirigiam a ocupar terras devolutas do sul e sudoeste goiano, contribuindo para o crescimento demográfico nestas regiões. A estrada do Sul

foi um empreendimento idealizado pelo padre Hermógenes nos primeiros anos do século XIX, quando então solicitou do governo da Capitania de Goiás concessão de favores para abrir estrada mais curta e segura entre Uberaba e a capital de Goiás. [...] Representou uma redução de 60 léguas de percurso e, conseqüentemente, o tempo das viagens (OLIVEIRA, 2006, p. 44-45).

Conforme estudos de Hamilton Oliveira (2006) por ter se consolidado como a principal via de acesso a Goiás entre os anos de 1870 e 1900, especialmente, com o avançar a Estrada de Ferro Mogiana até Uberaba em 1892, houve um aumento muito expressivo da população do sul de Goiás no período, sobretudo dos municípios de Morrinhos e Pouso Alto (Piracanjuba) que teve sua população acrescida em mais de 200% no período. Devido a sua posição privilegiada “Morrinhos se tornou um importante centro comercial regional, ligando todo o sul de Goiás com o Triângulo Mineiro e à capital do Império” (ALECAR LUZ, 1975, *Apud.* OLIVEIRA, 2006, p. 49).

Segundo França (1975) Morrinhos e Pouso Alto (**Piracanjuba**) formou os municípios com as maiores taxas de crescimento populacional entre os anos de 1872 a 1890, devido ao fato “de a estrada do Sul penetrar em Goiás através dos seus territórios municipais leva a concluir que, por aquela via, se dava (...) a entrada das correntes migratórias mais volumosas (FRANÇA, 1975, p.93).

Crescimento migratório relacionado com a expansão da economia cafeeira em São Paulo que ocorreu essa intensificação da migração para Goiás colidindo com o avançar os trilhos ferroviários em direção ao Planalto Central do Brasil que, certamente, contribuiu para estabelecimento, embora ainda restrito,

de novas relações econômicas e sociais de produção [...] e o processo de monetarização das relações sociais no campo, diante das necessidades cada vez mais urgentes de uma produção de mercado, à medida que as distâncias foram sendo suplantadas com a chegada dos trilhos da estrada de ferro (OLIVEIRA, 2006, p. 153).

Com os novos fluxos migratórios, segundo Hamilton Oliveira (2006) houve a chegada de novas famílias de espírito mais empreendedor e capitalista, como o caso do coronel Hermenegildo Lopes de Moraes, natural de Curalinho (Itaberaí-GO), se estabeleceu por algum tempo em Santa Rita do Paranaíba (Itumbiara-GO), mais precisamente durante a Guerra do Paraguai, por volta de 1870, depois de casado com Francisca Carolina Nazareth Marquez (agora Moraes), veio a residir em Morrinhos,

“com um espírito empreendedor e capitalista acabou tirando proveito das adversidades e das novas possibilidades advindas com a chegada nos novos tempos” (OLIVEIRA, 2006, p. 154).

Figura 4 – Estrada do sul principal via de acesso a Goiás, 1870-1913



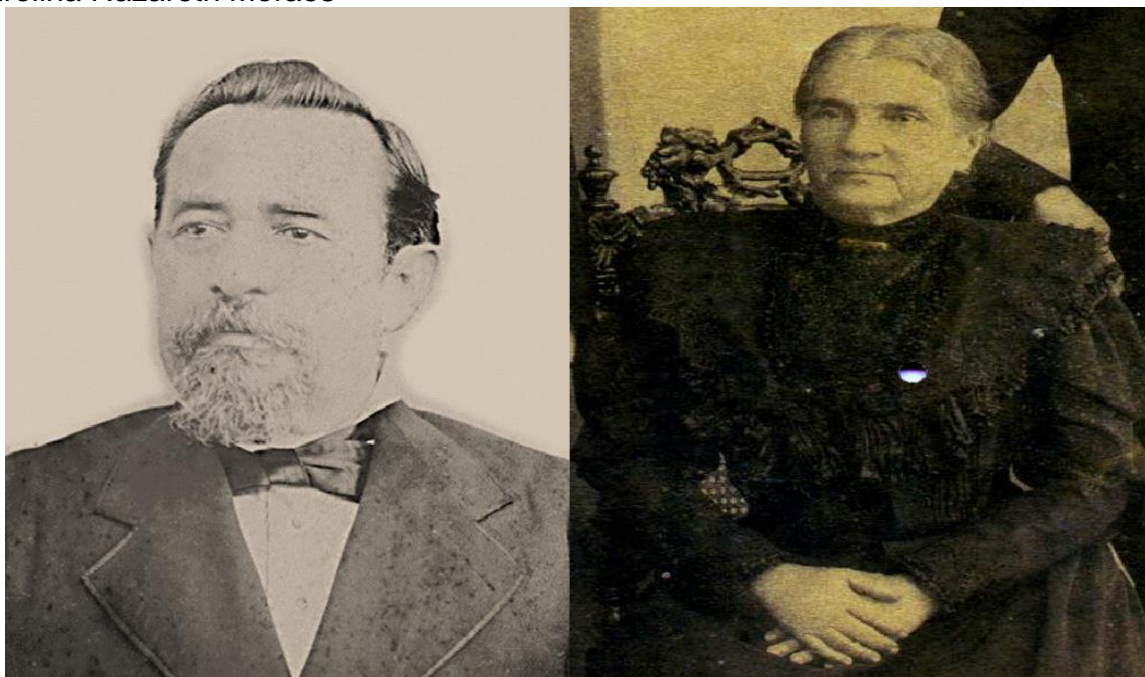
Fonte: LEITE MORAES, 1995.p.33.

O coronel **Hermenegildo** por ser portador de um título da Guarda Nacional, segundo Brandão (1978), no ano de 1886, era o coronel comandante superior da Comarca do Rio **Piracanjuba**, sempre auxiliado por seu ajudante de ordens e secretário, o major Pedro Nunes da Silva. Na época, diante da ausência da presença do Estado os detentores de patentes da Guarda Nacional, conhecidos popularmente de coronéis era que acabavam sendo os principais responsáveis por administrar os

povoados, vilas e cidades apropriando-se do poder local e regional o que lhes angariava prestígio familiar pois, “legalmente, o exercício da administração ou da justiça, na verdade ele (**o coronel**) as exercia de fato, embora não de jure. De certa forma, supria a ausência do poder público, sendo extensa a lista de benefícios que dispensava aos seus adeptos e parentes” (COSTA, 1978, p.123. **Grifo nosso**).

O coronel Hermenegildo soube tirar vantagens econômicas e políticas de tudo isso em um contexto tipicamente agrário de Goiás “marcada por relações pré-capitalistas e mercantis o qual o poder político, a terra, a produção econômica, o comércio e o dinheiro concentravam-se em suas mãos” (OLIVERA, 2006, p. 145). O coronel Hermenegildo, devido à sua riqueza, acabou se consolidando como um dos principais nomes da política coronelística do estado de Goiás e da política local e regional.

Mosaico 5: Coronel Hermenegildo Lopes de Moraes e sua esposa Francisca Carolina Nazareth Moraes



Fonte: Acervo digital de Hamilton Afonso de Oliveira. Imagens digitalizadas do acervo do Museu Antônio Correa Bueno (Fotos tiradas entre os anos 1898 e 1906)

Segundo Costa (1978) foi neste contexto de uma economia agrária que a figura do coronel, principalmente com o advento da República em 1889, se destacou como chefe político. E foi no período da Primeira República (1889/1930) que os coronéis alcançaram maior prestígio e poder nas esferas municipal, estadual e federal. Poder alçado devido o modelo de governo republicano que concedeu aos estados da federação maior autonomia política e administrativa, a partir da

promulgação da Constituição de 1891, que concedia autonomia aos estados estendida, também, aos municípios.

Segundo Victor Leal (1997) o que caracterizou o coronelismo na Primeira República foi o seu sistema de reciprocidade que consistia no apoio mútuo entre o coronel e os grupos políticos dominantes do estado. O coronel, era o chefe político local dos municípios, que buscava sempre uma aliança com o governo estadual e administrava e controlava a política partidária regional, de forma a “conduzir” os eleitores a apoiar e votar nos candidatos de seu apoio e confiança para os cargos do Legislativo e Executivo para as esferas estaduais e federais. Para o eleitor, o coronel poderia ser um “compadre”, alguém em quem podia confiar a zelar pelos seus serviços e, em troca, ele colaborava para o seu bem-estar e proteção embora dependente, se sentir livre e acolhido e não um subordinado.

Para Raimundo Faoro (1995) o coronel seria uma espécie de delegado do governo estadual, mas sem uma hierarquia de poder e se colocava sempre como o “guardador” e “protetor” do povo. Pois, dele dependia de sua intervenção ou até mesmo o financiamento de construção de pontes e estradas, lidar com a polícia e com os cobradores de impostos, zelando pelo bem-estar do “seu povo” dos municípios aliados financeiramente do Estado. Qualidades, que foram apontadas por Leite de Moraes, que governou a província de Goiás de 1881 a 1882, no seu livro *Apontamentos de Viagem (1881)*, quando esteve em Morrinhos:

Fomos à casa do sr. Hermenegildo Lopes de Moraes, um dos mais abastados negociantes da província, cidadão distinto por seu caráter, por suas qualidades morais e por seus serviços à causa pública. [...] foi um auxiliar muito importante da minha administração nos melhoramentos materiais realizados na estrada do Sul (LEITE DE MORAIS, 1995, p.84).

Segundo Hamilton Oliveira (2006) o coronel Hermenegildo não era apenas um grande latifundiário, era também comerciante e possuía casas comerciais todas administradas por pessoas de confiança aliados por laços de parentesco ou casamento: em Uberaba-MG e Santa Rita do Paranaíba (Itumbiara) administradas pelo enteado Galdino da Silveira Marquez, em Morrinhos administradas por Pedro Nunes da Silva (casado com sua enteada Maria Carolina da Silveira) e em Pouso Alto (Piracanjuba) por Pacífico Alves de Amorim (casado com sua enteada Anna Theodora da Silveira).

Além disso, era considerado um capitalista, pois na ausência de bancos, de acordo com Hamilton Oliveira (2006), era ele, por meio até mesmo de suas casas

comerciais que, além de vender produtos dos mais diversos, serviam como agências de crédito por manter clientes uma gama de clientes “cativos” com contas em aberto anotadas em cadernetas ou notas promissórias de créditos por anos ou até décadas, onde os clientes pagavam parcialmente ao longo dos anos suas compras e, faziam, também, empréstimos pessoais a juros que, geralmente, variavam de 1 a 2% ao mês/ano. Os pagamentos eram efetuados em dinheiro ou espécie e ocorriam, geralmente, no tempo das colheitas e das invernadas de gado. Ou, o que era muito comum, na realização da partilha dos bens nos inventários dos clientes quando estes faleciam.

Além de comerciante era grande proprietário e criador de gado, possuía a sua própria tropa de mulas e burros utilizados nos transportes de mercadorias do Rio de Janeiro para Goiás. Era também, um grande monopolizador do crédito, pois a ausência de instituições financeiras naqueles tempos, lhe abria espaços para ser o principal responsável pela concessão de crédito no sul de Goiás e, provavelmente também, do Triângulo Mineiro no financiamento de negócios públicos e privados. Era, portanto, ao mesmo tempo, proprietário de terras, comerciante e capitalista

que ao falecer em 1905, de acordo com os seus bens inventariados, acumulou uma fortuna de 1.774:775\$476 (um mil setecentos e setenta e quatro contos, setecentos e setenta e cinco mil e quatrocentos e setenta e seis réis). **Deste total**, 630:077\$324 (seiscentos e trinta contos, setenta e sete mil trezentos e vinte quatro réis) era de dívidas ativas (**dívidas a receber**) (OLIVEIRA, 2006, p. 148. **Grifo nosso**).

Segundo Hamilton Oliveira (2006) se o coronel Hermenegildo residisse no Estado de São Paulo, sua fortuna se equipararia à dos grandes cafeicultores paulistas e estaria, provavelmente, entre as 20 maiores fortunas daquele Estado em princípios do século XX. O coronel Hermenegildo com esta vultosa fortuna acumulada era portador de grande prestígio político que, segundo Hamilton Oliveira (2006), - citando Guilherme Xavier de Almeida – a sua influência era tão grande “ao ponto de líderes da capital do estado irem à cidade de Morrinhos para, de acordo com o coronel Hermenegildo, escolherem a chapa dos representantes goianos à Assembleia Nacional Constituinte” (OLIVEIRA, 2006, p. 147-148).

Conforme exemplificou Hamilton Oliveira (2006) o coronel Hermenegildo se consagrou, durante o período da Primeira República, como uma liderança regional, não tanto pelo seu carisma, mas pelo poder econômico que foi construído ao longo da sua trajetória de vida, bem como pelas teias de relações de parentesco ou amizade que o colocam segundo Victor Leal (1997) como um “coronel, fortalecido pelo

entendimento que existe entre ele e a situação política dominante em seu Estado, através dos chefes intermediários” (LEAL, 1997, p.64).

Segundo Fonseca (1997) em Morrinhos durante a Primeira República (1889-1930):

Os cargos públicos mais comuns e que exigiam um relacionamento direto com a população [...] eram quase sempre ocupados pelo mesmo grupo, as variações, quando existiam, eram muito pequenas e não chegavam a significar ruptura [...]. Além destes cargos eletivos os coronéis estavam ainda no Judiciário, no comércio, nos espaços de lazer e na igreja, embora não fossem religiosos praticantes (FONSECA, 1997, p. 105).

Nota-se que a influência dos coronéis ia além do poder Executivo e permeava os poderes Legislativo e Judiciário e, até mesmo, o religioso. De acordo com as poucas memórias existentes, supostamente, o coronel Hermenegildo não utilizava da violência e nem de abusos financeiros para alcançar seus objetivos. Segundo relato de seu neto Guilherme Xavier de Almeida (1970), foi através das amizades que conseguiu angariar prestígio e simpatia, se tornou um dos homens mais influentes de Goiás no início da Primeira República.

Guilherme Xavier de Almeida descrevia o seu avô, que sempre viveu na agitação de seus negócios, no final da sua vida vivendo na maior tranquilidade,

dava um passeio a cavalo, todas as manhãs, a uma fazenda que possuía a uma légua da cidade, e de onde lhe vinham quase todos os mantimentos produzíveis no interior. Já não trabalhava na casa do comércio. Mas, após o almoço, quando não estava no escritório com o guarda-livros, aprazia-lhe sentar-se na loja e ali ficar observando o movimento. Depois do jantar, sentava-se com os amigos fora da loja e a conversa durava até a hora de fechar a casa. Gostava também de assistir à chegada de suas tropas, que voltavam de cidades remotas, carregadas de mercadorias (ALMEIDA, 1970, s/p).

Depois de ter se estabelecido na Vila Bela de Morrinhos em 1870 com o exercício de diversas atividades econômicas, além de ter conseguido acumular fortuna, soube angariar um grande capital político “que lhe permitiu criar uma estrutura que propiciou a seus sucessores a ascensão política no âmbito estadual e federal” (OLIVEIRA, 2006, p 147). Segundo Fonseca (1997) desde cedo, o coronel Hermenegildo teve a preocupação de preparar seus filhos para a carreira política, todos os três filhos (Hermenegildo Lopes de Moraes Filho, Alfredo Lopes de Moraes e Francisco Lopes de Moraes), após concluir o ensino elementar foram enviados a São Paulo para a conclusão dos estudos em nível superior. Os filhos Hermenegildo e Alfredo Lopes formaram-se em Direito e ingressaram na carreira política, galgaram cargos no legislativo estadual, federal e tornaram-se presidentes de Estado. O

primeiro, quando faleceu em 1925, era Senador da República. Francisco Lopes de Moraes abandonou os estudos e tornou-se político local e foi eleito somente uma vez ao cargo de deputado estadual.

Estratégia que, segundo Fonseca (1997), funcionou e mostra que o “mandonismo local em Morrinhos era um negócio de família, uma vez que não se verifica mudança no exercício do poder durante a Primeira República” (FONSECA, 1997, p. 103). Esse mandonismo local foi visível ao ser observado a trajetória política da família Lopes de Moraes que, mesmo após a morte do coronel Hermenegildo em 1905, seus filhos deram sequência ao legado deixado pelo pai.

Segundo Fonseca (1997), mesmo que o dinheiro não fosse o elemento determinante para se criar a figura de um líder local, porém, o que foi perceptível em Morrinhos, é que a riqueza do coronel pode ter sido um elemento determinante. Uma vez que, segundo Hamilton Oliveira (2006), o coronel Hermenegildo suprimia a ausência de bancos e emprestava dinheiro a juros a diversas pessoas desde simples lavradores, fazendeiros, comerciantes e até outros coronéis que recorriam a ele em busca de crédito, conforme seu **inventário** havia “um volume grande de dívidas ativas declaradas que correspondiam a 35,5% de sua riqueza montante que o caracteriza também, como um grande financiador e monopolizador do crédito na região” (OLIVEIRA, 2006, p.149).

Pelo apresentado pressupõe que o coronel Hermenegildo tenha adotado a política da parentela, como principal estratégia de poder de um homem que se tornou famoso pela fortuna construída ao longo da sua vida, e que, lhe servia para reforçar seus laços de amizade, parentesco e de dependência com grupos de diversos estratos **??** sociedade do seu tempo (TERUYA, 2002). O relato de Guilherme Xavier de Almeida, atesta isto ao afirmar que a política murrinhense confundia-se com a pessoa de seu avô: “[...] politicamente, na época, Morrinhos era o Sobrado e o Sobrado era o coronel Hermenegildo Lopes de Moraes” (ALMEIDA, 1970, s/p).

Foi em torno da família do coronel Hermenegildo Lopes de Moraes, que segundo Andrade (2012) que a cidade de Morrinhos conseguiu a sua emancipação política, com sua elevação à condição de vila em 1871 e, cidade, em 1882 fomentando o seu crescimento e desenvolvimento ao ponto de se consolidar “como um dos principais centros políticos (**e econômicos**) do Estado de Goiás na Primeira República” (1889-1930) (ANDRADE, 2012, p. 25. **Grifo nosso**).

4.3 – Morrinhos-GO: família, casamento e participação das mulheres em uma sociedade tipicamente agrária, oligárquica e patriarcal

Segundo Katia Mattoso (1988), no Brasil assim como em todos os países de direito romano, o tipo de casamentos predominantes tem sido o regime da comunhão de bens, considerado quase que universal, onde

os bens presentes e futuros de cada um dos esposos pertencem em partes iguais ao casal, **sendo** excluídos dessa comunhão os bens que os esposos tenham recebido em doação, antes ou depois do casamento, ou que lhes tenham sido legados por testamento com cláusula expressa de excluí-los da comunhão (MOTTOSO, 1988, p. 42).

Para Mattoso (1988) trata-se de um regime de contrato de alto risco pois, sobretudo em uma sociedade em que a economia é regida pelo mercado e especulação as fortunas podem se fazer e se desfazer com o tempo e no curto espaço de uma geração. O casamento caracteriza-se por ser patriarcal, uma vez que “a comunhão de bens somente é admitida se o casamento é celebrado "com as bençãos da Igreja" e consumado. [...] O regime da separação de bens é mais favorável à mulher. [...] Ao marido cabe a administração da fortuna da família” (MATTOSO, 1988, p. 42-44).

No entanto, em ambos os casos as mulheres levam desvantagens e estavam sempre na condição de subalternidade e vítimas em caso de má administração do patrimônio pelos maridos que ao falecer deixavam as viúvas com vários filhos e na miséria, conforme observou Oscar Leal, em Goiás na última década do século XIX, havia

viúvas de homens que me vida passaram por bem arranjados, ora em completa pobreza temos visto [...] Em Luziânia conheci mais uma viúva carregada de filhos, mulher de muito boa fé e inexperiente, cujo marido negociava a crédito e que teve o desgosto depois da morte dele de ver até a sua máquina de costura, a sua tesoura e os seus próprios arreios de montar, irem à praça para pagamento aos credores do finado (OSCAR LEAL, 1980, p. 141).

Em Morrinhos Hamilton Oliveira (2006) destacou entre vários casos, os exemplos de

Anna Francisca dos Reis, viúva de Francisco Alves da Costa que ao falecer em 1887, deixou-a com 12 filhos, sendo seis menores de 15 anos e uma dívida passiva que consumia 42% dos bens do casal. Outro exemplo é o de Maria Carolina de Jesus, viúva de Manoel Bento de Machado, que falecido em 1900, deixou-a com 10 filhos, sendo sete menores de 15 anos e uma dívida passiva que representava 48% dos bens inventariados” (OLIVEIRA, 2006, p. 137-138).

Segundo Kátia Mattoso (1988) no que tange à educação dos filhos a responsabilidade não era exclusiva dos pais, nesses quesitos, homens e mulheres tinham os mesmos direitos e deveres:

A mulher obriga-se ainda a criar, alimentar, educar os filhos juntamente com seu marido. Em caso de dissolução do casamento e até que a mulher contraia novas núpcias, ela é obrigada a amamentar seu filho até que ele atinja a idade de três anos. Caso contrário, deverá dar-lhe uma ama-de-leite. Além disso, após os três anos, ela deve zelar pela educação da criança especialmente se a fortuna do marido for insuficiente. A mãe tem os mesmos direitos e deveres que o pai em relação aos bens próprios dos filhos (MATTOSO, 1988, p.48).

Em um período comandado por homens (coronéis) é interessante destacar, segundo Fonseca (1997), que ao analisar antigas plantas de terras do município de Morrinhos datada de 1871, ano em que houve a sua elevação a condição de Vila Bela de Morrinhos, apareciam 14 proprietários, sendo que, apenas uma era mulher e esposa do coronel Hermenegildo” (FONSECA, 1997, p. 58).

A partir das informações apresentadas percebe-se que além da figura hegemônica masculina, o peso da influência da família tradicional patriarcal detentora de poder, prestígio e riqueza era, também, importante nas relações sociais, econômicas e de poder em nível local e regional. Em sociedades tipicamente agrárias, como é o caso do sul de Goiás à época, segundo Hamilton Oliveira (2006), em primeiro lugar, era incompressível a possibilidade de um homem livre viver e progredir sem ter mulher e filhos; em segundo lugar, os principais símbolos de poder e *status* social estava na posse da terra e na cor da pele, neste caso, branca; em terceiro lugar, era necessário ter uma prole extensa e muitos lavradores agregados vivendo sob sua tutela e dependência.

Outra característica da composição das famílias do Sul de Goiás, do século XIX e primeira metade do século XX, a exemplo de outras regiões brasileiras que tem as principais atividades ligadas à agricultura e pecuária, é a estratificação social baseada na cor da pele: de um lado, os senhores brancos e, do outro, negros (livres e escravos) e pardos (livres e escravos). De um total de 161 registros de casamentos analisados por Hamilton Oliveira (2006) ocorridos na Capela de Nossa Senhora do Carmo dos Morrinhos, entre os anos de 1836 e 1849, 84% dos noivos e noivas era livre e apenas 16% escravos, sendo que, os pardos livres representavam 51% e, os brancos, apenas 33%. Negros e pardos juntos representavam 70% da população do povoado. Foi identificado também que

brancos se casavam com brancos, pardos com pardos e negros com negros [...] **houve** apenas dois casais com diferenciação étnica: Luciano José de

Magalhães, crioulo forro, que se casou com Maria Antônia Hipólita, parda livre, em 15 de outubro de 1839 e Serafim Soares de Sousa, pardo livre, que se **casou** com Joana Simplicia de Jesus, branca, em 28 de janeiro de 1842 (OLIVEIRA, 2006, p. 58-59).

Neste modelo de sociedade agrária, patriarcal e escravista a instituição familiar juntamente com seus valores, independentemente de ser uma mulher de família pobre ou rica, ela vivia de acordo com padrões patriarcais que acabavam por determinar seus valores morais e comportamentos. A família que, segundo Del Priori (2004), não era apenas um reflexo da ordem Estado, mas, que repercute na educação dos filhos que são criados para reforçar a ordem patriarcal consagrada. Neste modelo de sociedade, segundo Teruya (2002), os sistemas de parentesco e compadrio se constituíam em relevantes formas de reconhecimento e sociabilidade que regiam as relações sociais, de trabalho e poder entre os indivíduos “traçados dentro de uma rígida hierarquia social na qual ser filho, parente, compadre, cabra, escravo do senhor proprietário, estabelecia os limites e possibilidades para cada um” (TERUYA, 2002, p. 15-16).

Trata-se de uma sociedade em que as estruturas sociais e familiares são essencialmente patriarcais e oligárquicas e era o que acabava determinando as relações que fundamentavam as bases do governo republicano oligárquico, marcada pela “supremacia política de um só homem, cujo poder se baseava num status social e econômico privilegiado **em que é** o antecedente colonial do coronelismo dos séculos XIX e XX” (PANG, 1979, p.22. **Grifo nosso**). Segundo Teruya (2002) no Brasil foi supremacia das famílias dominantes, que se expressavam na parentela, que acabou se constituindo na instituição mais importante para a construção do Estado brasileiro.

Este modelo patriarcal de família consagrada vigente, não se restringia aos parentes ligados por laços de consanguinidade, mas pelo

núcleo conjugal e sua prole legítima, ao qual se incorporariam parentes, afilhados, escravos, concubinas e bastardos, todos abrigados sob a autoridade do patriarca, dono de riquezas, da terra, dos escravos e do mando político na região e protetor e organizador da imensa população que vivia em estado de completa anomia social (TERUYA, 2002, p.15).

Embora segundo Del Priore (1997), “as dimensões continentais do Brasil não resultaram num tipo único de família” (p. 32), mas os princípios básicos do patriarcalismo são gerais e ainda prevalecem na maioria das famílias. Como afirma Gerda (2019) em uma família patriarcal

as responsabilidades e obrigações não são distribuídas de modo semelhante entre aqueles a serem protegidos: a subordinação dos meninos à dominação

do pai é temporária; dura até que eles mesmos se tornem responsáveis por suas casas. A subordinação das meninas e das esposas dura a vida inteira. As filhas podem escapar de tal dominação apenas caso se posicionem como esposas sob a dominação/proteção de outro homem (GERDA, 2019, p. 297).

Nesta estrutura político-social patriarcal, embora fosse notável a importância da mulher, o seu reconhecimento era secundário e restringia-se aos afazeres domésticos, especialmente, dos cuidados de uma grande prole de filhos. As poucas mulheres de destaque social e econômico pertenciam à elite agrária, como é o caso, de Francisca Carolina Nazareth Moraes, viúva do coronel Hermenegildo e Maria Amabini de Moraes, também na condição de viúva do senador Hermenegildo Lopes de Moraes, filho do coronel e Amélia Augusta Xavier, filha do coronel Hermenegildo e casada com José Xavier de Almeida. Mulheres que tinham certo prestígio econômico e social na sociedade do seu tempo, mas esse reconhecimento estava mais associado diretamente ao prestígio social dos seus respectivos maridos, esposos e irmãos.

Para exemplificar, no caso de Maria Amabini de Moraes, o Jornal Folha de Goyaz, noticiava em edição de 14 de janeiro de 1945, a construção do Cine Teatro Hollywood, pela sua empresa intitulada que era “Viúva do Senador Hermenegildo”. O que de certa forma, revela que historicamente, segundo Gerda (2019), as mulheres acabam participando desse processo “de sua subordinação porque internalizam a ideia de sua inferioridade” (GERDA, 2019, p.17).

Trata-se de uma situação que realça o que estava impregnado nas tradições culturais da época que reflete o papel de subalternidade e dependência da mulher em relação ao homem em que “as próprias mulheres se tornaram um recurso adquirido por homens tanto quanto as terras adquiridas por eles. Mulheres eram trocadas ou compradas em casamentos para benefício de suas famílias” (GERDA, 2019, p. 291).

A cidade de Morrinhos desde suas origens possuía todas as características de uma sociedade tradicionalmente patriarcal e escravocrata em que o espaço social da mulher ficava restrito ao ambiente doméstico e para a grande maioria das mulheres

a única educação recebida era a informal, por meio da qual eram preparadas para serem boas esposas e donas de casa [...] a grande maioria das mulheres também se envolvia nos rudes ofícios da lavoura e da criação de pequenos animais para o consumo, acumulando os trabalhos domésticos da cozinha e os cuidados com a prole. A pobreza do meio e a necessidade de mão-de-obra não as dispensavam dos trabalhos em geral do meio rural (OLIVEIRA, 2006, p. 68).

As mulheres além do auxílio nas atividades da lavoura e da criação, exerciam

importantes trabalhos na indústria doméstica artesanal de agromanufaturados existente, e provavelmente, correspondiam a grande maioria da mão-de-obra utilizada na fabricação de doces, na tecelagem, nos engenhos de cana-de-açúcar (fabricação de açúcar, melado e aguardente) e na fabricação artesanal do fumo, conforme nota-se na Figura 3:

Figura 6: Mulheres trabalhando na fabricação artesanal do fumo zona rural do município de Piracanjuba – (por volta da década de 1930)



Fonte: Acervo digital de Hamilton Afonso de Oliveira. Imagem digitalizada do acervo do Museu Antônio Correa Bueno

Por se tratar de uma sociedade agrária, como em quase todo o Brasil até meados do século XX, a grande maioria da população brasileira era analfabeta, sobretudo, entre mulheres, negros e pardos, os índices de analfabetismo eram bem mais acentuados. Na cidade de Morrinhos dos seus “tempos áureos” não era diferente de acordo com o Censo de 1872, “quase 70% da população, não sabiam ler e escrever e apenas cerca de 30% declararam saber ler e escrever” (OLIVEIRA, 2016, p. 104-105). De um total de 1972 mulheres recenseadas, segundo Andrade (2012), apenas 15% eram alfabetizadas; em 1890, de um total de 6780 mulheres recenseadas, apenas 4% eram alfabetizadas; em 1920, de um total de 12.055 mulheres recenseadas, apenas 11% eram alfabetizadas. Entre a população masculina os índices dos que sabiam ler escrever eram, respectivamente, de 24%, 12% e 22%.

As mulheres de famílias mais abastadas e distintas eram conduzidas com mais frequência à educação escolar, conforme atesta Fonseca (1997), em Morrinhos

no contexto da Primeira República (1889-1930) a educação consistia em ensinar as mulheres a tornarem-se “boas esposas e boas mães” o currículo era muito restrito, basicamente se resumia na leitura, escrita, realização das quatro operações de matemática e história do Brasil, além disso, em grande parte do tempo, “as alunas tinham que aprender a pintar, bordar e a fazer trabalhos com agulha” (FONSECA, 1997, p. 141).

As poucas mulheres que sabiam ler e escrever que haviam terminado essa educação básica e elementar, podiam ser nomeadas como professoras na escola para meninas. Na Primeira República, em Morrinhos, havia apenas uma mulher que

ministrava aulas na escola para meninas [...], era a professora Roza Amélia Fleury. Nas primeiras décadas deste século outras professoras foram sendo nomeadas, principalmente para as escolas rurais. Maria Lisboa de Oliveira e Costa (1919), Rita da Fonseca Carneiro (1920), Maria Barbosa Reis (1920), Iracema Siqueira (1923) e Maria José de Oliveira (1927) (FONSECA, 1997, p. 141).

De acordo com Fonseca (1997) havia apenas uma mulher Rosalina Alves que, não era professora, mas funcionária no correio e era caracterizada como “uma mulher de letra firme e bonita” As poucas ocupações fora do ambiente doméstico, como o caso de professora e funcionária dos correios, eram exercidas por mulheres que pertenciam à elite econômica ou cultural e residiam na área urbana. Mas trata-se de casos bem peculiares, nas fazendas não havia grandes diferenciações no trabalho entre as mulheres consideradas ricas e pobres que dedicavam aos afazeres domésticos e lida diária de trabalhos agrícolas e de criação, conciliado com outras atividades, mas especializadas como costureiras, bordadeiras, tecelãs e doceiras. Algumas mulheres de famílias ricas e de prestígio social poderiam se destacar como administradoras de propriedades e negócios, especialmente, na ausência ou por falecimento dos respectivos maridos ou pais. Nas fontes do Cartório do Crime, Maria Lúcia Fonseca (1997) conseguiu identificar que havia algumas mulheres que se apresentavam como chefes de família, provavelmente, por conta da ausência ou do falecimento dos maridos.

Se por um lado as mulheres mais pobres tinham maior liberdade de mobilidade e autonomia para frequentar alguns estabelecimentos, por outro, as mulheres de famílias ricas viviam às sombras dos pais, irmãos ou maridos. Embora estas não tivessem confinadas aos limites territoriais do município pelas possibilidades de viagens para fora do município, do estado e, até mesmo, para fora do Brasil. Como exemplo o de D. Amélia Augusta (Figura 3) esposa de Xavier de

Almeida e D. Maria Amabini de Moraes, esposa e viúva do senador Hermenegildo que costumavam realizar viagens frequentes para a Europa “conta-se que ainda estão guardados os vestidos que D. Amélia Augusta trazia de Paris. Nessas viagens cabia a elas a maior parte dos contatos estabelecidos com a família, em Morrinhos. Não eram, de forma alguma, mulheres ignorantes” (FONSECA, 1997, p. 145).

Figura 7: Amélia Augusta e seu esposo José Xavier de Almeida de uma viagem ao Rio de Janeiro (30/09/1934)



Fonte: Acervo digital de Hamilton Afonso de Oliveira. Imagem digitalizada do acervo do Museu Antônio Correa Bueno

Neste contexto de uma sociedade agrária e patriarcal em Goiás, segundo Rebello (1987),

os filhos deviam obediência cega aos pais, mesmo que estes estivessem equivocados. Usualmente os pais escolhiam as amizades dos filhos. Havia severa vigilância nas conversas das mulheres, mesmo que fossem com amigas, por parte dos seus familiares. Senhor era o tratamento que as mulheres dispensavam ao homem. [...] Bastava um olhar dos pais para que o filho entendesse e cumprisse o estabelecido por eles (REBELLO, 1987, p.16-17).

Essa condição de subalternidade da mulher era bastante disseminada na cultura e no imaginário social e era reflexo da vida cotidiana nos idos anos de 1900 que, segundo Rebello (1987), havia até um abecedário da mulher goiana que regia sua conduta:

- A – Amiga da casa;
- B – Benquista da vizinha;
- C – Caridosa para com os velhos;
- D – Devota da Virgem;
- E – Entendida em seu Ofício;
- F – Firme na fé;
- G – Guardadeira da sua fazenda;
- H -Humilde a seu marido;
- I – Inimiga do mexerico;
- J – Justa;

L – Leal;
 M – Mansa;
 N – Nobre;
 O – Organizada;
 P – Prudente;
 R – Regrada;
 S – Sisuda;
 T – Trabalhadeira;
 V – Virtuosa;
 X – Xã;
 Z – Zelosa da honra (REBELLO, 1987, p.201).

Ou seja, nesta época, conforme apontado por Rebello (1987), pode se concluir que a mulher tinha um papel de coadjuvante e não de participante efetiva da história, embora tivessem papéis importantes elas não eram reconhecidas. Neste modelo de sociedade agrária, patriarcal e escravista as mulheres, em sua grande maioria, viviam em estado de falta de “liberdade” em que ela não tinha se quer o controle sobre o seu corpo que era controlado pelos homens. As religiões, especialmente de matriz cristãs, especialmente, o catolicismo enfatizava esse papel de subalternidade da mulher em relação ao homem devido à sua condição de pecado original:

Durante a instrução a mulher deve ficar em silêncio, com toda a humildade. Eu não permito que a mulher ensine ou domine o homem. Portanto, que ela conserve o silêncio. Porque primeiro foi formado Adão, depois Eva. E não foi Adão que foi seduzido, mas a mulher, que, seduzida pecou (TIMÓTEO I, vers.11-14).

Conforme versículos apresentados da Primeira Carta de São Paulo a Timóteo a mulher é “culpada pelo despojamento de tudo de bom quando da expulsão do paraíso, só lhe restava dedicar-se a pagar seus pecados pela contemplação de Deus, pela continência e pela domesticação de seu desejo” (DEL PRIORI, 2020, p. 21-22). Independente da época, e mesmo na atualidade com todo um processo de emancipação feminina em andamento, o patriarcalismo continua forte e transcende as relações de gênero, segundo Gerda (2019),

o patriarcado mantém e sustenta a dominação masculina, baseando-se em instituições como a família, as religiões, a escola e as leis [...] muitas mulheres acreditam que precisam de um homem protetor, e que isso está ligado a afeto. Existe uma chantagem emocional de perda de afeto da parte dos homens às mulheres (GERDA, 2019, p. 17).

Ou seja, existe toda uma tradição histórica, cultural e de memória que são transmitidas pela educação informal, bem como, pelo sistema patriarcal e suas instituições - destaque para as religiões cristãs - que são fortes e, mesmo com toda a “liberdade” e direitos conquistados pelas mulheres ao longo dos últimos anos,

paradoxalmente, elas não conseguem se libertar e acabam por reproduzir muitas vezes de forma inconsciente o patriarcalismo opressor que exerce o controle e regulamenta a vida da mulher, impondo sua força através dos valores e crenças que impossibilitam às mulheres de se libertarem do peso da sujeição e da subordinação que lhe é imposta.

Apesar dos vislumbres da modernidade e do progresso, auferidos com o desenvolvimento científico e tecnológico que começavam a dar fortes sinais de representatividade no Brasil, no período da Primeira República (1889-1930) a condição e a situação das mulheres, especialmente, as que residiam fora dos médios e grandes centros urbanos não sofreram muitas mudanças. Segundo Del Priori (2004), mesmo nestas localidades, com a industrialização e a inserção de algumas mulheres no mercado de trabalho era sobre elas

que recaía a forte carga de pressões acerca do comportamento pessoal e familiar desejado. [...] As características atribuídas às mulheres eram suficientes para justificar que se exigisse delas uma atitude de submissão, um comportamento que não maculasse sua honra (DEL PRIORI, 2004, p. 304).

No interior do Brasil em regiões predominantemente agrárias a mulher permanecia na sua condição de subalternidade, praticamente, inalterada e somente os homens podiam vir a ser cidadãos distintos, se nascidos em famílias de renome e de posses acabavam tendo destaque na vida social e política local, regional e estadual. De acordo com Fonseca (1997), as principais personalidades de destaque eram todas masculinas: o coronel Hermenegildo Lopes de Moraes, coronel João Lopes Zedes, coronel Pedro Nunes, coronel Fernando Barbosa, o senador Hermenegildo Lopes de Moraes (filho do coronel Hermenegildo), o doutor José Xavier de Almeida, o doutor Pedro Nunes da Silva Filho, doutor Gumercindo Otero, doutor Alfredo Lopes de Moraes, doutor Guilherme Xavier de Almeida, doutor Sylvio Gomes de Mello dentre outros. Nomes que ainda se encontram perpetuados na memória popular por terem sido homenageados com nomes de praças, ruas, avenidas, repartições públicas e instituições escolares. Personalidades que, de certa forma, são associadas a um passado de nostalgia e “esplendor” vivido pela cidade de Morrinhos na Primeira República (1889-1930) pela sua importância econômica, política e cultural ao ponto de a cidade ter sido referenciada, à época, pela elite local como a “Atenas de Goiás”.

É interessante lembrar também que, grande parte desses nomes fizeram

acordos através de laços matrimoniais fortalecendo e garantindo, assim, o poder das famílias Lopes Moraes, Xavier de Almeida e os Nunes da Silva. Neste aspecto as mulheres da elite tinham papéis importantes nos enlaces matrimoniais estratégicos entre as famílias mais importantes da região e até mesmo de outros estados durante o coronelismo. Neste sentido, segundo Barbosa (2015), o coronel Hermenegildo Lopes de Moraes contraiu 2.^a núpcias Francisca Carolina Nazareth Marquez (04/11/1869) que era então viúva de Alcebíades José da Silveira e filha de Manoel Martins Marquez e Hippólita Maria de Nazareth, importante família de prestígio econômico e político na região do Triângulo Mineiro. Da mesma forma, José Xavier de Almeida casou-se em 1901, com Amélia Augusta, filha do coronel Hermenegildo que culminou na ascensão de Xavier de Almeida e da família Lopes de Moraes ao poder regional e nacional.

Figura 5 – Amélia Augusta e José Xavier de Almeida



Fonte: Acervo digital de Hamilton Afonso de Oliveira. Imagem digitalizada do acervo do Museu Antônio Correa Bueno

Segundo Campos (2003) José Xavier de Almeida, era um jovem promissor no meio político, advogado e fazendeiro, secretário-geral do Partido Republicano de Goiás e deputado federal nas gestões de 1900 a 1902 e 1906 a 1908. O casamento com a filha do coronel Hermenegildo, ocorreu segundo Moraes (1974), após as eleições de 1901 quando foi eleito governador de Goiás,

Xavier de Almeida viajou para Morrinhos, onde se casou com D. Amélia Lopes de Moraes, que, além de possuir dotes pessoais indiscutíveis, era detentora de uma das maiores fortunas do Estado [...] esse casamento foi uma surpresa para toda a cidade de Goiás, pois se acreditava no ingresso de Xavier de Almeida no clã Bulhônico. [...] **Com isso**, os coronéis do interior, graças ao casamento de Xavier, passaram a lhe oferecer irrestrito apoio (MORAES, 1974, p.178-185. **Grifo nosso**).

Amparado pelo seu sogro, Xavier de Almeida rompeu com a família dos

Bulhões que deixou de controlar de forma hegemônica o poder no estado de Goiás. Com essa dissidência, segundo Maria Augusta Moraes (1974), José Xavier de Almeida, “começou a se projetar no cenário político goiano, devido às suas qualidades morais, intelectuais e administrativas nos governos bulhônicos de Francisco Leopoldo e Urbano Gouveia, como secretário, revelando-se hábil político” (MORAES, 1974, p.175-176).

Com a ascensão de Xavier de Almeida ao poder estadual em 1901, momentaneamente, nos primeiros anos do século XX, o grupo político de Morrinhos tornou-se hegemônico no cenário político estadual com a ruptura de Xavier de Almeida com as famílias Bulhões e Caiado. De acordo com Fonseca (1997) há indícios de que o grupo político morrinhense buscou uma relação de interdependência com os grupos oligárquicos da Cidade de Goiás:

Em nosso entendimento, a elite morrinhense era formada por deslocados da capital, que buscavam quebrar o domínio das oligarquias estabelecidas no Estado. Morrinhos foi a cidade escolhida como domicílio pelo coronel Hermenegildo, que era um vilaboense, e por José Xavier de Almeida, depois de sua expulsão da capital, com a Revolução de 1909. Por sua vez, Hermenegildo Lopes de Moraes, o filho, foi impedido de assumir a presidência do Estado, para a qual havia sido eleito, em função da crise de 1909. E, já no final da Primeira República, Alfredo Lopes de Moraes, filho caçula do coronel, renunciou à presidência do Estado. Não houve neste episódio nenhuma pressão sobre o morrinhense declarada publicamente, mas a existência de divergências com os Caiados pode ser percebida nas substituições ocorridas nos cargos de comando, logo após sua saída. (FONSECA, 1997, p.06)

No período de 1901 a 1909, também denominado como “arranjo xavierista” por Itami Campos (2003), o grupo oligárquico de Morrinhos da família dos Lopes de Moraes teria se destacado em todas estas etapas, baseado nas alianças e acordos em que a união das famílias Lopes de Moraes, Nunes da Silva e Xavier de Almeida se deram pelos laços matrimoniais que teve início com o coronel Hermenegildo Lopes de Moraes com o seu enlace matrimonial com Francisca Carolina Nazaré Marquez, filha e viúva de famílias de prestígio social e econômico no Triângulo Mineiro, que provavelmente, foi importante tanto para a sua ascensão econômica e influência política para além das fronteiras do estado de Goiás; seguido pelo enlace matrimonial de sua filha Amélia Augusta com José Xavier de Almeida; e, por fim, os casamentos de suas enteadas Maria Carolina da Silveira com o major Pedro Nunes da Silva, Anna Theodora da Silveira com Pacífico Alves de Amorim e Alfredo Lopes de Moraes que, acordo com Barbosa (2015), a exemplo do pai, contraiu casamento em segunda núpcias com sua prima Maria Virgínia Márquez Otero, viúva de José Otero Fernandez

que era um industrial que tinha uma fábrica de chapéus na capital paulista.

Com exceção do filho Hermenegildo Lopes de Moraes que, casou-se, supostamente contrariando os desejos do pai e da família com Maria Amabini de Moraes e, do seu irmão, Francisco Lopes de Moraes que não se casou e viveu solteiro em uma vida boemia, as alianças matrimoniais garantiram a influência política e econômica dos descendentes diretos e indiretos da família Lopes de Moraes nível local e regional há mais de meio século após a morte do coronel Hermenegildo Lopes de Moraes em 1905.

4.4 – Considerações finais

Conforme pode se notar em uma sociedade agrária e oligárquica totalmente controlada pelos homens, as mulheres de famílias ricas ou pobres, mesmo em uma condição sociocultural de subalternidade, tiveram importância e contribuições para o desenvolvimento da sociedade. Independentemente naqueles tempos as mulheres não teriam a chance de conquistar o seu devido espaço e reconhecimento e mesmo na atualidade, em pleno século XXI, as mulheres tem-se muito a conquistar e serem reconhecidas.

Entretanto, ao longo dos anos e, conseqüentemente, no percorrer da história de Morrinhos, as poucas mulheres de destaque foram da elite e foram reconhecidas pelos seus trabalhos apenas na esfera educacional. Entre elas podemos citar alguns poucos: Mariquita Costa; Olga Hannum; Maria Barbosa Reis, Nilza Diniz Silva; Zilda Diniz Silva e Maria Amabini de Moraes, que será o principal foco deste trabalho. De acordo com Fonseca (1997, p.145) com a morte do marido o senador Hermenegildo, “Maria Amabini de Moraes [...] tornou-se mais popular do que o marido [...], e está presente nas fontes iconográficas, tendo uma estátua em praça pública”.

No próximo capítulo pretende-se averiguar a história de vida de Maria Amabini de Moraes e dos serviços prestados ao desenvolvimento da cidade de Morrinhos. Espera-se que este trabalho possa contribuir para a importância do papel das mulheres na sociedade e que sua história e trajetória de vida não caiam no esquecimento.

4.5 – Referências

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Anais da Província de Goiás**. Convênio 61 Sudeco/Governo de Goiás. Brasília-DF: Editora Gráfica Ipiranga LTDA., 1979.

ALMEIDA, Guilherme Xavier de. O Sobrado. In: **Revista da VI Festa de Artes de Morrinhos**. [s/l.: s/n.], página sem numeração, 1970.

ANDRADE, Aniele Oliveira de. **O coronelismo e a hegemonia da cidade de Morrinhos na política regional de Goiás na Primeira República – 1889-1930**. Monografia de conclusão de curso. Universidade Estadual de Goiás, UnU. Morrinhos, 2012.

BARBOSA, José Afonso. **Na trilha do passado**. Goiânia: Kelps, 2015.

BÍBLIA SAGRADA. 72.^a impressão. **Edição Pastoral**. São Paulo: Ed. Paulus, 2009.

BRANDÃO, A.J. Costa. **Almanach da Província de Goyaz: para o ano de 1886**. Coleção documentos goianos – Goiânia: Ed. UFG, 1978.

CAMPOS, F. Itami. **Coronelismo em Goiás**. Ed.Vieira, Goiânia, 2003.

COSTA, Lena Castello Branco Ferreira. **Arraial e coronel: Dois estudos de história social**. São Paulo: Cultrix, 1978.

DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil** / Mary Del Priore (org.); 62 Carla Bassanezi (coord. de textos). 7. ed. – São Paulo: Contexto, 2004.

DEL PRIORE, Mary, 1952. **Sobreviventes e guerreiras: Uma breve história das mulheres no Brasil** [livro eletrônico]: 1500-2000 / Mary del Priore. – São Paulo, 2020.

FAORO, RAYMUNDO. **Os donos do poder: Formação do Patronato Político Brasileiro**. Vol 2. 10^a edição. São Paulo: Globo, 1995.

FONSECA, Maria Lucia. **Coronelismo e mandonismo local - Morrinhos (1889/1930)**. Dissertação de mestrado. 1997. Disponível: FONSECA_Maria_L_cia._1997.pdf (ufg.br)

FRANÇA, Maria de Sousa. **Povoamento no Sul de Goiás: estudo da dinâmica da ocupação espacial**. Dissertação de Mestrado apresentado no Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Goiás em convênio com a Universidade de São Paulo: Goiânia, UFG, 1975. 176 páginas (mimeografado).

GERDA, Lerner, 1920-2013. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens** / Gerda Lerner; tradução Luiza Sellera. – São Paulo: Cultrix, 2019.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 3^a edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LEAL, Oscar. **Viagem às terras goyanas: Brazil Central**. Goiânia, Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1980.

LEITE MORAES, J.A. **Apontamentos de viagem**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

LUZ, Maria Amélia de Alencar. **Estrutura Fundiária em Goiás: Consolidação e Mudanças (1850-1910)**. Goiânia: tese de mestrado, 1982.

MALEFICARUM, Malleus. **O martelo das feiticeiras**. Edição de Rose Marie Murar. 63 Tradução: Paulo Fróes. 29ª Edição. Editora Rosa dos Tempos. 2020.

MORAES, Maria Augusta Sant'Anna. **História de uma oligarquia: os Bulhões**. Ed. Oriente: Goiânia, 1974.

OLIVEIRA, Flávia Arlanch Martins de. **Famílias proprietárias e estratégias de poder local no século passado**. In. Revista Brasileira de História, São Paulo, V. 9, nº 17 pp. 65-85, set.88/fev.89. Disponível: https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3836 – acessado em 06/01/2022.

OLIVEIRA, Hamilton Afonso de. **A Construção da Riqueza no Sul de Goiás (1850-1910)**. 2006. 231 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Departamento de História, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2006. Disponível em: Domínio Público - Detalhe da Obra (dominiopublico.gov.br) – **acessado** em 23/12/2021.

REBELLO, Péricles Xavier. **Usos e costumes do Estado de Goiás: estudos e interpretação, de 1900 a 1980**. Goiânia: Gráfica e Editora Líder, 1987.

RELATÓRIOS DOS GOVERNOS DA PROVÍNCIA DE GOIÁS DE 1835-1843 - relatórios políticos, administrativos, econômicos, religiosos etc./ Sociedade Goiana de Cultura, Centro de Cultura Goiana. - Editora UCG: Goiânia, 1986. (Memórias Goianas III).

RELATÓRIOS DOS GOVERNOS DA PROVÍNCIA DE GOIÁS DE 1856-1859 - relatórios políticos, administrativos, econômicos, religiosos etc./ Sociedade Goiana de Cultura, Instituto Histórico do Brasil Central, Centro de Cultura Goiana. - Editora UCG: Goiânia, 1997. (Memórias Goianas VII)

RELATÓRIOS DOS GOVERNOS DA PROVÍNCIA DE GOIÁS DE 1859-1861 - relatórios políticos, administrativos, econômicos, religiosos etc./ Sociedade Goiana de Cultura, Instituto Histórico do Brasil Central, Centro de Cultura Goiana. - Editora UCG: Goiânia, 1997. (Memórias Goianas VIII).

RELATÓRIOS DOS GOVERNOS DA PROVÍNCIA DE GOIÁS DE 1861-1863 - relatórios políticos, administrativos, econômicos, religiosos etc./ Sociedade Goiana de Cultura, Instituto Histórico do Brasil Central, Centro de Cultura Goiana. - Editora UCG: Goiânia, 1998. (Memórias Goianas IX).

RELATÓRIOS DOS GOVERNOS DA PROVÍNCIA DE GOIÁS DE 1870-1874 - relatórios políticos, administrativos, econômicos, religiosos etc./ Sociedade Goiana de Cultura, Instituto Histórico do Brasil Central, Centro de Cultura Goiana. - Editora UCG: Goiânia, 1999. (Memórias Goianas XI).

RELATÓRIOS DOS GOVERNOS DA PROVÍNCIA DE GOIÁS DE 1875-1879 - relatórios políticos, administrativos, econômicos, religiosos etc./ Sociedade Goiana de Cultura, Instituto Histórico do Brasil Central, Centro de Cultura Goiana. - Editora UCG: Goiânia, 1999. (Memórias Goianas XII).

RELATÓRIOS DOS GOVERNOS DA PROVÍNCIA DE GOIÁS DE 1880-1881 - relatórios políticos, administrativos, econômicos, religiosos etc./ Sociedade Goiana de Cultura, Instituto Histórico do Brasil Central, Centro de Cultura Goiana. - Editora UCG: Goiânia, 2001. (Memórias Goianas XIII).

TERUYA, Marisa Tayra. **Trajetória sertaneja**: um século de poder e dispersão familiar na Paraíba (1870-1970). 2002. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Acesso em: 22 maio de 2022.

5 - MARIA AMABINI DE MORAES: UMA VIDA A SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO DA CIDADE DE MORRINHOS-GO E REGIÃO

5.1 – INTRODUÇÃO

Segundo Ecléa Bosi (1979, p. 15), “a lembrança é a sobrevivência do passado. [...] é precisamente nesse reino de sombras que se deposita o tesouro da memória” (BOSI, 1979, p. 14). É partindo desta afirmação de Ecléa Bosi que se pretende, a partir da memória e da lembrança abordar o vislumbre da trajetória da vida de Maria Amabini de Moraes e sua importância na sociedade da cidade de Morrinhos-GO e região entre os anos de 1925 e 1960.

A memória de acordo com Myrian Sepúlveda dos Santos

está presente em tudo e em todos. Somos tudo aquilo que lembramos; somos a memória que temos. A memória não é só pensamento, imaginação e construção social, mas também uma determinada experiência de vida capaz de transformar outras experiências a partir de resíduos deixados anteriormente (SANTOS, 2012, p. 31).

Ou seja, a memória está relacionada às vivências individuais ou coletivas que com o passar dos anos, representa uma síntese de todas as experiências vividas (positivas ou negativas) que marcam a vida dos indivíduos que, no seu conjunto, podem expressar a cultura, identidade e memória da coletividade de uma determinada localidade, por menor que seja, ou país. Ou seja, é a memória coletiva que caracteriza os valores sociais e culturais de determinada sociedade no tempo. Na memória que se fundamenta os princípios básicos que alicerçam a construção de uma identidade. Quando a memória coletiva e a memória individual se coexistem e estão integradas aos fatos do passado, presente e futuro podem ser **compreendido** se perpassadas para as gerações vindouras garantindo a memória sempre viva.

No entanto, em oposição à memória está o esquecer, uma vez que, não somos capazes de armazenar na memória todas as experiências e aprendizados acumuladas com o passar do tempo. Ou seja, somos condicionados a selecionar apenas as recordações mais significativas que, de alguma forma, influenciaram nossas decisões ao longo da vida. Atualmente, com o ritmo da vida e grande sobrecarga de informações advindas com os avanços das tecnologias de informação, as pessoas na atualidade tendem a consumir um volume grande de informações o que pode estar acelerando o esquecimento no mundo real, o que leva Von Sinson (2019) afirmar que estamos vivendo em uma era da “sociedade do esquecimento”.

Para Eliza Bachega Casadei (2019, p. 24-25), o que está se estabelecendo na atualidade são a constituição de “novos lugares da memória” com a internet “que possibilita a construção de diversos tipos de lugares de memórias, a partir de potencialidades que redesenham o próprio conceito”.

Paul Ricoeur (2007), afirma que o esquecimento é uma ameaça para o plano de fundo da memória e da história, comparando-o com danos, fraquezas e lacunas. A própria memória se define como luta contra o esquecimento. E com a perda da memória se perde toda uma história e, com ela toda uma cultura adquirida com o passar do tempo. A história é o fator extremamente importante para a preservação do conhecimento do passado e compreensão do presente.

Assim sendo, a função da memória é guardar os aprendizados passados que se agrupam de forma rotineira no que vimos, pensamos, agimos, sentimos, adquirimos e aprendemos, em um modo geral, todos os nossos hábitos. No entanto, de acordo com Paul Ricoeur (2007, p. 438), “se uma lembrança volta, é porque eu a perdera; mas se, apesar disso, eu a reencontro e reconheço, é que sua imagem sobrevivera”. Nesta perspectiva o trabalho dos professores e historiadores são fundamentais no sentido de lembrar “reviver” as memórias e tradições de outrora.

Nessa sessão do trabalho pretende-se analisar a trajetória de vida de Maria Amabini de Moraes (Dona Fiica), percursos estes que resultaram na construção de sua imagem a uma grande benfeitora para a cidade de Morrinhos-Go e à reflexão dos fatores históricos e culturais que são reservados à importância marginal do papel da mulher na sociedade. E, na ausência de fontes documentais, essa parte da pesquisa pretende utilizar-se da oralidade que é uma importante metodologia e fonte de pesquisa imprescindível e rica pelo seu “gênero multivocal, resultado do trabalho comum de uma pluralidade de autores em diálogo” (PORTELLI, 2010, p. 20).

Nesse caso, foram realizadas entrevistas com pessoas ainda vivas e que tiveram o contato direto com Maria Amabini de Moraes. As entrevistas foram realizadas em formato presencial e, em alguns casos, por mais de uma vez, **visando** uma melhor qualidade nos resultados.

Foi aplicado, também, questionários para aferir o conhecimento atual do diretor, docentes e demais servidores do Ginásio Senador Hermenegildo de Moraes, sobre a memória da personagem pesquisada. Nessa parte da pesquisa, os questionários foram disponibilizados pelo *Google forms*, não havendo contato direto com os participantes.

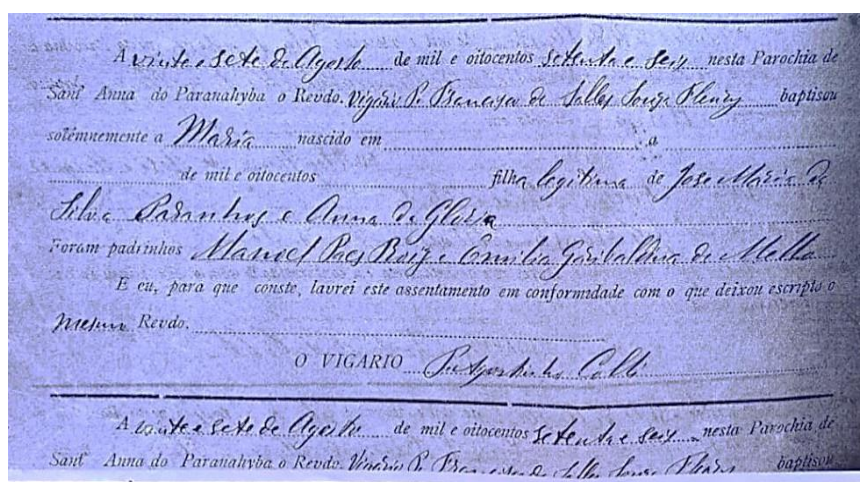
Foram utilizados também fontes documentais como jornais ou folhetins locais, registros de batismo e casamento e fotos.

Nesta perspectiva, o objetivo desta sessão, foi uma tentativa de ativar a memória e fazer trazer à tona os acontecimentos do passado a partir do acionar a consciência/memória e procurar resgatar o que se passou da trajetória de uma figura feminina que teve grande destaque no cenário da cultura e educação em Morrinhos, a partir da memória dos poucos sobreviventes que restam e que tiveram contato direto com Maria Amabini de Moraes, cuja memória de sua história, vem se esvaindo com o passar dos anos e findar das gerações que a conheceram.

5.2 – Breve Biografia de Maria Amabini de Moraes (D. Fiica)

Maria Amabini de Moraes, segundo consta em seu registro de batismo, ela nasceu no dia 27 de outubro de 1875 na cidade de Cuiabá, mas seu registro de batismo **aconteceu** na Paróquia de Sant'Anna do Paranaíba (MS), em 27 de agosto de 1876 sendo filha de, José Maria da Silva Paranhos (supostamente, o visconde do Rio Branco ou o barão do Rio Branco) e Anna Amélia da Glória que, conforme memória da tradição oral, era dona de um pequeno cassino (ou casa de jogos) e era considerada como uma forasteira pela sociedade local de Morrinhos à época.

Figura 1 – Registro de Batismo de Maria Amabini de Moraes



Fonte: Paróquia de Sant'Anna do Paranaíba.

Acompanhada de sua mãe, Maria Amabini se estabeleceu em Vila Bela de Morrinhos (atual Morrinhos-GO), por volta de 1880, quando ela tinha por volta de quatro anos de idade. Naquele tempo, segundo Hamilton Afonso Oliveira:

Morrinhos era um pequeno povoado urbano com a denominação de Vila Bela

de Morrinhos⁶ e seu espaço urbano era muito diminuto e seguia algumas quadras que não iam além do Cemitério Público que ficava na localidade em que hoje se encontra a Praça Raul Nunes (Praça da Fonte Luminosa) (OLIVEIRA, 2019, p. 69-70).

Maria Amabini viveu em sua juventude, um conturbado romance com Hermenegildo Lopes de Moraes, um jovem muito rico, viajado, fino, diplomado e que já naquele momento seguia a carreira política de âmbito nacional como deputado federal. Ao que parece, conforme informações orais, não foi um enlace matrimonial que teve o apoio desejado da família, especialmente, do seu pai o coronel Hermenegildo Lopes de Moraes, em uma época, em que os casamentos entre famílias importantes constituíam uma estratégia econômica e, sobretudo, política. Além dos preconceitos e discriminações da sociedade da época contra filhos e filhas de pais separados, especialmente, de mães solteiras que fugiam dos padrões e valores da sociedade patriarcal da época, como era o caso de sua mãe, cuja atividades fugiam dos padrões dos limites do ambiente doméstico a que estavam relegadas as mulheres de “boas famílias”.

Figura 2 - Maria Amabini de Moraes (por volta do ano de 1900)



Fonte: Acervo digital de Hamilton Afonso de Oliveira. Imagem digitalizada do acervo do Museu Antônio Correa Bueno

Como poderia uma jovem naquele patamar despertar encanto de um jovem da alta sociedade ao ponto de ir contra o pai, o coronel Hermenegildo Lopes de

⁶ Foi elevada a esta condição pela Lei Provincial n.º 463 de 19 de julho de 1871.

Moraes, que proibiu o namoro e condenou a atitude inaceitável a do filho e a continuar seu romance com Maria Amabini? Provavelmente muitos fatores levaram a isso, o carisma, a simplicidade, o caráter.... Porém, o que mais encantou o jovem Hermenegildo pode ter sido a beleza de Maria Amabini, conforme se observa na Figura 2.





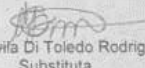
Naquela época, conforme já foi abordado, muitos acordos políticos acabam sendo selados com o enlace matrimonial entre os filhos e filhas das famílias mais abastadas, a exemplo disso, foi o casamento entre a filha caçula do coronel Hermenegildo, Amélia Augusta Lopes com José Xavier de Almeida (presidente do Estado de Goiás) em para 27 de julho de 1901. Casamento que, segundo Itami Campos (2003), deu importante apoio político para que Xavier de Almeida rompesse com as famílias dos Bulhões e Caiado que controlavam a situação política em Goiás. Este acordo de certa forma contribuiu para que o casamento de Hermenegildo Filho com Maria Amabini se confirmasse, pois conforme relatos, a sua irmã Amélia somente concordaria com o matrimônio se, o seu casamento fosse realizado juntamente com o casamento do irmão. Sem escolhas, diante os acordos tratados, o coronel Hermenegildo acabou cedendo ao pedido da filha e, assim, também se casaram aos 27 de julho de 1901.

Após o casamento, Maria Amabini e Hermenegildo Lopes por estar ocupando uma cadeira de Deputado Federal, foram residir no Rio de Janeiro, que era a sede da capital federal do Brasil e, portanto, sede da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Estando na capital federal Maria Amabini teve oportunidade de estudar e aprender português, inglês e francês e começou a ser vista com outros olhos e a ser aceita no meio social e familiar da família Lopes de Moraes. Juntos conheceram vários países da Europa, especialmente, a França e a Itália. Porém, mesmo passando a maior parte do tempo no Rio de Janeiro, nunca se desvencilharam dos amigos, parentes e laços fraternais com a cidade de Morrinhos. Em 1925, o então senador Hermenegildo Lopes de Moraes veio a falecer, deixando Maria Amabini de Moraes, viúva e sozinha no Rio de Janeiro, uma vez que, o casal não teve filhos.

Segundo Barbosa (2017), a história de Dona Fiica estaria, então, dividida entre os anos em que esteve casada com o senador Hermenegildo Lopes de Moraes e aqueles após a morte do marido. Foram nos anos que se seguiram à sua morte e pela fortuna herdada é que ela passou a ter maior destaque e uma participação efetiva na vida social, cultural e educacional da história de Morrinhos, pois supostamente,

havia deixado em testamento cerca de 50% de seus bens para a área educacional e assistência social aos menores carentes de Morrinhos.

Figura 3 – Registro de casamento de Maria Amabini de Moraes com Hermenegildo Lopes de Moraes Filho

 Poder Judiciário Estado de Goiás Tabelionato de Notas 02072008033241712860007 Consulte este site em https://portal-extraprocuracao.jos.br		 			
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS CERTIDÃO DE CASAMENTO COM ANOTAÇÃO DE AVERBAÇÃO					
Nome HERMENEGILDO LOPES DE MORAES FILHO **			CPF Sem Informação **		
Nome MARIA AMABINI DA SILVA PARANHOS **			CPF Sem Informação **		
Matrícula 027516 01 55 1901 2 00002 047 0000403 66					
Nomes completos de solteiro, datas de nascimento, naturalidade, nacionalidade e filiação dos cônjuges. HERMENEGILDO LOPES DE MORAES FILHO , natural de Santa Rita de Paranaíba-GO, de nacionalidade solteiro, filho de HERMENEGILDO LOPES DE MORAES e de FRANCISCA CAROLINA DO NASCIMENTO MORAES, residente e domiciliado em Morrinhos-GO ** MARIA AMABINI DA SILVA PARANHOS , natural de Cuiabá-MT, de nacionalidade brasileira, solteira, filha de JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS e de ANNA AMÉLIA DA GLÓRIA, residente e domiciliada em Morrinhos-GO **					
Data do registro do casamento (por extenso) Vinte e sete de julho de um mil e novecentos e um **			Dia 27	Mês 07	Ano 1901
Regime de bens do casamento Comunhão de Bens **					
Nome que cada um dos cônjuges passou a utilizar (quando houver alteração): **					
Averbações/Anotações à acrescentar Casamento celebrado neste Ofício, perante o Juiz de Direito Manoel Coelho dos Reis. Consta do referido assento a seguinte ANOTAÇÃO: A contraente Maria Amabini de Moraes faleceu em Morrinhos-Go aos 22/12/1982, sendo o assento lavrado neste Ofício, no livro C-06, fls. 70, termo nº 1411 Seio Eletrônico: 02072008033244112890000. Emolumentos: R\$35,40; Taxa Judiciária: R\$15,14. Fundos Estaduais: R\$14,16, ISS: R\$1,77 **					
Anotações de cadastro Nada consta **					
Nome do Ofício Cartório de Registro Civil e Tabelionato de Notas			O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé. Morrinhos-GO, 03 de agosto de 2020.  Ylana Ávila Di Toledo Rodrigues Substituta Ylana A. Di Toledo Rodrigues Oficial - Substituta		
Oficial Registrador Maria Helena de Ávila Toledo					
Município e Comarca / UF Morrinhos - Estado de Goiás					
Endereço Av. Couto Magalhães, 427-A, Centro CEP: 75.650-000 - Fone: (64) 3416-2831					

Fonte: Cartório do Registro Civil de Morrinhos-GO.

No entanto, conforme depoimento de Alexandre Antônio de Castro Rosa, afirma que não houve nenhum testamento e “a decisão de construir uma escola para as meninas e uma para os meninos foi da Tia Fiica. O colégio das freiras e o colégio, que depois, ela batizou de Ginásio Senador Hermenegildo, em sua memória. Tudo foi iniciativa dela.”

Em se tratando das doações e contribuições de Maria Amabini de Moraes, para a educação, pode-se citar a construção, em 1936, do prédio do Ginásio Senador Hermenegildo de Moraes que ficou a cargo dos Padres da Ordem dos Estigmatinos, que se seguiam em regime de externato e internato, para formação religiosa e laica. Como complemento para essa “ajuda” aos padres e aos internos, Maria Amabini doou, também, uma casa que hoje funciona o escritório da Paroquia de Nossa Senhora do Carmo e o Salão Paroquial, este provavelmente, dever ter contado também com sua colaboração na construção datada da década de 1950. E a doação de cerca de 120 alqueires de terra da denominada Chácara da Pipoca que pertencem à Ordem dos Padres Estigmatinos e, muito provavelmente todas estas doações podem ter sido determinantes para a vinda e presença dos padres desta Ordem até hoje em Morrinhos.

Além do Ginásio Senador Maria Amabini foi responsável pela construção da Escola Normal que ficou denominada Ginásio Dona Maria Amabini de Moraes, sendo este destinado ao ensino de magistério para meninas e que foi administrada pelas freiras agostinianas e sua Diretora era a Madre Maria Rita Bretas. Essa escola funcionava onde atualmente é a sede da administração da Prefeitura Municipal de Morrinhos. Conforme relatado no folhetim *Avante!*⁷, foram muitos anos de espera para que se conseguisse “educadores religiosos que aceitassem a incumbência de abrir colégios em lugares tão humildes como Morrinhos” (*AVANTE!* 1957, Ano 2, N. 8, p. 1).

As homenagens que se seguiram ao dia 17 de março de 1957 deram-se grande ênfase aos esforços de Maria Amabini na área educacional, especialmente, nas construções dos dois ginásios, conforme retratado no discurso de gratidão do aluno da 3.^a série do Ginásio Senador Hermenegildo, Paulo Crisóstomo da Silva:

⁷ O folhetim do Ginásio Senador Hermenegildo de Moraes que tinha como diretor o Pe. Ângelo Dall'ara, redatora Zilda Diniz Fontes e gerente Antônio de Oliveira.

é graças a pessoas como vós, D. Maria Amabini de Moraes, que nós os jovens, temos esperança bastante para eliminar todos os temores em relação ao futuro. Quantos de nós não estaríamos estudando se não houvesse escolas? A maioria, sem dúvida. [...] Por certo, ninguém aqui ignora que foi o amor, o imenso amor que dedicastes ao próximo, que vos levou a ser tão útil e prestativa com todos, lançando para isso, mãos de vossos bens materiais, sem os quais não seria possível a realização das mais importantes obras desta cidade (AVANTE! 1957, Ano 2, N. 8, p.2).

O aluno da 4.^a série, Geraldo Salvador de Moura - também do Ginásio Senador Hermenegildo - enfatizou a generosidade de Maria Amabini por seu

coração tão nobre que lembrou dos pobres de nossa cidade, e mesmo dos ricos pois todos tem gozado dos seus benefícios a esta cidadezinha vulgarmente conhecida de cidade dos pomares. [...] se serviu da sua própria fortuna para testemunhar sua grandeza de alma, fundando em Morrinhos dois estabelecimentos de ensino que tantos benefícios bem prestando à mocidade (AVANTE! 1957, Ano 2, N. 8, p.3).

A aluna Maria Elenizia Candido do Ginásio Dona Maria Amabini de Moraes destacou a importância das suas obras para a cidade de Morrinhos na educação com os dois ginásios, na arte e cultura, com a construção do Cine Teatro Hollywood e Cine São José e obras de assistência social às pessoas mais carentes pois

vossos sentimentos não vos permitiam viver exclusivamente para vós, [...] e assim foi que dedicastes vossa vida e vossa fortuna em prol da educação, escolhendo justamente a nossa pequena cidade para sua aplicação. [...] Morrinhos, orgulha-se de ter D. Fiica, que, não satisfeita em trazer-nos as operosas Irmãs Agostinianas, fez construir, também, o Ginásio Senador Hermenegildo de Moraes, entre à administração eficiente dos reverendíssimos Padres Estigmatinos (AVANTE! 1957, Ano 2, N. 8, p.3).

Conforme relatado pela tradição oral e, também, noticiado neste mesmo folhetim local, denominado Avante!, além dos serviços prestados à educação, arte, cultura e trabalhos sociais, conforme relatados, Maria Amabini de Moraes, teria realizado a divisão de centenas de alqueires de terras da região rural da Vera Cruz e Pipoca, em pequenas glebas e vendido a preços reduzidos e em longo prazo realizando o sonho de pequenos lavradores de possuírem seus sítios para trabalhar por conta própria, sem dever obrigações para ninguém. De acordo com Barbosa (2017), Maria Amabini pode ter sido precursora da reforma agrária no Estado de Goiás, ao passo que teria realizado a distribuição de grande parte de suas terras – região da Vera Cruz e nas proximidades do Rio Pipoca - gados aos seus agregados, ex-agregados, parentes e aderentes.

Segundo Oliveira (2019, p. 73), “[...] algumas glebas dessas terras devem estar nas mãos de alguns herdeiros. Assim como outros terrenos urbanos, que provavelmente, devem ter sido objetos de doações para a Igreja Católica e, também,

ao poder público municipal”. Fato que pôde ser confirmado após as entrevistas realizadas com alguns desses herdeiros.

Através de informações colhidas do folhetim denominado Avante! por todas essas obras “recebeu ela de S. S. o Papa Pio XII, a Medalha da Ordem Honorífica, que lhe foi entregue pelo Bispo Capitular da Diocese D. Abel Ribeiro Camelo no dia 17 de março de 1957” (AVANTE, Ano 2, Edição 8, p. 1).

No entanto, mesmo diante de importantes idealizações e construções para a cidade de Morrinhos, como por exemplo a construção do Ginásio Senador Hermenegildo de Moraes, o Lar dona Francisca Nazaré de Moraes, para atendimento às meninas carentes, o Cine Teatro Hollywood (1949), considerado pela imprensa daquele período como o maior e mais luxuoso cinema do interior de Goiás e o Cine São José (1962), Dona Fiica não ficava representada por sua figura feminina, visto que em uma sociedade machista e patriarcal mulheres de fibra e independentes, sempre acabavam por ser retratadas sua imagem à figura masculina, conforme retrata Barbosa (2017):

Maria Amabini de Moraes foi considerada o “homem” mais importante de Morrinhos. Tudo que era impossível para alguém (a Paroquia, a Prefeitura, o Estado) fazer era só passar a tarefa para Maria Amabini que ela fazia. [...] Nada a embaraçava. Era o espelho da cidade (BARBOSA, 2017, p. 183).

Percebe-se que as realizações de Maria Amabini de Moraes em prol do desenvolvimento da cidade deixaram marcas relevantes para época em Morrinhos ??era uma das cidades interioranas mais importantes e de destaque de Goiás, especialmente na educação e cultura, conforme retratado pelos seus contemporâneos e que podem ser vistas até os dias de hoje. No entanto, poucos na atualidade conhecem o quanto esta mulher foi importante para a cidade de Morrinhos. É como se suas obras não existissem e ficassem apenas na memória de alguns conhecidos contemporâneos vivos, mas, que sempre a associam à esposa ou viúva do senador Hermenegildo. Isso se deve a importância que se dava ao homem em uma sociedade patriarcal que confere e legitima ao homem o papel de destaque na sociedade.

Entretanto, percebe-se que o esquecimento, de uma mulher que supostamente teve papel relevante para a cidade, está entrelaçado à figura patriarcal, como já foi abordado anteriormente, em que se viviam naquele período que confere à figura masculina a projeção de destaque e de poder frente ao gênero feminino. Essa forte representação de poder, nesse caso, pode ser vista até mesmo pelo lugar onde hoje se encontra o busto, esculpido em bronze, de Maria Amabini à margem de uma

praça que leva o nome do seu sogro o coronel Hermenegildo Lopes de Moraes. Abaixo do busto do Maria Amabini urge uma expressão genérica “Maria Amabini de Moraes, mulher símbolo de Morrinhos”, onde quem passa e desconhece a história da cidade e sua história não consegue entender o porquê do busto e da mensagem. Além disso, essa praça é mais conhecida pela população e reforçada pelos meios de comunicação locais, como sendo a Praça do Coreto.

Figura 4: Busto de Maria Amabini de Moraes na Praça coronel Hermenegildo Lopes de Moraes (popularmente Praça do Coreto)



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2019.

Na sessão a seguir colocamos em mostra os resultados da análise documental, com o questionário aplicado aos funcionários do Ginásio Senador Hermenegildo de Moraes e as entrevistas com pessoas que estiveram próximas a Maria Amabini de Moraes, para aferir a veracidade dos fatos sobre sua participação na história de Morrinhos e, assim, rememorar sua História.

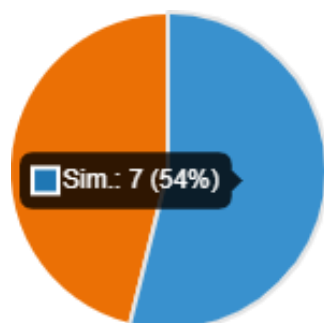
5.3 – Reminiscências da memória de Maria Amabini de Moraes em Morrinhos-GO

Nesse sentido, com o intuito de aferir a memória do povo sobre a pessoa de Maria Amabini de Moraes, foi realizada pesquisa por meio da aplicação de questionário pelo forms.office.com, com os funcionários do Ginásio Senador Hermenegildo de Moraes. Na qual foi possível aferir que 13 pessoas responderam ao questionário, sendo 9 mulheres e 4 homens com idades entre 24 e 59 anos e, a grande

maioria, naturais da cidade de Morrinhos-GO.

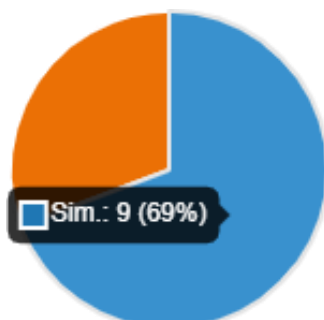
Ao perguntar se conheciam a história do Ginásio Senador Hermenegildo de Moraes, apenas 7 disseram que sim.

Figura 5 - Você conhece a história do Ginásio Hermenegildo de Moraes?



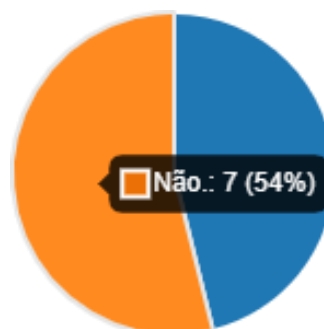
No entanto, 9 deles responderam que conhecem a história do Senador Hermenegildo Lopes de Moraes onde, a maioria fez alusão a imagem dele no meio político, 2 o reconheceram como “fundador do colégio” e o restante não souberam responder ou alegaram saber pouco sobre o senador.

Figura 6 - Você sabe quem foi o Senador Hermenegildo Lopes de Moraes?



Em se tratando de Maria Amabini de Moraes (Dona Fiica), ao questionar se sabiam quem foi, 7 pessoas responderam que não.

Figura 7 – Se sabiam a história de Maria Amabini de Moraes?

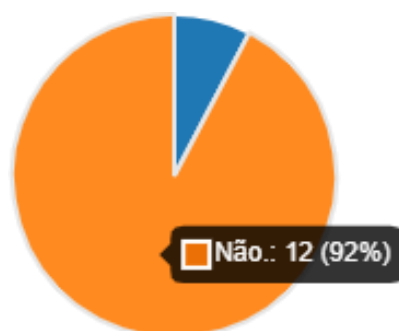


Porém, alguns disseram que: “Doou o lote para construção do prédio”, era “Esposa do senador, doou a área para a construção da escola”, “Que ela era esposa do Senador e uma das fundadoras da escola”, ou “Sei só que tem um setor com uma

rua com o nome dela”. Dentre eles, um foi mais além respondendo que “Dona Maria Amabini de Moraes, dona Fíica, depositava toda confiança em Padre Primo Scussolino. Foi ele também, o mestre de obra de toda a construção do Cine Teatro Hollywood, inaugurado em 26 de março de 1949. Padre Primo Scussolino foi o primeiro sacerdote de Brasília e o primeiro vigário a ser enterrado ali”.

Ao questionar sobre o reconhecimento de Maria Amabini de Moraes pela sociedade morrinhense, a grande maioria das pessoas responderam que ela não é devidamente reconhecida pela sociedade, como aponta o gráfico a seguir:

Figura 8 – Sobre o reconhecimento de Maria Amabini de Moraes



Portanto, através dessa pesquisa, foi possível averiguar que, mesmo se tratando de uma pessoa que realizou grandes obras para a cidade de Morrinhos para uma boa parte dos funcionários do Ginásio Senador Hermenegildo, desconhecem a sua história e sua importância para a cidade, mas, reconhecem que ela não tem o reconhecimento merecido. No entanto, acredita-se que com essa pesquisa instigou-se a curiosidade deles em saber sobre sua história e, assim, resgatar um pouco do legado deixado por Maria Amabini de Moraes.

Em relação as entrevistas orais, que foram realizadas pessoalmente e com todas as medidas preventivas por conta do Covid 19, estas são de extrema importância para o resgate da memória, como foi observado no decorrer deste capítulo. Nesse sentido, foi realizada entrevistas com quatro pessoas, Maria Jacinta de Moraes Cunha, Ione, Alexandre Antônio de Castro Rosa e Dimitri Oswaldo Antônio da Costa.

Iniciaremos com a Sra. Maria Jacinta de Moraes Cunha, nascida em São Luiz de Montes Belos – GO no dia 02 de maio de 1951. Ao indagar como qual a sua relação com e como conheceu Maria Amabini de Moraes, ela respondeu que foi através da dona Odete, que era mãe de criação do sr. Eterno ex-esposo de Maria Jacinta e pai de seus filhos. A sra. Odete era sobrinha de Maria Amabini e esposa do Paulo Xavier.

Inicialmente, Maria Jacinta trabalhou com o sr. José Costa, sobrinho de dona Odete e Paulo Xavier e, posteriormente, a pedido de José Costa foi trabalhar com dona Fiica, dormindo uma noite sim e outra não com a mesma e, quando era necessário, chamavam o Dr. Luiz de Azeredo, sobrinho de Maria Amabini, para ajudá-la.

Em seu relato, diz que “dormia com ela pa cumade (*sic.*) Guilhermina descansar”. Dona Guilhermina “trabalhava e morava com ela desde criança”. No entanto, com o passar do tempo foi necessário contratar uma enfermeira para ajudar, pois Maria Amabini, com mais de 100 anos, já estava muito debilitada e totalmente dependente, só ficava na cama e era necessário colocar comida na boca, “era quietinha no canto dela, lá no cantinho dela lá, a gente mexia com ela, ficava do jeitinho que a gente colocava, era muito sofrimento”. Por essa razão, Maria Jacinta, não tem muitas informações sobre a vida antes e depois do casamento de Maria Amabini com o Senador Hermenegildo. No entanto diz que “ela era muito rica”, “o povo falava que ela era muito boa” e “muito caridosa”, afirma que doou muita coisa, principalmente tocante ao Ginásio Senador e que, após sua morte, o restante de seus bens foi repartido entre os sobrinhos e, ainda relata “até eu entrei no sorteio porque eu ajudei a cuidar dela”, porém, esse sorteio foi apenas de coisas materiais, louças de dentro da casa. Inclusive, ela relatou que vendeu algumas dessas louças para um museu em Brasília.

Maria Jacinta ainda guarda, com muito carinho e cuidado, alguns pertences que foram de Maria Amabini, pratos, bomboniere, abridor de vinho, coador de chá etc., como podemos ver nas imagens abaixo:

Mosaico 1 – Relíquias de pertences que foi de Maria Amabini de Moraes



Fonte: Arquivo digital de fotos da autora (2022).

Por fim, ao questioná-la sobre o que teria influenciado o esquecimento de Maria Amabini de Moraes, Maria Jacinta aponta duas coisas: relações políticas e o fato dela ser mulher pois, “tudo o que tem, prefeitura [...] Ginásio Senador, tudo o que tá aí pertencia a quem?”, após fazer a afirmação, simplesmente responde, “ela!”. Por essa razão, ela acredita que, por tantas contribuições para a cidade, Maria Amabini deveria ser mais reconhecida e reafirma que não há esse reconhecimento pelo “preconceito” por ela ter sido mulher e, que o meio político de Morrinhos, deveria fazer algo para que se valorize e resgate a memória de Maria Amabini de Moraes.

Ione Aquino de Almeida (10/01/1938), natural de Morrinhos, conheceu Maria Amabini de Moraes no dia do seu casamento, pois Maria Amabini era tia avó de seu esposo, por parte de mãe.

Em relação a vida de Maria Amabini, antes do casamento, Dona Ione diz que ela lhe contava que veio do Mato Grosso para Morrinhos com sua mãe, pois seu pai já havia falecido. Durante sua mocidade conheceu o senador Hermenegildo, que segundo Ione “ele era muito humilde, simples de mais, uma gracinha de pessoa”, em uma casa de jogos de vispora que pertencia a sua mãe. O senador teria se encantado por Maria Amabini que era muito bonita e, “um dia ele pegou e disse: você vai morar comigo! Pegou ela e levou pra casa”. No dia seguinte seu pai, o coronel Hermenegildo, disse para ir devolver a moça ou iria deserdá-lo, “isso ela me contou”. Porém, mesmo com a imposição do pai, o senador negou o pedido e depois de um tempo acabaram

se casando, no mesmo dia que sua irmã Amélia e José Xavier de Almeida. Esse relato nos confirma, mais uma vez, o acordo político entre o coronel Hermenegildo Lopes de Moraes e José Xavier de Almeida.

Após o casamento, Maria Amabini foi viver com o esposo no Rio de Janeiro e, somente após a morte do marido é que retornou para a cidade de Morrinhos. Ione relata que Maria Amabini “era de uma simplicidade impressionante, uma humildade”.

Em se tratando das benfeitorias realizadas por Maria Amabini, Ione destaca que como era uma mulher muito rica construiu e ajudou a manter, por muito tempo o Colégio Senador Hermenegildo de Moraes, o Colégio Maria Amabini - que era comandado pelas freiras, os dois cinemas - Cine Hollywood e Cine São José, doou muitas terras, na região Vera Cruz e Pipoca, para os sobrinhos, inclusive para a mãe do seu esposo, pertencente à família até hoje, para o sr. Dimitri, que era sobrinho neto e morou com Maria Amabini por muitos anos no Rio de Janeiro, e para dona Odília – irmã de Maria Amabini. Em relação a sua distribuição de terras, Ione ainda destaca, “o que ela doou foi pra sobrinhos, tudo bem”. O que foi vendido, inclusive para o Dr. Silvyo de Mello, na região da Baixa Verde, “foi a troco de banana”. Por essa razão, sua fortuna já não era a mesma na sua velhice.

Outro exemplo de suas doações foi a doação do Cine São José para o sr. Coelho que trabalhava para ela no Cine Hollywood. Como ele trabalhou por muitos anos e já estava na velhice e adoentado, Maria Amabini decidiu ajudá-lo. Em relação à uma suposta vida ou influência política, Ione diz não saber e não acreditar, haja visto que Maria Amabini era “muito simples para isso”.

Ao questioná-la se ela acha que Maria Amabini é devidamente reconhecida pela sociedade murrinhense e o que poderia ser feito para reforçar e relembrar o seu nome, dona Ione diz não ser uma tarefa tão fácil, pois a maioria das pessoas que conviveram com Dona Fiica e poderiam ajudar nesse resgate da sua memória já faleceram. Dona Ione, ao mencionar o dia do falecimento de Maria Amabini, relata que não houve nenhuma homenagem, nem mesmo da parte das instituições que ela construiu e ajudou a manter.

Entre os pertences deixados por Maria Amabini, dona Ione nos mostrou um jogo de sala que veio diretamente da França, revestido em ouro e, que foi um presente, ainda em vida, de Maria Amabini às suas filhas.

Mosaico 2 – Relíquias de mobiliários que pertenceram a Maria Amabini de Moraes

Fonte: Arquivo digital de fotos da autora (2022).

Alexandre Antônio de Castro Rosa, nasceu em Uberlândia-MG no dia 18 de julho de 1950, é sobrinho neto de Maria Amabini de Moraes. Ao entrevistá-lo, ele nos conta, basicamente, a mesma história que já foi mencionada anteriormente, sobre a vida antes do casamento de Maria Amabini, Tia Fiica, carinhosamente chamada por ele. Nesse sentido, Maria Amabini de Moraes teria vindo do Mato Grosso com a mãe, Anna Amélia da Gloria (vó Inhaura), e se estabeleceram em Morrinhos. No entanto, diferentemente de alguns relatos que alegam que elas eram de origens humildes, ele afirma que Maria Amabini de Moraes era filha do barão do Rio Branco (José Maria da Silva Paranhos) e que, até mesmo o fato das duas terem vindo do Mato Grosso para Goiás sozinhas comprovam isso, pois, naquele período as coisas eram bem difíceis e não eram todas as pessoas que tinham dinheiro suficiente para realizar essas viagens, acrescentando: “a pessoa viria a pé de lá aqui? Não veio né!?”. E ainda ressalta: “minha avó, minha mãe falava que ela trouxe um dote [...] que ela trouxe para se

estabelecer por aqui”.

De acordo com os relatos de Alexandre, em sua adolescência, Maria Amabini, conheceu o senador Hermenegildo, ele se apaixonou por ela e se casaram, no mesmo dia que a irmã de Hermenegildo, Amélia que, inclusive, “obrigou o pai dela a deixar o (gaguejos) irmão dela, o senador Hermenegildo, a casar com Maria Amabini. Então, aí ela aceitava casar com o José Xavier”. Após a morte do senador Hermenegildo ela se tornou herdeira universal de seus vultuosos bens, provenientes da riqueza deixada pelo coronel Hermenegildo. O coronel Hermenegildo pode ter tido a maior fortuna inventariada do período da região Centro Oeste, conforme estudos de Hamilton Afonso de Oliveira.

Ao indagar sobre suas doações, Alexandre responde que Maria Amabini construiu, primeiramente, o Colégio Maria Amabini – Colégio das freiras que agregava apenas meninas, e trouxe as freiras para Morrinhos e doou terras para elas se sustentarem. Posteriormente, construiu um colégio para meninos, o Ginásio Senador Hermenegildo de Moraes, instituições estas que eram referências no Estado de Goiás, e doou uma fazenda aos padres, fazenda Pipoca, na qual os padres deveriam trabalhar e tirar o sustento. Porém, “só que nem isso [...] foi o suficiente para manter os meninos e as meninas nas escolas, que as despesas eram altas. Ela financiava isso, ela bancava com o dinheiro dela [...] até 1970, mais ou menos”, o que acarretou, aproximadamente, vinte anos de contribuição para a educação de meninos e meninas na cidade de Morrinhos e região, visto que essas crianças vinham de diferentes regiões.

Em relação às vendas acessíveis e doações de terra, Alexandre afirma que Maria Amabini fez uma mine reforma agrária, haja visto que “ela praticamente doou terras pras pessoas trabalharem [...] e pagar quando quiser e quando puder. Foi mais ou menos (risos) nessa linha de raciocínio”. Citando, também, que a partir disso pode-se inferir que ela era muito bondosa e com um espírito de cooperação.

No âmbito social, de acordo com Alexandre, todas as festas daquele período eram incentivadas e bancadas por Maria Amabini, além de ter ajudado na construção da Casa Paroquial. Ele aponta, também, que os dois cinemas, Cine Teatro Hollywood e o Cine São José, foram construções dela e, que seu intuito era deixar a população morrinhense a par dos acontecimentos do Mundo, pois antes de iniciar o filme passava-se jornais/noticiários.

Na área da saúde, Alexandre relata que “ela trouxe pra cá médicos, incentivou

o Dr. Sylvio a ele se estabelecer em Morrinhos e construiu o hospital, não a tia Fiica mas, ele né, com o incentivo dela” e que ela, também, doou fazenda pra ele próximo a Morrinhos. “Então, ajudou a estabelecer, realmente, o município de Morrinhos, porque Morrinhos era (gaguejos), vamos dizer assim, um lugar ermo, onde pouca gente ficava aqui, era passagem né, era passagem de boiada, de carreteiros, esses trem. Então, ela teve esse papel aí, de incentivar né, a fixação de uma população estável aqui nessa região”.

Em se tratando de sua riqueza, perguntamos se é verdade que quando ela faleceu, por razão da sua bondade e constante ajuda ao próximo, já estava pobre. Nesse sentido, Alexandre disse que não, mas que sua fortuna já não era a mesma devido as doações e herança antecipada aos sobrinhos, afilhados e funcionários. No entanto, ela ainda tinha patrimônios, casas em Morrinhos e no Rio de Janeiro, terras e o Cine Teatro Hollywood, que ainda pertence aos familiares.

Ao perguntar Alexandre sobre o que teria influenciado o esquecimento da imagem de Maria Amabini por parte da sociedade murrinhense e se poderia ser o fato de se tratar de uma figura feminina, ele relata que não vê pelo lado de se tratar de uma mulher, mas, que acredita que o esquecimento seja questão do tempo, pois;

“Ela era a pessoa mais importante de Morrinhos, todo mundo falava Maria Amabini, tia Fiica, na década de [...] 40/50/60 todo mundo conhecia ela. Ela era a pessoa mais famosa que tinha aqui”. Todo mundo se referia a ela como Dona Fiica e tal, tinha toda uma referência a ela e tudo né? Tanto a igreja, quanto os políticos, quanto o povo em geral da cidade [...] Aí vai passando outras gerações, aí não é mais conhecido”.

Entretanto, ao mencionar sobre o busto de Maria Amabini de Moraes, disposto na praça Coronel Hermenegildo Lopes de Moraes (praça do Coreto), Alexandre diz que ela não foi adequadamente lembrada pelo município e que ela deveria ter sido colocada em local de maior evidência para, assim, revigorar a sua memória. E finaliza dizendo:

“Mais, eu acho que, nesse ponto, a memória dela não foi cultuada, vamos dizer assim, não é cultuada no seu devido respeito pelo o que ela fez (tosses), isso aí é uma falha dos políticos que precederam, porque quem põe nome de rua, quem põe nome de praça, quem faz isso são os políticos e como eles não fizeram nenhuma referência à ela adequadamente, vamos dizer assim, então ela vai caindo no esquecimento [...] As novas gerações nem sabem quem ela foi, [...] ou quem é que fez a cidade. Praticamente Morrinhos deve a ela essa emancipação e a importância que Morrinhos já teve e tem.”

Mosaico 3 – Relíquias mobiliárias que pertenceram à Maria Amabini de Moraes

Fonte: Arquivo digital de fotos da autora (2022).

Foi entrevistado, também, o Sr. Dimitri Oswaldo Antônio da Costa (15/06/1933) natural de Morrinhos, sobrinho neto e protegido de Maria Amabini de Moraes. O sr. Dimitri nos reafirma toda a história contada pelos entrevistados anteriormente. Porém, o brilho em seus olhos se faz presente em cada detalhe, mesmo com seus 87 anos e já debilitado se sente feliz em reviver os momentos que passava com Dona Fiica.

Segundo ele, Maria Amabini de Moraes veio para Morrinhos, ainda criança, com a mãe e, assim como foi relatado pela sra. Ione, nos conta que a mãe de Dona Fiica era proprietária de uma casa de jogos, local onde conheceu o senador Hermenegildo Lopes de Moraes e se apaixonaram. Reafirmando, também, que a levou para morar em sua casa às escondidas de seu pai, o coronel Hermenegildo Lopes de Moraes, que ao saber do acontecido pediu ao filho para levá-la de volta à casa de sua mãe. No entanto, acabou acatando ao pedido de sua filha Amélia, para

deixarem se casar e que assim aceitaria o acordo de casamento com José Xavier de Almeida. O pedido foi aceito e os dois casamentos foram realizados no mesmo dia – 27 de julho de 1901. Após o casamento foram morar no Rio de Janeiro e “viajaram muito”.

O sr. Dimitri afirma que morou com ela no Rio de Janeiro para estudar e trabalhar e relembra “ela me dava muito dinheiro para passar os fins de semana (risos), eu era o protegido dela!” Como não tinha filhos e era uma família muito rica, fazia de tudo para agradar os sobrinhos e afilhados, “era uma mulher encantadora, linda e muito caridosa”.

Após a morte do Senador, Sr. Dimitri conta que a “Tia Fiica” veio morar em Morrinhos, “mudando totalmente o cenário da cidade. Construiu a Usina, a comarca da cidade, os dois cinemas, instituições escolares e o Jôquei Clube, para diversão dos jovens” e com “19 mil alqueires de chão, ela realizou a primeira reforma agrária de Morrinhos”, doando e vendendo a preços razoavelmente baixos suas terras. Um exemplo disso seria as terras doadas ao Dr. Silvio de Mello denominada fazenda chamada Floresta e ao Sr. Dimitri, na região Vera Cruz e que uma boa parte pertence a ele até hoje.

Ainda sobre suas doações, o Sr. Dimitri cita que “ela deu o Cine São José de presente para o seu funcionário Carmindo Coelho”, que já estava na sua velhice e adoentado, “gostava de ajudar todo mundo”, afirma.

Enquanto sua vida política, o Sr. Dimitri aponta que “não era política, mas era muito influente. “O Homem mais importante de Morrinhos (risos), como falava o Dr. Silvyo de Mello”. Esse relato nos remete a dois fatores, a importância de Maria Amabini na sociedade murrinhense e o fato de grandes feitos serem feitos apenas por homens.

O Sr. Dimitri relembra, também, os momentos que passavam juntos quando ele a levava ao Rio de Janeiro e Petrópolis, para realizar consultas médicas, “a viagem era longa e quando a Tia Fiica se cansava se deitava no banco de trás do carro. Era uma festa”.

Ao indagarmos sobre os bens de Maria Amabini e se realmente ela estava pobre quando faleceu, o Sr. Dimitri diz que não é verdade, afirmando que “é claro que já não tinha a mesma fortuna de antes, mas, ainda tinha muitos imóveis e terras em Morrinhos e ações no Rio de Janeiro” e complementa “ela tinha muita coisa”.

A respeito do que teria influenciado o esquecimento da população, o Sr. Dimitri

acredita que não foi pelo fato dela ser mulher, mas sim pela corrupção de muitas pessoas, que acabaram se apossando de terrenos/propriedades que pertenciam a ela e diz “só não posso citar nomes, tem nomes influentes e conhecidos na cidade”. Além disso, ele acredita que ela realmente não é suficientemente reconhecida e lembrada pela sociedade morrinhense e, que os políticos, deveriam fazer alguma coisa para relembrar a memória de Maria Amabini de Moraes (Dona Fiica).

Através dos relatos orais pudemos aferir que a pessoa de Maria Amabini de Moraes continua preservada na memória das pessoas que conviveram com ela e, que a imagem de uma mulher linda, bondosa, caridosa e que tanto fez por Morrinhos se fixam em cada entrevista que foi realizada.

5.4 – Considerações Finais

Vimos nesse trajeto que a memória se relaciona com os acontecimentos e experiências individuais ou coletivas, e que com o passar dos anos estas representam uma síntese dos acontecimentos que marcam a vida dos indivíduos. A junção dessas duas memórias fazem com que os fatos do passado e do futuro possam ser compreendidos e, assim, perpassados para as novas gerações consolidando a sua permanência.

No entanto, ao lado oposto da memória está o esquecimento, pois não somos capazes de guardar na memória todas as nossas experiências com o passar do tempo. Dessa forma, acabamos selecionando apenas as recordações mais importantes. Como vimos anteriormente, os avanços tecnológicos e o ritmo frenético do dia a dia estão intensificando o esquecimento, se tornando uma ameaça aos estudos históricos, ou seja, da memória e da história, visto que, a memória pode ser definida como uma luta contra o esquecimento. Nesse sentido, pode-se dizer que, ao perder a memória também se perde toda uma história e, conseqüentemente, toda uma cultura adquirida com o tempo.

Nesse aspecto, pode-se dizer que o trabalho aqui realizado, principalmente através da pesquisa oral, foi de grande valia dentro dessa perspectiva de “resgate” da memória. Pois, fez reviver o nome de uma grande mulher, Maria Amabini de Moraes (Dona Fiica), que conforme apresentado foi, sem dúvida, uma benfeitora para a cidade de Morrinhos-GO, pelas suas doações e contribuições em diversos domínios da sociedade morrinhense.

5.5 – Referências

- AVANTE!** – Órgão do Ginásio Senador Hermenegildo de Moraes. Ano 2, nº 8. Morrinhos – (Goiás) – Março de 1957.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. T.a. Queiroz: São Paulo, SP 1979.
- BARBOSA, José Afonso. **Na trilha do passado: Um olhar sobre a história de Vila Bela**. 3ª ed. revista e aumentada. Goiânia: Kelps, 2017a.
- CAMPOS, F. Itami. **Coronelismo em Goiás**. Ed.Vieira, Goiânia, 2003.
- CASADEI, Eliza Bachega. **Os Novos Lugares de Memória na Internet: As Práticas Representacionais do Passado em um Ambiente On-line**. USP 2019. Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/pag/Casadei_memoria_Internet.pdf. Acesso em: 30 de dezembro de 2021.
- OLIVEIRA, H.A. Breve biografia de Maria Amabini de Moraes (D. Fiica) e sua contribuição ao desenvolvimento da cidade de Morrinhos-GO. In. **REVISTA DA ACADEMIA MORRINHENSE DE LETRAS** (Org.). Ano 5, Vol. 5 – Goiânia: Kelps, 2019.
- PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Editora Letra Voz, 2010.
- RICOEUR, Paul, 1913. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória coletiva e teoria social**. Annablume, Imprensa da Universidade de Coimbra. Outubro de 2012.
- VON SIMSON, Olga. **Memória, Cultura e Poder na Sociedade do Esquecimento**. Revista Margens Interdisciplinar, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 11-16, maio 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/2831>>. Acesso em: 16 out. 2019.

ANEXO II
QUESTIONÁRIO/ENTREVISTA

CURSO: Programa de Pós-Graduação em História da UEG (PPGHIS/UEG).

NÍVEL: Mestrado.

PROFESSOR ORIENTADOR: Dr. Hamilton Afonso de Oliveira.

DISCENTE: Katiane Tavares da Silva Cunha

TEMA DO PROJETO: MARIA AMABINI DE MORAES (DONA FIICA): UMA TRJETÓRIA DE VIDA A SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO DA CIDADE DE MORRINHOS (1920-1960)

Data da entrevista: ____/____/____ **Hora:** ____:____

Nome do entrevistado:

Sexo: Fem. () Masc.() **Data de nasc:** ____/____/____

Naturalidade _____

Profissão: _____

Nome dos pais:

Endereço:

Telefone: _____

E-mail: _____

Qual era a sua ligação com a Senhora Maria Amabini de Moraes (Dona Fiica)? Como se conheceram?

A vida da Dona Fiica pode ser dividida em duas partes, ou seja, antes e depois do casamento com o senador Hermenegildo. O que você pode nos contar sobre essas duas fases da vida de Dona Fiica?

Fala-se que ela era uma mulher muito caridosa e, como não tinha filhos, doou boa parte de sua fortuna para construção de colégios/escolas, Ginásio Senador e Ginásio Maria Amabini, cinemas, doou terras, bens... conte-nos um pouco sobre essas doações. Ela realmente ajudou a financiar a construção das instituições escolares mencionadas?

Além do trabalho em prol do ensino, saúde e da Igreja, conforme o Jornal Avante, ela também dividiu centenas de alqueires de terras em pequenas partes – região do Vera Cruz e do Ribeirão Pipoca - e vendeu a preços bem acessíveis e de longo prazo. Esta informação está correta?

Como era a vida política da Sra. Maria Amabini, enquanto esposa do Senador Hermenegildo de Moraes?

Dona Fiica, foi uma figura muito importante no cenário morrinhense, porém, seu nome, de certa forma, caiu no esquecimento. Na sua opinião, o que teria influenciado esse esquecimento? Teria sido pelo fato de ser mulher?

É verdade que quando ela faleceu, por razão da sua bondade e constante ajuda ao próximo, já estava pobre?

Você acha que ela é devidamente reconhecida pela sociedade morrinhense? O que poderia ser feito para reforçar e lembrar o nome de Maria Amabini de Moraes?

ANEXO III
TERMO DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CAMPUS MORRINHOS

TERMO DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO

O Ginásio Senador Hermenegildo de Moraes está de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado **Maria Mmabini de Moraes (Dona Fiica): Uma trajetória de vida a serviço do desenvolvimento da cidade de Morrinhos (1920-1960)**, coordenado pela pesquisadora, Katiane Tavares da Silva Cunha, desenvolvido em conjunto com o pesquisador Prof. Dr. Hamilton Afonso de Oliveira na **Universidade Estadual de Goiás**.

O Ginásio Senador Hermenegildo de Moraes assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa pela autorização da coleta de dados durante os meses de *janeiro de 2022* até *março de 2022*. Declaramos ciência de que a coleta de dados só poderá ser iniciada após a aprovação do protocolo de pesquisa pelo sistema CEP/CONEP.

Declaramos, ainda, que nossa instituição é coparticipante do presente projeto de pesquisa e requeremos o compromisso do(a) pesquisador(a) responsável com o resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa nela recrutados.

Morrinhos/GO, 23 de novembro de 2021.

Assinatura/Carimbo do(a) responsável pela instituição pesquisada

Ir. Aléf Miguel R. dos Santos, CSS
Diretor
Port. Nº 2697/2021
GAB/SEDUC

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
CAMPUS MORRINHOS

Endereço: R. Quatorze, 327 - Jd. América, Morrinhos - GO, 75650-000
Telefone: (64) 3413-1097

ESCOLA SENADOR HERMENEGILDO DE MORAIS
Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano
Recredenciamento e Renovação da Autorização
Resolução CEE/CEB nº 43/2011
Morrinhos - Goiás

Número dedicado à Exma. Sra. D. Maria Amabini de Moraes, benfeitora do Ginásio Senador Hermenegildo de Moraes.

Diretor: Pe. Angelo Dall'Ara
Redator: Zilda D. Fontes
Gerente: Antonio de Olivência

AVANTE!

Órgão do Ginásio Senador Hermenegildo de Moraes

ANO 2

MORRINHOS — (Goias) — MARÇO DE 1957

NÚMERO 8

NOTAS BIOGRÁFICAS

Nasceu D. Maria Amabini de Moraes a 27 de outubro de 1875 em Mato Grosso, na cidade de Santa Ana do Paranabalba.

Seus pais, José Maria da Silva Paranhos e D. Ana da Glória, trazendo consigo a filha que contava então 4 anos de idade vieram para Morrinhos e aqui fixaram sua residência.

A humilde cidade, de braços abertos, recebeu os novos habitantes e elegeu a filha matogrossense.

Os laços que prendiam Maria Amabini à terra que a acolhera como filha, estreitaram-se ainda mais a 27 de julho de 1901, quando ela se casou com Hermenegildo de Moraes, membro de uma das principais famílias morrinhenses.

Juntos percorreram vários países da Europa, vieram de perto as maravilhas da Cidade Luz, os encantos de Veneza; mas o seu amor à cidade de Antônio Corrêa Bueno não se alterou.

Em 1925 seu esposo então Senador, falece no Rio de Janeiro. Maria Amabini vê-se só, sem o amparo do companheiro de jornada, sem o braço do amigo de tantos anos.

E o sonho que ambos tiveram, volta a povoar a sua imaginação, cria forma, avoluma-se: «Morrinhos precisa de educandários!»

No seu coração que, é nobre e generoso, na sua bondade que não conhece limites, encontrou a força que levou a transpor todos os obstáculos, até ver concretizadas as suas aspirações.

Foram longos, os anos de espera para conseguir educadores religiosos que

aceitassem a incumbência de abrir colégios em um lugar tão humilde como Morrinhos, mas afinal saiu vitoriosa a nossa benfeitora e a mocidade de nossa terra.

Como testemunhas de sua grandeza de alma e de suas mais sublimes aspirações, erguem-se como mãos postas para o céu, o ginásio Senador Hermenegildo de Moraes glorificando o nome que lhe deram e o ginásio Maria Amabini de Moraes que presta a maior homenagem à mais digna das benfeitoras.

Não pararam aí seus benefícios a Morrinhos, pois D. Maria dividiu centenas de alqueires de terras em pequenas glebas e vendeu as a preço módico e a longo prazo a muitos pequenos lavradores cujo sonho era possuir um sítio.

Fêz construir o cine Hollywood; doou uma gleba de terras para que nela se fundasse um patronato agrícola que viria beneficiar os habitantes do Município; vem, ainda, trabalhando com afinco no sentido de conseguir irmãs para dirigirem a Santa Casa de Misericórdia, outra demonstração de sua generosidade sem limites.

Por todas essas obras tão dignas de louvor, recebeu ela de S. S. o Papa Pio XII, a Medalha da Ordem Honorífica, que lhe foi entregue pelo Bispo Capitular da Diocese, D. Abel Ribeiro Camelo no dia 17 de março de 1957.

Faça sua propaganda no «Avante!»

Discurso proferido pela professora Zilda Diniz Fontes, madrinha dos concluintes de 1956

Convidada pelos meus

alunos para ser a sua madrinha, não me foi possível declinar de tão honrosa homenagem, embora reconhecesse não terem eles sido felizes as escolhas. Se algum mérito possuo, é tão somente o da boa vontade em servir os meus discípulos com toda a dedicação para compensar desta forma a minha falta de capacidade. Animada por esta boa vontade, é que venho dirigir aos caros filhos a minha saudação sincera e leal de uma mestra que lhes deseja todo o bem deste mundo. Por mares procelosos, em noites de tempestades ou por águas calmas em tardes de bonança navegastes, procurando conduzir o vosso barco à terra sonhada. Tivestes momentos de entusiasmo em que tudo para vós era belo e grandioso e tivestes também desfalecimentos, quando nada vos parecia valer o sacrifício de tantas cansaças e esforços.

Entretanto, não podeis negar que se descerrou para vós a cortina de névoa que ocultava ao vosso espírito as maravilhas do saber; novos horizontes se descortinaram ante vossos olhos, novos mundos vos foram desvendados com seus segredos e encantos.

Felizes, após a longa travessia de quatro anos, alcançais agora um pôrto

seguro.

Repicam sinos, chovem flôres, pois o barco foi trazido a salvo. Há risos, aperto de mão, aplausos, abraços, felicidade. Celebra-se a vitória, decisiva para alguns, para outros apenas o prenúncio de novas conquistas pois são ainda insuficientes as armas de que dispõem para a longa e árdua batalha que os espera.

Neste pôrto nos separamos: mestres e discípulos. Voltaremos ao ponto de partida para ajudar novos navegantes a percorrer o mesmo caminho vosso. Retemperadas as forças vos separareis também de vossos colegas, amigos de tantos anos, e cada um encetar-se-á novamente, pleno de fé e entusiasmo, a jornada pelos oceanos da vida, até que chegue à meta final, à conquista do ideal sonhado. Ai então é que começará verdadeiramente os vossos trabalhos, pois ninguém deve dormir sobre os louros da vitória.

Cumpra que se trabalhe sempre e cada vez mais para que se viva e não se vegete. Os homens que se distinguiram pelo trabalho, pelo saber, pela inquebrantável força de vontade, pela inestimável ajuda à humanidade como Pasteur, Madame Curie, Sócrates e tantos outros, «da lei da morte se libertaram». Quem no Brasil esquece o nome de Tiradentes? Pois foi o

seu ignóbil martírio que o levou às páginas da história, à memória e ao coração de todos os brasileiros. Qual de nós não se orgulha de Ruy Barbosa, Machado de Assis, Senador Diniz, Celso Valdo Cruz? E quantos, quantos vultos mais fazem o nosso orgulho, tornaram-se credores da nossa admiração irrestrita? Sejam eles o espelho em que vos mirareis para que o Brasil se sinta feliz de chamar-vos seus filhos. A Pátria necessita de vosso esforço, de vossa capacidade de trabalho e acima de tudo de vossa honestidade. Sim, sede honestos, sede leais e sinceros, puros de coração e amantes da verdade e conquistareis o respeito de vossos semelhantes onde quer que estejais, em qualquer profissão que exerceis.

Avante, jovens. Sois a alegria de vossos extremos pais que a cada passo vos acompanharam. Foram eles que nas vossas alegrias convosco riram, nos vossos pesares misturaram às vossas suas lágrimas ardentes e que vos entenderam sempre a mão amiga quando estáveis prestes a desfalecer. Esses pais que se deixariam morrer pela vossa felicidade, depositam em vós toda a sua esperança. Não os desampontei! Pagai-lhes com juros, transformando seus sonhos na mais doce e (continua na página 4)

O AVANTE esportivo:

Venceu a terceira série

Genésio

Causou boa impressão o encontro futebolístico, no campo do ginásio entre as duas equipes ginasianas da 4ª e 3ª séries.

Foi na manhã de domingo do dia 24/3/57, que, com uma grande assistência a aplaudir e a dar vivas, os dois quadros apresentaram um belo futebol.

Com início equilibrado, jogaram as duas equipes, quando «Lucrênio», de fora da área fuzilou o arqueiro Jurandir, marcando o 1º tento.

Delirou a torcida quartanista. De 1 a 0 venceu, mas, daí a uns minutos, num magnífico contra-ataque, Betinho passou a Calimério que, após driblar 2 adversários fuzilou a meia altura consignando um belo tento e empatando a pugna.

Foi quando a torcida terceirense conseguiu dar provas de sua existência.

Depois de poucos minutos da consagração deste belo tento, a torcida da diagonal branca teria maior motivo para expandir sua alegria pois, novamente Calimério, numa bela arrancada, marcaria o 2º tento da 3ª série, tirando a monotonia do empate.

Reagiu a 4ª. Bola com Nivaldo; penetrou na grande área, atirou, entrou Jurandir rebatendo, mas Osvaldo, segarrou a bola dentro da área cometendo uma penalidade máxima.

Encarregado de cobrar a falta, Jamil preparou-se para atirar, mas, o arqueiro mexeu e o árbitro apitou que esperasse.

Jamil chutou para fora, mas o árbitro, sr. Adão de Freitas, estudante da 4ª. série, alegou haver apitado depois que Jamil chutou e ordenou que a tirasse pela segunda vez.

E na 2ª. oportunidade que recebeu do Juiz, Jamil conseguiu marcar, empatando pela segunda vez a movimentada partida.

Todavia, é verdade que o dirigente trillou o apito, mas, isso antes que Jamil, o encarregado da

cobrança, chutasse.

E quando este chutou, não havia mais qualquer infração do arqueiro, não havendo assim razão para o sr. Juiz ordenar nova cobrança.

2 a 2 era o placard, quando foi dado o sinal de término da 1ª. etapa. Durante os 15 minutos de descanso os craques

da 3ª. série receberam instrução do técnico Raimundo (Balano).

Voltando à cancha com mais sangue, com mais ânimo e com maior visão de gol, os pupilos da Diagonal mantiveram completo domínio sobre seus adversários e conseguiram mais dois (2) belos tentos, o 1º por intermé-

dio do atacante Ivo, aos 15 minutos da 2ª. etapa, quando recebeu de Calimério um bom passe; o 2º por João Estêvão, que assinalou o último, da grande pugna.

As equipes estiveram assim constituídas com as respectivas notas: 1ª. série — Gildo (8) — Neginho (7) — e Ademar

7) — Chico (6), depois Odenir (6) — Lucrênio (8) — Vandes (5). Carlos (8) Pepino (8) — Jamil (7) — Lazinho (8) e Nivaldo (6). 3ª. série — Jurandir (7) — Epitácio (8) e Miguel (8) Valson (7) Osvaldo (9) e Admerson (7). Calimério (10) — Ivo (7,5) — Betinho (8) — João Estêvão (8,5) e José de Pádua (4), depois Taylor (6). Faltou ainda o grande craque Romeu.

O ás da partida foi, sem nenhuma dúvida, Calimério, que penetrava na área adversária com maestria e perigo.

NOTA: A comissão esportiva das duas equipes agradece penhoradamente o comparecimento das mães agostinianas e suas alunas, dos alunos do Grupo Escolar e de todos em geral.

A 3ª. série agradece com satisfação à sua madrinha Dalva Ribeiro, a popular Dalvinha.

Amigos e portais, até a próxima oportunidade.

Discurso proferido pelo aluno da 3ª. série

Paulo Crisóstomo da Silva

Aproveitamos este feliz ensejo de ver D. Maria Amabili de Moraes homenageada por sua Santidade tornando-a membro da Ordem Honorífica da Igreja Católica para juntar a nossa manifestação de agradecimento à maior benfiteira morrinhense, dona de nossa eterna gratidão.

Para nós é uma honra sermos conterrâneos de pessoas tão ilustre que entra quase que para a imortalidade, após ser distinguida com tão alta honraria.

É graças a pessoas como vós, D. Maria Amabili de Moraes, que nós, os jovens, temos esperança bastante para eliminar todos os temores com relação ao futuro.

Quanto de nós não estaríamos estudando, se aqui não houvesse escolas? A maioria, sem dúvida, E quanto perderia o progresso do Brasil por essa causa?

Portanto, não somos somente este limitado número de pessoas que aqui se encontram, que vos rendemos esta homenagem, é o país inteiro que vos é grato. Por certo, ninguém aqui ignora que foi o amor, o imenso amor que dedicais ao próximo, que vos levou a ser tão útil e prestativa para com todos, lan-

çando para isso, mão de razão e de magnificência vossos bens materiais, de espírito.

Portanto, por todos os benefícios, a nós prestados no passado, no presente e, certamente no futuro, nós, alunos do Ginásio Senador Hermenegildo de Moraes, vos agradecemos.

Tenho dito.

Doenças profissionais

Extraídas dum almanaque

Advogados - Forum-culose
 AGRICULTORES - Dilatação da a. horta
 BAILARINAS - Doença de S. Guido
 POLICIAIS - Prisão de ventre
 CAIXEIRO DE ARMAZEM - Perda de peso
 TECELÕES - Tecidos dilacerados

FABRICANTES DE MALAS - Malária
 FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS - Doença do sono
 CAÇADORES - Elefantíase ou lobinhos
 GUARDA - LIVROS - Cálculos
 GRAMÁTICOS - Conjuntivite
 JARDINEIROS - Cravos

PESCADORES - Espinhas supurantes
 JÓUEIS - Tuberculose Galopante
 JOGADORES DE SNOOKER - Cálculos biliares
 JUIZES - Réu - matismo
 MOTORISTAS - Auto - intoxicação ou Taxi - car-dia

PERITOS CONTADORES - Peritonite
 SACRISTÃES - Sino - site
 TINTUREIROS - Vômitos pretos ou Febre Amarela.

Notas Sociais

Aniversários do mês de março

- Dia 4 — Marisa Paiva.
- Dia 5 — Ligia Cruvinel
- Dia 11 — Ione Guimarães Paiva.
- Dia 14 — Sandra Diniz Fontes.
- Dia 16 — Maria José Félter
- Dia 26 — Patronísia Ribeiro da Silva.
- Dia 27 Selma Maria de Freitas
- Dia 28 — Dalva Maria Paiva
- Abril
- Dia 3 de abril — Benedita Silva Ribeiro
- Dia 4 — Nelzi Cruvinel
- Dia 7 — Ilma Borges
- Dia 9 — Diná Pires Chaves
- Dia 9 Jovana D'Arc de Castro
- Dia 12 — Geraldina Silva de Oliveira
- Dia 13 — Isa Custódio Vêncio
- Dia 15 — Iratê Faria
- Dia 21 — Mariene Gomes
- Dia 22 — Ivo Martins de Oliveira
- Dia 16 — José Oliveira Gomes Sobrinho
- Dia 15 — Nivaldo Rodrigues da Cunha
- Dia 22 — Ivone Soares
- Dia 23 — Ivone Aguiar
- Dia 24 — Elza Candido de Oliveira, Maria Terezinha Oriente
- Dia 28 — Elza de Paula, Consuelita Divina Braga
- Dia 29 — Herbillonísia Arantes. Felicidades

Homenagem à D. Maria Amabini de Moraes

Geraldo Salvador de Moura — 4ª série

No dia 17 de março, o bispo D. Abel Ribeiro veio a Morrinhos para entregar à D. Maria Amabini de Moraes a Medalha da Ordem Honorífica em nome de S. S. o Papa Pio XII.

O motivo pelo qual D. Fílica recebeu tal emblema, é o fato de ser ela uma mulher muito generosa e de possuir um coração tão nobre, que se lembrou dos pobres de nossa cidade, e mesmo dos ricos, porque todos atualmente têm gozado de seus benefícios a esta cidadezinha vulgarmente chamada «dos pomares».

Nossa admirável benfeitora se serviu de sua própria fortuna para nos testemunhar sua grandeza de alma, fundando em Morrinhos dois estabelecimentos de ensino que tantos benefícios vêm prestando à mocidade.

Ela é tão boa, tão caridosa! Sua fisionomia parece entristecer-se ao ver uma pessoa sofrer...

então procura ajudá-la. Orgulho-me muito de possuir tão maravilhosa contrária (pois que todo morrinhense a considera como tal) a quem muito devo pela imensa bondade que me proporcionou os meios de adquirir um pouco de cultura.

Foi por tantos benefícios prestados a Morrinhos, e em geral a todo o Estado, é que resolveram homenageá-la, aproveitando a oportunidade que nos oferecia a Igreja Católica.

Às 15 horas do dia 17 de março, reuniu-se na Matriz de Nossa Senhora do Carmo grande multidão para assistir às cerimônias de homenagem religiosa.

Compareceram a ela as principais autoridades de nossa cidade como o Juiz de Direito, o prefeito, vereadores, etc.

Após belas e significativas palavras proferidas pelo representante de S. S. o Papa Pio XII, teve lugar a entrega da medalha de condecoração e de um diploma, a homenageada.

Terminadas as solenidades religiosas, seguiu toda a multidão para a sua casa, em frente da

qual pronunciaram-se comoventes discursos. Paulo Crisóstomo representou o Ginásio Senador Hermegildo e bem fazê-lo, pôs em suas palavras todo o seu esforço e capacidade.

Houve também, uma representante do Ginásio Maria Amabini de Moraes, além dos talentosos senhores de nossa cidade,

professor Dr. Miguel Frauzino e Dr. Guilherme Xavier de Almeida que nos maravilharam com sua sabedoria e inteligência ao dirigirem palavras de louvor e gratidão a distinta e grandiosa mulher que tão bem merece a homenagem que lhe prestaram e mais ainda, pois seu coração não tem limites de bon-

dade. Depois de ouvidos oradores, foi oferecida aos presentes uma cerveja na residência de D. Fílica, que se viu cercada por uma multidão de pessoas que lhe queriam demonstrar sua amizade. A D. Maria Amabini de Moraes, os sinseros agradecimentos do nosso ginásio e nossos desejos

de um futuro risonho, mais lindo que o côro dos anjos, e que esteja com a graça de Deus para sempre. Aqui está o orgulho de um jovem que quer escrever coisas lindas em homenagem de nossa benfeitora, mas que se sente triste porque, infelizmente, isto não está ao alcance de seu poder.

Discurso proferido pela aluna Maria Eleniza Candido

Exma. Sra. Dona Maria Amabini de Moraes, nossa distinta homenageada: Exmo. e Revmo. Sr. Dom Abel Ribeiro, Vigário Capitular da Arquidiocese e aqui representando Sua Santidade o Papa Pio XII Reverendíssimos Padres Estigmatinos; Reverendíssimas Irmãs Agostinianas; Exmo. Sr. Prefeito Municipal: Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito e mais autoridades civis, religiosas e educacionais, Meus senhores, Minhas senhoras:

Quizeram as Reverendíssimas Madres Agostinianas e ás minhas colegas que eu fosse porta-voz do júbilo e da gratidão do Ginásio Dona Maria Amabini de Moraes à sua magnânima benfeitora.

As mais escolhidas palavras, as expressões mais sinceras, os tributos mais preciosos, não serão bastantes para retribuir a grande dívida que temos para

com Dona Maria Amabini de Moraes. Isto porque as boas obras e os trabalhos sublimes, somente Deus pode recompensá-los, somente no Reino dos Céus encontram-se valores à altura de seu merecimento. Do mais humilde ao mais opulento habitante de nossa cidade, existem pessoas que, direta ou indiretamente, sempre sentiram os efeitos da beneficência de Dona Fílica.

E quem haverá em Morrinhos que possa afirmar nada ter recebido em virtude dessa beneficência? Se nos estabelecimentos de instrução, nas casas de diversões, nas organizações de assistência, sente-se a contribuição incessante desta virtuosa Senhora?

Dona Fílica: vós poderíeis, com a fortuna que herdastes e a posição invejável que conquistastes na melhor sociedade brasileira; aplicar-vos exclusivamente ao bem estar próprio e daqueles que vos fossem mais caros. Seríeis igualmente bondosa, igualmente virtuosa, se vossa vida se limitasse ao cumprimento das leis de Deus e da Igreja, e vossa caridade se fizesse através de cómodas contribuições mensais a sociedades pias, sem a preocupação de calma e tranqüila. Mas quizerdes fazer mais: vossos sentimentos não vos permitiam viver exclusivamente para vós, o egoísmo jamais teria morada num coração que ansiava em servir a Deus ao próximo.

E assim foi que dedicastes vossa vida e vossa fortuna em prol da educação, escolhendo justamente nossa pequena cidade para sua aplicação.

Morrinhos disso se orgulha; orgulha-se de possuir dona Fílica, que para nós trouxe as primeiras luzes da instrução, através do antigo Instituto Dr. Hermenegildo de Moraes, escola primária que se transformou em nosso atual Ginásio, que merecidamente ostenta o vosso nome. Morrinhos orgulha-se de possuir Dona Fílica, que, não satisfeita em trazer-nos apenas as operosas Irmãs Agostinianas, fez construir também o Ginásio Senador Hermenegildo de Moraes, entregue a administração eficiente dos Reverendíssimos Padres Estigmatinos.

Bastaria isso para assegurar-mos um lugar de

honra na história de nossa cidade. Mas Dona Fílica fez mais e vem fazendo mais: deu nos um cinema, fazendo Morrinhos acompanhar a evolução dos tempos modernos; construiu o belo prédio que faz o Cine Teatro Hollywood um dos melhores do interior; e dentro em breve fará erguer nova sala de projeções, em um dos balços da cidade. Fundou a Santa Casa de Misericórdia, que já possui prédio próprio, instalações completas. E com que que trabalho D. Fílica vem lutando, há muitos anos, para conseguir Irmãs de Caridade para dirigir a Santa Casa.

Eis aí uma vida dedicada ao próximo, que palmita a mesma estrada por onde passou Jesus, estrada do altruísmo e da humildade, trilhada pelos santos e benfeitores de todas as partes e de todos os tempos.

E o idealismo de Dona Fílica não pára: é força, é movimento, é energia.

Seu coração é amplo, sua bondade infindável. Como o pensamento vibrante do filósofo, igual à imaginação criadora do artista e à penetração inteligente do cientista, o coração de Dona Fílica tende para o infinito, tende para o imutável e repousará na imortalidade!

Tenho dito.

★ Não Percam Esta Oportunidade ★

Antes de fazer as suas compras, visitem

A
— PRINCIPAL —
DE
IRMÃOS FENELON LTDA.

MORRINHOS Est. de GOIÁS ★

Charadas

Novíssimas

- 1 - ARA a terra SENTIMENTO do AGRICULTOR. 2 - 1
- 2 - APENAS O FILHO DO MEU FILHO está na POESIA. 1 - 2
- 3 - TRES VEZES O PROFESSOR lecionou NA 4a. PARTE DO ANO. 1 - 2
- 4 - FIXA O QUEIXO no CéU. 2 - 2
- 5 - AQUI A PIRRAÇA é TRIMONA 1 - 2
- 6 - CASA! SIGA A LAGARTA. 1 - 1
- 7 - ALI O INSTRUMENTO é GRUTA. 1 - 1
- 8 - AQUI TIRA O PÉLO A IGREJINHA 1 - 2

Discurso proferido pelo professor Dr. Miguel Frauzino Pereira

EXMA. SNRA. DA' MARIA AMABINI DE MORAIS.
EXMO. e REVMO. SUR. DON ABEL RIBEIRO, DD.
VIGÁRIO CAPITULAR;
EXMAS. AUTORIDADES.
Minhas senhoras e meus senhores:

Quiz a bondade do Exmo. Sr. Prefeito e do Exmo. Sr. Presidente da Câmara de Vereadores, falasse eu em seu nome, representando a municipalidade, e, conseqüentemente, o povo de nossa cidade.

Qualifico tal incumbência como espinhosa, não pelo receio de não poder levá-la até o fim. Se a aceitei, foi por estar certo de falar a meu próprio povo, se aqui estou: é porque a plena confiança em mim mesmo impulsiona minha vontade. Não houvesse essa plena confiança, que faz os homens aceitarem os mais variados e pesados encargos, e eu ficaria melhor situado entre os que ouvem e pensam, mas que não podem exprimir o que sentem.

Espinhosa é a missão, repito, mas porque foi confiada justamente a quem possui bastante motivo para falar de coração, na homenagem aqui prestada. E receio, não pela ausência de palavras mas pela abundância delas.

Permitam que, inicialmente eu fale em nome pessoal, pois é esta a primeira oportunidade que se me oferece para atestar em público a gratidão que há longos anos fez morada em meu coração, a dívida inestimável que tenho para Dona Maria Amabini de Moraes.

Se hoje tenho uma valiosa profissão, se hoje me é permitido ajudar melhor aos meus e ansir por uma vida melhor, devo-o exclusivamente à homenagem de hoje. Estudei longos anos no Instituto Dr. Hermenegildo de Moraes e no Ginásio Senador Hermenegildo de Moraes, onde formei meu curso básico, graças à extrema bondade de Dona Filica, testemunha de meu batismo e madrinha de meu ingresso na Santa Igreja católica. Eis porque tenho não seja bastante forte para falar com insensação de sentimentos íntimos e profundos, temo que esses mesmos sentimentos me traíam e sejam antes lágrimas do que palavras que exprimam o agradecimento de que fui encarregado pela municipalidade.

As almas procuram o infinito. Há milhares de anos, pelos séculos à fora, lutam os filósofos com a pequenez de sua inteligência, com a contingência do ser humano, em busca da verdade pura, em busca da razão e causa de todas as coisas. Há milhares de anos, luta o artista para fixar nas cores exuberantes de sua tela ou na cadência harmoniosa dos sons, um instante de eternidade e o fulgor da perfeição.

É a luta da alma eterna, é o combate da alma imortal para libertar-se desse corpo que a aprisiona, desse vulnerável que mantém cativo em suas limitações um espírito que não tem limites; que confina em suas formas, em suas dimensões, uma alma que não tem forma nem dimensões, uma alma que aspira a liberdade do céu azul, a profundidade misteriosa do universo, ao invés do encasulamento nas leis rígidas e determinativas da natureza. A causa primeira de toda essa luta, seu princípio e seu fim, o Alfa e o Ômega do universo é Deus-o único ser perfeito de quem inevitavelmente devem proceder todos os seres imperfeitos, desde o homem que pensa até o mineral inativo, que segue inconsciente as leis físicas do movimento e as leis químicas das transformações.

A alma luta pela liberdade. E enquanto não chega o mensageiro divino, que a libertará e a conduzir às infinitas regiões celestes, vive o homem em sociedade com outros homens. E dessa sociedade surgem obrigatoriamente leis humanas que dirigem o seu modo de viver na terra, encaminhando os para o Bem e combatendo o Mal. Dessa sociedade, surge obrigatoriamente para cada um de nós o direito de viver e procurar o Bem e o dever de ajudar-nos uns aos outros. É o primeiro mandamento divino de amor ao próximo. Os que negam a Deus,

disfaçam o cumprimento dessa lei, com os nomes de filantropia e altruísmo, como a evitar a incoerência de seu ateísmo. Mas quer sob o nome cristão de caridade, quer sob o nome de filantropia e altruísmo, estão todos os homens obedecendo ao sagrado mandamento de amor ao próximo e sabem que assim o fazem.

O cumprimento da lei de amor ao próximo é a sublimação que encontra a alma em seu exílio terrestre, como lenitivo à sua ânsia pela eternidade. Aqueles que vivem por sua alma, aqueles em quem o espírito, de há muito, sobrepujou a matéria, buscam esse lenitivo, em sua efêmera passagem sobre este mundo.

Dona Maria Amabini de Moraes é uma dessas almas. É uma dessas almas cujo o amor transcende os seus próprios limites e busca o Bem em sua forma mais pura.

Sua vida tem sido iluminada constantemente pela Estrela da Esperança, a mesma estrela que outrora guiou os Reis Magos ao berço do Menino Deus. Ela tem sempre conduzido essa Cruz que, de instrumento de opróbrio que era, tornou-se o signo da Fé no Cristo Verdadeiro e símbolo do Sofrimento que conduziu aos Céus. Ela vem trilhando os caminhos da Caridade, como o Bom Samaritano que não nega o seu auxílio nem mesmo que padece à beira do caminho. E inspirada pela sublime trilogia da Fé, Esperança e caridade, Dona Maria Amabini de Moraes conquista servos de gratidão, devedores eternos de benefícios, e prepara a sua imortalidade.

E aqui, neste momento, através da humildade de minha voz, está a manifestação do povo de Morrinhos, a sua grande benfeitora, está a homenagem dos murrinhenses àquele a quem tanto devem e jamais poderão pagar neste mundo, pois os valores terrenos nunca serão suficientes para solucionar uma dívida assim transcendental.

Através de minha voz, aqui está o povo de Morrinhos venerando - D. Maria Amabini de Moraes, genuflexo a seus pés, e demonstração patente de seu amor, de sua gratidão e de seu reconhecimento. É que a Santa Mãe de Deus me permita agora usar dos versos de um de seus hinos, para essa homenagem, que, também, na terra quiz seguir o exemplo de Maria:

— Em todos os tempos sereis nomeada — por todas as gentes bem-aventurada.

Sim, D. Filica, em todos os tempos vosso nome será lembrado nas vozes dos milhares de meninos que nascem e passarão pelo Ginásio Maria Amabini de Moraes e pelo Ginásio Senador Hermenegildo de Moraes, em busca das luzes do saber; vosso nome será lembrado pelos pobres e pelos sofredores e que continuamente buscarão alívio na Santa Casa de Misericórdia; vosso nome será lembrado pelas milhares de crianças órfãs, de crianças ingêtuas e crianças sem recursos, - que se encaminharão na vida através do futuro Patronato Agrícola; vosso nome será ainda lembrado por todos os que, depois da labuta diária, descansarão e se divertirão nos cinemas de Morrinhos. Vosso nome será lembrado pelas dezenas e centenas de famílias, a quem possibilitastes possuir seus próprios bens, amanhando suas próprias terras, loteando os latifúndios de suas fazendas vendendo pequenas glebas a pequenos preços longo prazo aos trabalhadores rurais. Vosso nome será lembrado e bem-aventurado em todos os tempos, porque já tendes vosso lugar assegurado entre os imortais!

O MENOR SONETO DO MUNDO

autor desconhecido

Deus
Vê
Que
Meus

Ais
Não
São
Mals

De
Dor
Por

TL
O
Flor.

Discurso...

(continuação da 1ª pag.)

sublime realidade. Não desapontéis também vossos mestres que convosco lutaram, que vos guiaram pelos labirintos intrincados a procura da luz que se rejubilam com a vossa vitória, porque o triunfo dos mestres é ver o triunfo dos discípulos.

A cada um de vós demos o melhor dos nossos esforços, purisso, de coração satisfeito e certos do dever cumprido, damos por encerrada a nossa missão e vos vemos partir em busca de novos mestres que nos substituirão.

Aqui nos separamos e nesta separação vai convosco a amizade sincera e duradoura de vossos mestres, vai convosco o nosso adeus.

Camilo Ribeiro

— Agrimensor —

Cart. 11. J. CREA

Divisão Demarcação e REGISTRO TORRENS.

Buriú Alegre, Imperial
Horsl.
Golândia, Rua 4, n. 34
Fone 1952.

Ajudem a manter a cidade limpa

Esposa, obedeci o vosso matido como ao Senhor

Esposo, amai vossa esposa assim como Cristo amou a Igreja.